



LANÇAR a REDE de BIBLIOTECAS ESCOLARES

Isabel Veiga · Cristina Barroso · José António Calixto · Teresa Calçada · Teresa Gaspar

LANÇAR A REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES

Grupo de Trabalho:

Isabel Veiga (coordenação)

Cristina Barroso

José António Calixto

Teresa Calçada

Teresa Gaspar

*Grupo de Trabalho criado pelos despachos
conjuntos n.º 43/ME/MC/95 de 29 de Dezembro
e n.º 5/ME/MC/96, de 9 de Janeiro*

Lisboa 1996

*As opiniões emitidas nesta obra são
da responsabilidade dos respectivos autores
e não vinculam o Ministério da Educação.*

Biblioteca Nacional — Catalogação na Publicação

Lançar a rede de bibliotecas escolares / coord. Isabel Veiga; colab. Cristina Barroso... [et al.]

ISBN 972-729-015-9

I — Veiga, Isabel, 1950- , coord.

II — Barroso, Cristina

CDU 027.8 (469)
021.64 (469)

LANÇAR A REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES

Estudo realizado pelo grupo de trabalho criado pelos Despachos n.º 43/ME/MC/95 de 29 de Dezembro e n.º 5/ME/MC/96, de 9 de Janeiro

Coordenação:

• **Isabel Veiga**

© Edição do Ministério da Educação

Tiragem: 1500 exemplares

1.ª Edição: Janeiro 1997

Depósito Legal n.º 104711/96

ISBN 972-729-015-9

Capa: André Clemente

Execução Gráfica: Editorial do Ministério da Educação

Isabel Veiga

É licenciada em Filosofia pela Faculdade de Letras de Lisboa e tem o Mestrado em Ciências da Educação pela Universidade de Boston. Foi professora do 1.º Grupo do Ensino Preparatório e actualmente é professora-adjunta da Escola Superior de Educação de Lisboa. Colaborou em diversos programas de investigação do Ministério da Educação tendo realizado o estudo “Os Jovens e a Leitura, nas vésperas do século XXI, de parceria com Ana Maria Magalhães. É também co-autora de várias obras de literatura juvenil que assina com o pseudónimo de Isabel Alçada.

Cristina Barroso

É professora do quadro de nomeação definitiva da Escola Básica 2,3 Marquesa de Alorna. Licenciou-se em História, pela Faculdade de Letras do Porto e é titular do Diplôme d'Études Approfondies (spécialité Sciences de l'Éducation) da Universidade de Bordéus, de que obteve reconhecimento ao grau de Mestre, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Foi autora, em 1987, do projecto de criação de um Centro de Recursos Educativos na Escola Marquesa de Alorna e responsável pela sua execução até 1992.

Integrou a equipa de investigação que realizou para o Instituto de Inovação Educacional um estudo sobre processos de desenvolvimento de mediatecas escolares, em diferentes estabelecimentos de ensino, tendo sido co-autora do respectivo relatório, publicado em 1994 pelo IIE, com o título: “*Mediatecas Escolares. Génese e Desenvolvimento de uma Inovação*”.

Era, desde 1993, directora do Centro de Formação de Associação de Escolas “*Forum — Rui Grácio*”, com sede na Escola Secundária de Camões, em Lisboa, funções que deixou de exercer no final do ano lectivo de 1996.

José António Calixto

É licenciado em História pela Faculdade de Letras de Lisboa. Nesta faculdade fez ainda o Curso de Especialização em Ciências Documentais, variante de Bibliotecas e Documentação.

Foi docente do Ensino Secundário durante doze anos e responsável por biblioteca.

Bibliotecário e professor, lecciona em vários cursos na área das bibliotecas e documentação.

Actualmente é chefe de Divisão de Bibliotecas, Arquivo e Documentação da Câmara Municipal de Setúbal. Tem publicado artigos em periódicos e participado em projectos de investigação sobre o papel das bibliotecas na educação tanto em Portugal como no estrangeiro.

Teresa Calçada

É licenciada em Filosofia pela Faculdade de Letras de Lisboa, foi técnica do Instituto Português do Livro desde 1982, onde trabalhou na área do livro e da leitura.

Em 1986 foi um dos membros do grupo de trabalho que definiu as bases da política nacional da leitura pública, com vista à criação da Rede de Bibliotecas Municipais. Foi também vice-presidente do Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, cargo que ocupou até 1996. Nesta qualidade, foi responsável pela execução das acções desenvolvidas no âmbito da Rede de Leitura Pública.

Teresa Gaspar

É licenciada em Psicologia pelo Instituto de Psicologia Aplicada, é assessora principal do quadro do Ministério da Educação. Durante vários anos coordenou projectos e realizou estudos no âmbito da educação especial e da integração social das pessoas com deficiência. Foi Vice-Presidente do Instituto de Inovação Educacional de António Aurélio da Costa Ferreira (1990-1993) onde orientou o desenvolvimento da rede de mediatecas escolares e o programa de Educação para os Media. Presentemente é chefe de gabinete do Secretário de Estado da Administração Educativa.

ÍNDICE

1. **Introdução** 15
2. **Diagnóstico: Situação Actual das Bibliotecas Escolares** 19
3. **Princípios Gerais** 29
4. **Bases das Bibliotecas Escolares** 33
5. **Linhas de Orientação Técnica e Funcional** 39
 - 5.1. Recursos Humanos e Formação 40
 - 5.2. Recursos Físicos 43
 - 5.2.1. Instalações 43
 - 5.2.2. Equipamento 46
 - 5.2.3. Recursos de Informação 50
 - 5.3. Funcionamento e Animação 52
 - 5.4. Gestão e Apoio da Rede de Bibliotecas Escolares 54
 - 5.5. Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares 55
6. **Programa Rede de Bibliotecas Escolares** 59
 - 6.1. Objectivos Estratégicos 59
 - 6.2. Objectivos Instrumentais 60
 - 6.3. Medidas 61
7. **Considerações Finais e Recomendações** 67
8. **Bibliografia** 71
9. **Anexos** 75

NOTA PRÉVIA

1. No final de Dezembro de 1995, os Senhores Ministros da Educação e da Cultura decidiram adoptar uma política articulada visando promover os hábitos e práticas de leitura da população portuguesa, através do “desenvolvimento de bibliotecas escolares integradas numa rede e numa política de incentivo da leitura pública” — Despacho Conjunto n.º 43/ME/MC/95, de 29 de Dezembro⁽¹⁾.
2. Com o objectivo de estudar e propor medidas neste domínio foi constituído, em Janeiro de 1996, um grupo de trabalho⁽²⁾, o qual se dispôs a apresentar um relatório onde se equacionassem problemas, se efectuasse um diagnóstico descritivo actualizado e se estabelecessem os princípios, as linhas de orientação e o programa de lançamento da rede de bibliotecas nas escolas portuguesas.
3. O grupo de trabalho elaborou o relatório no prazo de três meses baseando-se para tal em: (i) estudos de organismos internacionais ou de outros países; (ii) estudos existentes sobre as bibliotecas escolares portuguesas; (iii) resultados de investigação sobre os processos de inovação neste domínio; mas especialmente na (iv) experiência directa que ao longo dos anos os seus elementos puderam recolher, trabalhando com crianças e jovens e com professores, dando apoio a responsáveis por bibliotecas escolares e públicas e/ou participando nas suas iniciativas.
4. Antes de dar por concluído o relatório, o grupo de trabalho julgou oportuno consultar um conjunto de professores, bibliotecários, técnicos e investigadores, cujos trabalhos têm incidido nos domínios da leitura, nas competências da informação, na biblioteconomia, na formação de professores ou no estudo dos processos de inovação, para assim obter reacções e comentários à proposta elaborada e poder tê-las em conta na redacção da versão final.

⁽¹⁾ Anexo 1

⁽²⁾ Constituição do grupo de trabalho — Despacho n.º 5/ME/MI/95 de 9 de Janeiro — Anexo 2

- Isabel Veiga (coordenação)
- Cristina Barroso
- José António Calixto
- Teresa Calçada
- Teresa Gaspar

O Grupo de Trabalho agradece a participação dos professores, técnicos e especialistas que estiveram presentes na reunião de 29.03.96, bem como os comentários e sugestões escritas que enviaram.

- Ana Maria Pessoa, docente e bibliotecária responsável do CDI do Centro de Recursos da ESE de Setúbal;
- Ana Runkel, bibliotecária da BM de Oeiras;
- António José Pina Falcão, Presidente da BAD e bibliotecário do CDI da Presidência da República;
- Fernanda Eunice Figueiredo, Presidente da Liber Polis e bibliotecária da BM da Palmela;
- Fernando António do Carmo, professor e coordenador da Mediateca da Escola Secundária de Mem Martins;
- Isabel Afreixo, Adjunta do Gabinete do SEAE;
- Isabel Melo e Silva, técnica do Instituto da Juventude;
- Jorge do Ó, Assistente da FPCE da Universidade de Lisboa;
- José António Gomes, Presidente do IBBY e docente da ESE do Porto;
- José Oliveira, Editor da Caminho;
- Lurdes Bichão, formadora de professores do ICE;
- Margarida Graça, docente e coordenadora do Centro de Recursos da ESE de Setúbal;
- Maria José Moura, Directora dos Serviços de Leitura Pública do IBL;
- Maria José Vitorino, professora e bibliotecária responsável do CDI da Escola Básica 2.3 de Vila Franca de Xira;
- Rui Canário, Professor da FPCE da Universidade de Lisboa;
- Rui d’Espiney, Presidente do ICE;
- Sérgio Niza, Presidente do MEM e colaborador do IIE;
- Vera Teixeira, bibliotecária do IBL.

O Grupo de Trabalho agradece igualmente a disponibilidade e os esclarecimentos dos responsáveis das mediatecas/centros de recursos de escolas e das bibliotecas municipais que visitou, em Lisboa, Seixal e Setúbal.

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. A criação de uma rede de bibliotecas escolares, assumida como política articulada pelos Ministérios da Educação e da Cultura, visa responder a uma necessidade sucessivamente enunciada, pelo menos desde meados do séculos passado, quer em textos oficiais, quer na imprensa, quer ainda em estudos sobre práticas culturais e sobre educação.
- 1.2. O tempo encarregou-se, entretanto, de transformar o conceito de biblioteca e foi-lhe conferindo vários significados, desde local de animação ou colecção de livros, até actividade da turma (biblioteca de turma), desde mediateca até centro multifuncional de acesso à informação. Nas últimas décadas os equipamentos onde se promovem iniciativas neste domínio têm sido designados por uma multiplicidade de termos, tanto nas escolas, como em documentos oficiais: Bibliotecas, Mediatecas, Centros de Documentação e Informação (CDI), Centros de Recursos Educativos (CRE), Centros de Informação Multimédia, etc. Em princípio, cada um destes termos deveria ser empregue para corresponder a um conceito e uma realidade determinada. No entanto, verifica-se que isto não acontece e que a escolha da designação tem sido com frequência um pouco arbitrária. Esta diversidade reflecte, por um lado a falta de intervenção e de apoio oficial, mas por outro, reflecte também o dinamismo e a autonomia das equipas pedagógicas que têm conseguido encontrar recursos e criar diferentes tipos de soluções para responder às necessidades que enfrentam.
- 1.3. Hoje, seja qual for o nome por que são designadas, as bibliotecas escolares, sobre as quais nos propomos reflectir, surgem como recursos básicos do processo educativo, sendo-lhes atribuído papel central em domínios tão importantes como: (i) a aprendizagem da leitura; (ii) o domínio dessa competência (literacia); (iii) a criação e o desenvolvimento do prazer de ler e a aquisição de hábitos de leitura; (iv) a capacidade de seleccionar informação e actuar criticamente perante a quantidade e diversidade de fundos e suportes que hoje são postos à disposição das pessoas; (v) o desenvolvimento de métodos de estudo, de investigação autónoma; (vi) o aprofundamento da cultura cívica, científica, tecnológica e artística.
- 1.4. Estudos sobre literacia, nacionais e internacionais, têm vindo a demonstrar que existe uma relação estreita entre a acessibilidade a espaços e recursos

de leitura e o nível de desempenho dos alunos⁽¹⁾. Verifica-se também que é nos países com tradição no domínio das bibliotecas escolares e das bibliotecas públicas que os hábitos de leitura da população se encontram mais enraizados, sendo também esses países que registam níveis mais elevados de desenvolvimento cultural e científico⁽²⁾.

1.5. No mundo em que a informação e o conhecimento científico e tecnológico se produzem a um ritmo acelerado e em que é indispensável formar pessoas capazes de acompanhar a mudança, cabe às escolas e às suas bibliotecas a função essencial de criar e desenvolver nos alunos competências de informação, contribuindo assim para que os cidadãos se tornem mais conscientes, informados e participantes, e para o desenvolvimento cultural da sociedade no seu conjunto.

1.6. Considera-se, portanto, que a criação de uma rede de bibliotecas poderá constituir uma das medidas da política educativa e que cada biblioteca deverá ser entendida como um centro de recursos multimédia de livre acesso, destinado à consulta e à produção em diferentes suportes. Deverá também tornar-se um centro de iniciativas, inseridas na vida pedagógica da escola e aberto à comunidade local.

Importa desde já sublinhar que, ao lançar-se um programa de criação de uma rede de bibliotecas escolares, pretende-se que as equipas responsáveis pelos projectos e experiências de sucesso de tantas escolas portuguesas, venham a encontrar melhores condições para prosseguir o seu trabalho e não se sintam forçadas a seguir orientações que, embora concebidas para se tornarem estimulantes, podem afinal vir a constituir um entrave às dinâmicas já existentes.

Nesta perspectiva, cada biblioteca deverá tornar-se um núcleo da vida da escola, atraente, acolhedor e estimulante, onde os alunos:

- i) se sintam num ambiente que lhes pertence e se habituem a considerar o livro e a informação como necessidades do dia-a-dia e como inesgotáveis fontes de prazer e de desenvolvimento pessoal;

- ii) tenham acesso à informação e ao conhecimento, através de grande diversidade de livros, jornais, revistas, audiovisuais e tecnologias de informação;
- iii) possam descobrir e alimentar o prazer de ler e de se informarem recorrendo a fontes documentais disponíveis nos mais variados tipos de suportes;
- iv) possam estudar e encontrar com facilidade fontes documentais, se habituem a seleccionar e gerir informação para realizarem actividades curriculares (individualmente ou em grupo, autonomamente ou com apoio docente e de técnicos especializados);
- v) adquiram competências e autonomia no domínio da informação escrita, digital e multimédia e produzam documentos em suportes e linguagem diversificadas.

Deve também ser um lugar onde os professores:

- i) se sintam num ambiente que lhes pertence e adquiram o hábito de tomar iniciativas e participar na sua animação, actualização e enriquecimento;
- ii) encontrem informação variada, utilizável no seu trabalho docente, e possam requisitar livros e outros documentos nos mais variados tipos de suportes para as actividades da sala de aula;
- iii) recolham sugestões, ideias e materiais que os inspirem e apoiem no seu trabalho docente e no ajustamento aos alunos e às turmas;
- iv) possam recorrer ao professor bibliotecário, ao técnico adjunto de biblioteca e documentação ou a outros professores da equipa para debater modalidades de incentivar nos alunos o prazer de ler e a aprendizagem centrada na procura autónoma de informação;
- v) possam encaminhar os seus alunos para que ali realizem actividades de estudo ou de ocupação de tempos livres.

Deve ainda ser um lugar onde todos encontram registos de memórias da escola e do seu meio envolvente, através de documentos ali produzidos, contribuindo assim para reforçar a identidade da escola e da comunidade local.

⁽¹⁾ Sim-Sim, I. e Ramalho, G., *Como Lêem As Nossas Crianças? Caracterização de nível de literacia da população portuguesa*, Lisboa, GEP, Ministério da Educação, 1993.

Elley, B. Warwick, *How in the world do students read? IEA Study of reading Literacy*, The International Association for the Evaluation of Educational Achievement, 1992.

⁽²⁾ *Rapport Mondial sur le Développement Humain: 1994*, Programme des Nations Unies pour le développement, Paris, Ed. Economica, 1994.

2. DIAGNÓSTICO: A SITUAÇÃO ACTUAL DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

2.1. Não existem estudos a nível nacional que possam servir de base a uma descrição geral e completa das bibliotecas existentes nas escolas portuguesas, nem seria possível realizar um trabalho dessa natureza no prazo atribuído para a realização deste relatório (3 meses).

No entanto, a partir de estudos que analisam aspectos parcelares do funcionamento das bibliotecas, de estudos regionais e do conhecimento directo por parte dos elementos desta equipa, é possível inventariar algumas das características principais da situação actual⁽¹⁾.

2.2. Apesar de surgirem referências à criação de bibliotecas na legislação sobre ensino primário pelo menos desde 1866⁽²⁾, a verdade é que estas nunca tiveram espaço próprio, nem nos edifícios nem na vida da escolas.

O único projecto tipo que inclui zona destinada a “leitura” foi o das escolas P3⁽³⁾ construídas a partir de 1970. Verifica-se, no entanto, que a área reservada correspondia apenas a cerca de um terço da sua sala de aula. Não é portanto de estranhar que anualmente a percentagem de edifícios de 1.º ciclo com espaço para biblioteca seja mínimo (7,9%) e que só num pequeno número de escolas (35,6%) se tenha conseguido ultrapassar parcialmente a lacuna, improvisando espaço alternativo⁽⁴⁾.

⁽¹⁾ • Canário, R. Barroso, C., Oliveira, F. Pessoa, A. M. — *Mediatecas Escolares. Gênese e Desenvolvimento de uma Inovação*, Lisboa, IIE, 1994.

• Rodrigues, Eloy — *Estudo da Rede de Bibliotecas Escolares do Porto*, CMP, 1994. *Ler na escola — As Bibliotecas Escolares do Distrito de Braga e Viana do Castelo* Universidades do Minho, Instituto de Educação, s/d.

• Magalhães A. e Alçada I. *Os Jovens e a Leitura* — IIE — ESE de Lisboa, Editorial Caminho, 1993. O inquérito realizado entre 1990 e 1992 abrangeu uma amostra representativa das escolas do 1.º e do 2.º ciclos do ensino Básico.

• Calixto, José António, *A Biblioteca Escolar e a Sociedade de Informação*. Ed. Caminho, 1996.

• Garraio, I. M. — *Bibliotecas Escolares: Situação Actual e Perspectivas* — Estudo realizado em 21 escolas de 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e secundário do distrito de Portalegre (Dissertação de Mestrado).

⁽²⁾ Portaria do Ministério dos Negócios do Reino, Direcção-Geral da Instrução Pública, in *Diário de Lisboa*, 20 de Julho de 1866.

⁽³⁾ Projecto da Direcção Geral das Construções Escolares, arquitecta Maria do Carmo Matos.

⁽⁴⁾ Os dados referidos são os do estudo *Os jovens e a Leitura* — *op. cit.*

2.3. Na maior parte das **escolas do 1.º ciclo** não existe sequer espaço com estantes, na melhor das hipóteses, os livros são distribuídos pelas salas, mas mais frequentemente encontram-se em armário fechado no gabinete da direcção ou na sala dos professores. Neste casos, não se pode propriamente falar de fundo documental pois o conjunto das obras é exíguo, tem peso excessivo de manuais escolares, e não cobre os domínios necessários ao trabalho escolar, nem ao desenvolvimento do gosto pela leitura.

2.4. Apesar de institucionalmente não se oferecerem condições mínimas, muitos educadores e professores têm tentado promover o interesse pelo livro com soluções de recurso. Organizam “bibliotecas de turma” com a colaboração dos pais, elaboram projectos pedagógicos com apoio financeiro das autarquias, promovem feiras do livro com o contributo das editoras, e, na sala de aula, desenvolvem múltiplas actividades com livros, destinados a fomentar o prazer de ler e estimular a capacidade de obter informação recorrendo ao suporte escrito. Em casos excepcionais, os professores do 1.º ciclo conseguiram autênticos “milagres” criando bibliotecas “a partir do nada”. Transformaram uma ou duas salas de aula em centros de recursos, com biblioteca de livre acesso e organizaram o espaço de modo a proporcionar diferentes tipos de utilização: zona de leitura, de trabalho de grupo, de audiovisuais, etc. Conseguiram também um certo fundo documental. Contudo, é necessário salientar que no 1.º ciclo só têm surgido bibliotecas agradáveis e adequadas à idade dos alunos quando se conseguiram ultrapassar obstáculos de peso: tradição de pobreza e inércia, falta de recursos financeiros, falta de preparação técnica de professores.

As iniciativas que perduraram são escassas. Resultaram sobretudo da criatividade, capacidade de aproveitar oportunidades e perseverança de professores e de directores, empenhados em modernizar as suas escolas e adequá-las ao espírito da Reforma Educativa.

2.5. Nas **escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e nas escolas secundárias** o panorama é diferente, já que os projectos dos diferentes tipos de edifícios que ao longo do tempo foram sendo construídos, previram geralmente espaços para biblioteca. Num inquérito realizado em 1992 às escolas preparatórias, C+S e secundárias⁽⁵⁾, 89,4% das respostas indicaram

existir biblioteca, embora frequentemente o espaço que ocupa seja transformado em sala de aula ou usado com outras funções⁽⁶⁾.

2.6. Algumas escolas afirmam possuir *mediatecas*, criadas na sequência dos concursos Prodep de 90 e 91 (cerca de 55 escolas do 1.º ciclo e cerca de 160 dos 2.º e 3.º ciclos e Secundário, o que corresponde, respectivamente, a 0,6% e 16,4% do total de escolas existentes)⁽⁷⁾. Outras ainda instalaram *mediatecas* recorrendo a outras fontes de financiamento.

2.7. As bibliotecas das escolas a partir do 2.º ciclo serão aqui caracterizadas em conjunto, pois as diferenças entre níveis de escolaridade são menos marcadas do que as decorrentes de factores tais como o tipo de edifício, o número de alunos e as iniciativas desencadeadas recentemente pelos professores.

Serão considerados os seguintes aspectos:

1) Instalações/espaço 2) Equipamento 3) Constituição e enriquecimento do fundo documental 4) Recursos humanos 5) Organização e funcionamento 6) Divulgação e animação.

2.8. O **espaço** consagrado à biblioteca escolar é sempre inferior ao necessário e não permite um funcionamento escolar adequado ao número de alunos. A situação varia muito de escola para escola. Geralmente a biblioteca dispõe de espaço exíguo, mas em certos casos houve apropriação de salas de aula conseguindo-se uma dimensão mais próxima da recomendada pela UNESCO para as bibliotecas escolares⁽⁸⁾. Em muitos estabelecimentos de ensino verificam-se problemas relacionados com deficiente localização (bibliotecas afastadas da passagem do maior número possível de utilizadores, em locais barulhentos, junto de cantinas, ginásios ou salas de convívio), com a iluminação (insuficiência ou excesso de luz natural) e com carência de isolamento térmico e acústico. A maioria das bibliotecas possui apenas uma sala comum onde não é possível⁽⁹⁾ discriminar zonas des-

⁽⁶⁾ Anexo 4.

⁽⁷⁾ Dados fornecidos pelo Dep/Gef referentes a 1991. A criação e o desenvolvimento das mediatecas escolares foi objecto do estudo de avaliação Mediatecas Escolares, *op. cit.*, que abrangeu quatro escolas do ensino Básico 2.º e 3.º ciclo e Secundário de diferentes zonas do distrito de Setúbal.

⁽⁸⁾ Carrol, F. L. e Beilke, P. F. — *Guidelines for the Planing and Organization of School Library Resource Centers*, Paris, UNESCO, 1979.

⁽⁹⁾ Calixto, José António — *op. cit.*

⁽⁵⁾ Os dados referidos são os do estudo — *Estudo do Parque Escolar*, Dep/Gef, 1995. O inquérito realizado em 1992 abrangeu 945 das 977 escolas então existentes.

tinadas às diferentes funções requeridas pelos utilizadores, como espaços para leitura recreativa individual e para estudo, para trabalho de grupo e para consulta de documentos audiovisuais, de CD-ROM ou Internet.

Verifica-se ainda que na documentação produzida pelo Departamento de Gestão e Recursos Educativos (DGRE)⁽¹⁰⁾ as recomendações acerca de bibliotecas escolares prevêem áreas que ficam aquém das que seriam necessárias para se desenvolverem as actividades requeridas.

2.9. Os equipamentos disponíveis não foram geralmente pensados para utilizações diversificadas. Na maioria dos casos, as bibliotecas possuem apenas mesas e cadeiras idênticas às das salas de aula, que não oferecem as melhores condições de conforto.

No entanto, o maior problema relaciona-se com as estantes: são geralmente armários fechados com rede ou com vidros que tornam difícil o livre acesso. Em geral, não existem expositores para revistas, para divulgação de novidades (livros, folhetos, discos, etc.), para dossiers temáticos ou para montagem de exposições. Também não é frequente haver carrinhos ou outros meios de transportes de livros que permitam a circulação dentro da biblioteca ou empréstimo para trabalho nas salas de aula.

Em dois documentos da DGRE sobre mobiliário escolar são sugeridas três soluções para equipamento de bibliotecas, elaboradas em 1985⁽¹¹⁾. No entanto, as áreas e a disposição previstas não permitem organizar as bibliotecas de modo a que venham a cumprir as funções que hoje lhes são atribuídas.

Num documento da DGRE⁽¹²⁾, propõe-se que os edifícios das Escolas Básicas Integradas disponham de um “Centro de Recursos de Escola” destinado a concentrar em espaço próprio um fundo documental em diferentes tipos de suportes, bem como os meios necessários à consulta e produção de documentos.

Os princípios enunciados e nos quais se baseia a concepção dos espaços e equipamentos correspondem aos objectivos que se devem visar com as

bibliotecas escolares de que o país precisa. Actualmente encontra-se já em funcionamento um certo número de escolas desta tipologia. No caso de terem sido construídas de acordo com as orientações do programa, os espaços disponíveis para biblioteca deverão em princípio ser adequados. Existe ainda um estudo da Direcção Geral da Administração Escolar (DGAE) no qual se apresentam propostas fundamentadas para construção de “Centros de Recursos de Escola” (CRE)⁽¹³⁾.

2.10. Embora as escolas geralmente disponham de **equipamento audiovisual**, a sua utilização na biblioteca é ainda rara, pois prevalece uma lógica de compartimentação de esforços e recursos pelos grupos disciplinares, pelos serviços, etc. em vez de se efectuar uma gestão integrada em que todos conheçam aquilo que existe e tenham acesso ao fundo comum.

2.11. Quanto a **equipamento informático**, a situação é também bastante insuficiente. Mesmo quando a escola dispõe de computadores para trabalho dos alunos, muitas vezes nenhum deles está integrado na biblioteca e não existe software específico nem acesso a bases de dados à distância.

2.12. O **fundo documental** é quase exclusivamente constituído por livros, verificando-se carências enormes de recursos de informação sobretudo nos edifícios de construção mais recente. Em 22 escolas secundárias e em 3 C+S existem mais de 10 000 obras (3% do total), mas a maioria das escolas (68%) dispõe de um acervo entre 1001 e 5000 obras. À primeira vista o panorama parece aceitável, mas os dados relativos ao número de obras disponível em cada escola⁽¹⁴⁾ só ganham significado quando cruzados com o número de alunos que a frequenta. No concelho do Porto, por exemplo, o ratio documento/aluno varia entre 1 e 8,1. Nos distritos de Braga e Viana do Castelo surgem escolas em que o ratio é inferior a 1 livro por aluno⁽¹⁵⁾. Tomando por referência as recomendações da UNESCO (12 livros por aluno no lançamento de um processo de constituição de um fundo e entre 39 e 52 documentos após um programa de crescimento de dez anos), constata-se que os valores nas bibliotecas portuguesas não atingem os valores mínimos.

⁽¹⁰⁾ *Mobiliário Escolar — Ensino Básico, Ensino Secundário* DGRE, Ministério da Educação, 1994, págs. 113 a 117.

⁽¹¹⁾ *Mobiliário Escolar, Programas para Escolas*, DGRE, Ministério da Educação, 1992 e *Mobiliário Escolar, condições técnicas gerais*, DGRE, Ministério da Educação, 1994.

⁽¹²⁾ *Programa de Espaços para Escola Básica Integrada EB 1,2,3* DGRE, Ministério da Educação, 1992.

⁽¹³⁾ *Centro de Recursos de Escola* D.G.A.E., Ministério da Educação, 1992.

⁽¹⁴⁾ Os dados referidos são os do estudo *O Estado do Parque Escolar — op. cit.*

⁽¹⁵⁾ Os dados são os dos estudos já citados: Rodrigues, Eloy — *Estudo da rede de bibliotecas escolares do Porto e Ler na escola — As bibliotecas escolares dos distritos de Braga e de Viana do Castelo.*

Para além dos aspectos quantitativos, é necessário analisar a adequação dos documentos existentes às características da população escolar.

Nas escolas com maiores fundos documentais, especialmente nas secundárias, muitos volumes possuem valor histórico mas não são adequados às necessidades dos alunos. A manutenção destes livros na biblioteca ocasiona problemas de conservação e gestão difíceis de superar.

Em geral, os responsáveis por bibliotecas afirmam que o peso dos manuais escolares nas bibliotecas é excessivo e que as obras existentes não atraem as crianças e os jovens. Referem que seria necessário oferecer-lhes leituras aliciantes, documentação escrita e audiovisual acessível e ajustada ao estudo e ao trabalho de pesquisa proposto no âmbito curricular.

As maiores carências situam-se nos seguintes domínios: obras de referência — enciclopédias, dicionários, atlas, etc.; leitura infanto-juvenil, dossiers temáticos, obras cobrindo domínios científicos e tecnológicos; bibliografia sobre a região e o concelho; publicações periódicas e documentos audiovisuais.

2.13. Para **enriquecimento do fundo documental** as bibliotecas recorrem sobretudo a ofertas de origem variada, participam em concursos promovidos pelas autarquias ou por serviços do Ministério da Educação, organizam feiras do livro e outras iniciativas para obtenção de financiamento. Uma vez que não possuem orçamento próprio, vivem na dependência de verbas concedidas pontualmente pelas direcções das escolas, também elas obrigadas a gerir orçamentos muito reduzidos.

2.14. Os recursos humanos que o quadro legal em vigor⁽¹⁶⁾ atribui à organização, gestão e animação das bibliotecas escolares são manifestamente insuficientes: um professor responsável com uma redução de duas horas semanais e um funcionário auxiliar de acção educativa que, frequentemente, realiza também actividades na cantina, portaria, telefone, etc. Não é imaginável que se organize, enriqueça e dinamize uma biblioteca em duas horas por semana.

Em muitas escolas, os professores dedicam à biblioteca mais do que as horas regulamentares, em regime de voluntariado ou com redução acima

⁽¹⁶⁾ Este quadro legal remonta a uma circular de 1951 enviada às escolas secundárias para regulamentar a aplicação de uma lei de 1948 que estabeleceu a obrigatoriedade das bibliotecas escolares.

da prevista. Além disso, é comum distribuir-se serviço na biblioteca a professores com outras reduções motivadas por doença e por vezes a mais do que um funcionário auxiliar.

No entanto, a penúria de recursos humanos é um dos principais problemas que as bibliotecas escolares enfrentam e que, só por si, explicaria a inexistência de uma dinâmica eficaz.

A regulamentação em vigor é do início dos anos 50, época em que não se previa que a escola estimulasse hábitos de leitura e em que o acesso à informação não só não era uma prioridade educativa como estava sujeito à censura.

Para além da insuficiência de tempo, existem vários outros problemas que afectam a qualidade dos serviços:

- i) a falta de formação em ciências documentais, tanto dos professores como dos funcionários, que deixa ao sabor do improvisado, da boa vontade e da imaginação individual, um trabalho que deveria basear-se em informação técnica especializada;
- ii) a mudança de escola dos responsáveis, que inviabiliza investimento em projectos de médio prazo;
- iii) o facto de os professores encarregues da biblioteca não terem assento no Conselho Pedagógico nem outro órgão de gestão, o que lhes dificulta a apresentação das necessidades da biblioteca, nomeadamente as da sua renovação científica e pedagógica.

2.15. Na maior parte das escolas realiza-se o **tratamento do fundo bibliográfico**, embora os procedimentos de catalogação de documentos não se encontrem normalizados. Regra geral, os catálogos não são adequados para apoiar a pesquisa bibliográfica dos alunos.

Quanto à arrumação nas estantes, o critério mais usual é apenas a separação por disciplinas escolares, o que também não ajuda os potenciais utilizadores a descobrirem livros que não conheçam nem a encontrarem fontes de informação necessárias à realização de trabalhos de pesquisa.

Devido a razões que se prendem com o tipo de mobiliário, mas sobretudo com receios dos responsáveis, são ainda poucas as escolas que oferecem aos alunos livre acesso às obras. A maioria possui estantes fechadas, de acesso condicionado a requisição prévia.

Como o horário em que é permitida a leitura presencial depende das disponibilidades de tempo de funcionários e professores, muitas vezes não é possível mantê-la aberta durante todo o período de funcionamento da escola.

É compreensível que, sem pessoal especializado e disponível, os alunos que se dirigem espontaneamente à biblioteca não recebam a devida orientação. Seria importante encontrarem lá alguém que lhes facilitasse a descoberta de fontes de informação adequadas às necessidades da pesquisa que se propõem fazer e que os ajudassem a descobrir obras aliciantes. O empréstimo para leitura domiciliária é já uma prática corrente nas escolas, embora sem abranger ainda a sua totalidade. Algumas bibliotecas exigem inscrição anual e o pagamento de uma pequena cota por cada requisição. Tanto os prazos de devolução como o número de obras que cada aluno pode levar para casa variam de escola para escola.

A consulta de audiovisuais e o respectivo empréstimo domiciliário depende do equipamento e dos materiais existentes, sendo raras as escolas que dispõem destes recursos em quantidade e qualidade.

Como a maioria dos equipamentos disponíveis não possibilita consultas individuais, a utilização é quase sempre colectiva e implica a suspensão das outras actividades da biblioteca.

2.16. Apesar das dificuldades e carências em todos os níveis de escolaridade, os professores responsáveis por bibliotecas têm investido um esforço notável e realizado acções destinadas a **divulgar** as potencialidades dos recursos que gerem, a **dinamizar** os serviços que oferecem e a **animar** o espaço com actividades que atraiam potenciais utilizadores.

Em muitas escolas, realizam-se visitas guiadas e sessões com turmas para esclarecimento dos professores e dos alunos, noutras são publicados boletins informativos, jornais, jornais de parede e cartazes. Noutras ainda, são feitas exposições bibliográficas ou temáticas.

Alguns professores e conselhos directivos têm conseguido o apoio de especialistas e técnicos de bibliotecas públicas para repensarem o papel da biblioteca no contexto da escola. Na sequência desse trabalho elaboraram projectos de transformação, recorrem a apoios financeiros variados e a pouco e pouco fazem surgir centros de recursos em espaços agradáveis, multifuncionais, onde prestam serviços estimulantes do trabalho educativo. No entanto, estes casos são raros.

Mais frequentes são as acções de **dinamização** de biblioteca que acontecem um pouco por todo o país. Têm periodicidade variável (em certas escolas semanal) e assumem diferentes modalidades: clubes de leitura e de jornalismo, concursos de leitura e escrita, dramatizações e peças de teatro, encontros com escritores e outros convidados, debates, mesas-redondas, recitais de poesia, semanas culturais, etc.

2.17. Em síntese, pode afirmar-se que existe dinâmica pedagógica nas escolas visando estimular o interesse pelo livro e pela leitura. Decorre do empenho dos professores e da capacidade de assumir riscos dos conselhos directivos. Concretiza-se sobretudo em acontecimentos de duração restrita que envolvem alunos e com frequência convidados exteriores à escola.

O que falta, na maioria dos casos, é afinal um serviço de biblioteca que deveria ser básico, permanente e estimulante.

3. PRINCÍPIOS GERAIS

3.1. A Informação — Um Elemento Central do Currículo

Toda a actividade curricular consiste num processo de selecção, tratamento, produção e difusão da informação tendo como principal finalidade a aquisição de um “saber escolar”.

O crescimento exponencial do volume de informação, a diversidade de meios de difusão e a acessibilidade às fontes possibilitada pelas modernas tecnologias de informação obrigam a alterar por completo as formas tradicionais do trabalho escolar.

A necessidade de desenvolver em todos os alunos competências neste domínio constitui o objectivo primeiro da aprendizagem, qualquer que seja a disciplina ou ano de estudo, exige uma organização, métodos e recursos adequados e assenta sobretudo na criação de situações que promovam o prazer de ler, de escrever e de investigar.

Qualquer medida destinada a desenvolver os meios disponíveis de acesso à informação na escola, bem como a capacidade de alunos e professores a utilizarem com fins educativos, deve ser vista sempre como uma inovação pedagógica à escala de todo o estabelecimento de ensino.

Só pode ser concretizada se se traduzir em mudanças efectivas quer das estruturas existentes (espaços, organização pedagógica) quer dos comportamentos dos professores (conteúdos e métodos de ensino) e dos alunos (relação com o saber, tarefas e processos de trabalho).

A biblioteca escolar, entendida como centro multimédia onde a informação com fins educativos é tratada, integrada, disponibilizada e produzida em diferentes suportes (livros, jornais, vídeo, filmes, diapositivos, programas informáticos, informação on-line, etc.), constitui, por isso mesmo, um dos principais recursos para o desenvolvimento curricular. Constitui igualmente um recurso privilegiado na promoção da leitura lúdica, nomeadamente de obras literárias e de ficção ajustadas à idade dos alunos.

3.2. A Biblioteca — Um Lugar Especializado, mas Integrado na Escola e Articulado Numa “Rede Local de Leitura”

Para que a biblioteca escolar possa desempenhar o papel central que lhe cabe no desenvolvimento do currículo torna-se necessário que os espaços, equi-

pamentos, a gestão e a qualificação do seu pessoal obedçam a critérios e normas rigorosas e adequadas às suas funções.

Para definir estas normas e critérios é útil ter em conta os conhecimentos e práticas adquiridos pelas experiências realizadas em Portugal e noutros países e devem conjugar-se os requisitos técnico-documentais com as exigências pedagógicas.

Pretende-se que exista uma especialização funcional dos espaços, dos equipamentos, do pessoal, da gestão e das actividades da biblioteca, sendo contudo de evitar soluções que conduzam à sua autonomização e marginalização. A biblioteca deve antes ser entendida como uma unidade orgânica da escola e o planeamento das suas actividades, embora ajustado à especificidade das suas funções, estará integrada no planeamento global da escola e no seu projecto educativo.

Neste sentido, a actividade da biblioteca não se confina aos seus limites físicos e temporais, mas deve poder estender-se a todos os espaços e tempos lectivos e não-lectivos (sala de aula, sala de convívio, domicílio dos alunos, etc.).

A especialização e qualificação técnica das bibliotecas escolares exige um conjunto de meios que muitas vezes excedem a capacidade das escolas individualmente consideradas. Esta é uma das primeiras razões para que as bibliotecas de diferentes estabelecimentos de ensino de uma mesma localidade se articulem em rede, potenciando os seus recursos próprios e complementando as suas actividades. Para além disso, é desejável que a ligação em rede não fique confinada às escolas e acompanhe a evolução das políticas educativas que procurem fazer do estabelecimento de ensino um equipamento integrado com outros equipamentos sociais da localidade.

Nesta ligação a outros equipamentos sociais é de privilegiar a biblioteca pública, que deve incluir uma função de “*serviço de apoio às bibliotecas escolares*”.

3.3. O Desenvolvimento das Bibliotecas Escolares — Uma Mudança à Escala do Estabelecimento de Ensino

O desenvolvimento da biblioteca escolar (de acordo com estes princípios) deve ser entendido como uma inovação organizacional que, potencialmente, afecta o conjunto do estabelecimento de ensino, quer no seu funcionamento interno quer na sua relação com o contexto local.

Neste sentido, toda e qualquer mudança da biblioteca de uma escola não pode ser dissociada de um projecto pedagógico que vise estabelecer novas formas de relação com o saber, novas modalidades de estruturar as situações de aprendizagem dos alunos, processos de formação dos professores.

A transformação da biblioteca escolar pode ter um efeito indutor na mudança da escola em geral. Mas essa transformação não pode ser imposta normativamente do exterior; terá de corresponder a uma necessidade da própria escola, pelo menos dos sectores mais inovadores e dinâmicos, e em particular dos seus órgãos de gestão.

Como acontece com a maioria das situações inovadoras vividas com êxito nos estabelecimentos de ensino, a transformação e desenvolvimento da biblioteca deverá constituir um processo “aberto” a um número indeterminado de soluções e caminhos diferentes, com ritmos e etapas também diversos.

É, portanto, de evitar modelos rígidos para a organização e funcionamento das bibliotecas que marginalizem experiências já existentes ou se tornem inacessíveis para a maioria das escolas.

A transformação das bibliotecas deve ser vista como um processo endógeno, estimulado e sustentado do exterior, mas que permita as margens de ajustamento necessárias para que professores e alunos se apropriem dele, de acordo com as suas necessidades e dinâmicas próprias.

4. BASES DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES⁽¹⁾

4.1. Âmbito e Finalidades

4.1.1. As presentes bases destinam-se a servir de orientação ao processo de criação ou transformação das bibliotecas já existentes nos estabelecimentos de ensino, de acordo com critérios pedagógicos e técnico-documentais ajustados ao importante papel que este tipo de equipamento deve desempenhar.

Com esse fim são definidos princípios e linhas gerais a que devem obedecer as bibliotecas escolares, bem como os requisitos mínimos que devem ser respeitados na definição dos seus espaços, fundos documentais, equipamentos, modos de funcionamento e de gestão.

4.1.2. As bases são definidas de modo genérico, mas a sua aplicação deve ser realizada de modo flexível e ter em conta a especificidade dos diferentes níveis de ensino e a diversidade de situações locais.

4.1.3. Embora constituam um referente comum para todas as bibliotecas escolares, as normas e orientações definidas devem ser compatibilizadas com as opções já tomadas nos estabelecimentos de ensino onde se desenvolveram projectos de transformação de equipamentos existentes, nomeadamente a instalação de mediatecas e de centros de recursos.

4.2. Definição e Princípios Gerais

4.2.1. O conceito de biblioteca escolar inclui os espaços e equipamentos onde são recolhidos, tratados e disponibilizados todos os tipos de documentos (qualquer que seja a sua natureza e suporte) que constituem recursos pedagógicos quer para as actividades quotidianas de ensino, quer para actividades curriculares não lectivas, quer para ocupação de tempos livres e de lazer.

⁽¹⁾ Vd. Anexo 5 — Canário, R., Barroso C., Oliveira F. & Pessoa, A. M. (1994) *Mediatecas escolares. Génesis e desenvolvimento de uma inovação*. Lisboa: IIE.

De acordo com este conceito, a biblioteca escolar deve ser concebida como um verdadeiro “centro de recursos educativos” multimédia (livros, programas informáticos, periódicos, registos video e áudio, diapositivos, filmes, CD-ROM, etc.), ao dispor de alunos, de professores e, em condições específicas, de outros elementos da sociedade.

4.2.2. A biblioteca constitui um instrumento essencial do desenvolvimento do currículo escolar e as suas actividades devem estar integradas nas restantes actividades da escola e fazer parte do seu projecto educativo. Ela não deve ser vista como um simples serviço de apoio à actividade lectiva ou um espaço autónomo de aprendizagem e ocupação de tempos livres.

4.2.3. De acordo com estes princípios, a biblioteca escolar deve constituir-se como um núcleo da organização pedagógica da escola, vocacionado para as actividades culturais e para a informação tendo em vista realizar, entre outros, os seguintes objectivos:

- tornar possível a plena utilização dos recursos pedagógicos existentes e dotar a escola de um fundo documental adequado às necessidades das diferentes disciplinas e projectos de trabalho;
- permitir a integração dos materiais impressos, audiovisuais e informáticos e favorecer a constituição de conjuntos documentais, organizados em função de diferentes temas;
- desenvolver nos alunos competências e hábitos de trabalho baseados na consulta, tratamento e produção de informação, tais como: seleccionar, analisar, criticar e utilizar documentos; desenvolver um trabalho de pesquisa ou estudo, individualmente ou em grupo, a solicitação do professor ou de sua própria iniciativa; produzir sínteses informativas em diferentes suportes;
- estimular nos alunos o prazer de ler e o interesse pela cultura nacional e universal;
- ajudar os professores a planificarem as suas actividades de ensino e a diversificarem as situações de aprendizagem;
- associar a leitura, os livros e a frequência de bibliotecas à ocupação lúdica dos tempos livres.

4.3. Condições de Instalação e Funcionamento

Para realizar estes objectivos as bibliotecas escolares exigem que sejam garantidas um conjunto de condições mínimas que a seguir se enunciam, reservando uma descrição mais detalhada para o ponto 5 deste relatório.

4.3.1. *Uma equipa educativa*

A responsabilidade pela coordenação dos serviços da biblioteca deve estar a cargo de uma equipa que assegure as tarefas necessárias ao seu funcionamento. Esta equipa deve ser constituída por professores interessados no projecto pedagógico das bibliotecas escolares e por técnicos a quem é fornecida uma formação especializada neste domínio. As dimensões e composição desta equipa devem variar conforme as situações específicas de cada caso, mas é importante que ela crie dispositivos que permitam associar os próprios utilizadores (alunos e demais professores) ao desempenho das suas funções.

A divulgação das modalidades de utilização da biblioteca escolar (em moldes convidativos) e as actividades de animação (e formação) devem merecer particular atenção por parte da equipa educativa responsável pela biblioteca escolar, no quadro do projecto específico de cada escola, e envolver diferentes parceiros.

4.3.2. *Instalações adequadas*

As instalações da biblioteca escolar devem ser amplas (tanto quanto possível), agradáveis e bem iluminadas. A sua configuração deve respeitar requisitos técnicos mínimos de segurança e circulação e facilitar o desempenho das suas funções.

Os espaços a utilizar pela biblioteca escolar devem ser flexíveis e articulados, de modo a induzirem a utilização integrada da diversidade de recursos de informação disponíveis, a produção de materiais por alunos e professores, a leitura informal e a animação pedagógica.

A definição dos espaços nucleares que constituem a biblioteca escolar é objecto de um normativo técnico que funcionará como um instrumento de apoio à concepção de projectos de transformação/criação de bibliotecas escolares, ou ao seu reajustamento e desenvolvimento nos casos em que já há projectos executados ou em fase de execução.

4.3.3. Espaços especializados

Os espaços para a biblioteca podem ser construídos de raiz ou adaptados, em função de normas específicas, e ajustados à diversidade de funções que se realizam numa biblioteca escolar. Deverá existir sempre um espaço central, para trabalho dos alunos e dos responsáveis pela biblioteca, onde se concentram o fundo documental e os diferentes equipamentos, dentro de um princípio de unicidade e integração multimédia.

Contudo, a biblioteca não se confina a este espaço e deve estender a sua acção a toda a escola, através de meios próprios para a circulação da documentação e de alguns equipamentos.

4.3.4. Uma política documental ajustada à população escolar

A plena rentabilização da biblioteca escolar (entendida como um sistema documental) é atravessada por uma dimensão técnica que condiciona o aproveitamento pleno dos recursos de informação disponíveis. Para esse fim, é necessário adoptar um conjunto de soluções fundamentadas que permitam uma correcta constituição e gestão do fundo documental (tendo em conta critérios de unicidade, diversidade e quantidade).

Com o objectivo de ajustar as exigências técnicas às necessidades dos utilizadores, devem ser adoptados procedimentos simplificados mas normalizados para as bibliotecas dos diferentes níveis da escolaridade.

4.3.5. Uma dotação orçamental própria

A biblioteca escolar deve constituir um “centro de custos” do ponto de vista da gestão orçamental. No orçamento da biblioteca devem estar previstas despesas de investimento para actualização do fundo documental e dos equipamentos, despesas correntes para o seu funcionamento, bem como receitas próprias geradas por serviços prestados ou doações.

4.3.6. Princípios de organização e funcionamento

As funções da biblioteca escolar definem-se fundamentalmente pelas actividades que os alunos e os professores devem poder desenvolver utilizando o dispositivo documental do estabelecimento de ensino: informação, pesquisa e produção. A dimensão estratégica atribuída à biblioteca escolar convida a valorizar as aprendizagens informais, com particular incidência na criação e desenvolvimento do gosto pela leitura como actividade de lazer.

Para realizar as suas funções, a biblioteca escolar deve assegurar durante todas as horas de funcionamento da escola um serviço de apoio aos utilizadores: utilização presencial em sistema de livre acesso, empréstimo domiciliário, empréstimo para as aulas e para outros locais da escola, reprodução de documentação, etc.

4.3.7. Articulação em rede com outras bibliotecas escolares ou públicas

O conceito de rede de bibliotecas escolares assenta no pressuposto que cada escola deve dispor de uma biblioteca. As bibliotecas de diferentes escolas de uma mesma área geográfica devem estar articuladas em rede para permuta de documentos e actividades conjuntas de animação. O mesmo deve acontecer com a ligação entre as bibliotecas escolares e as bibliotecas públicas, principalmente para recurso a serviços de apoio técnico especializado.

O princípio de integração das bibliotecas escolares numa rede local de equipamentos do mesmo tipo deve ser tido em conta na planificação e execução de programas de transformação das actuais bibliotecas para tipificação das suas características.

Para elaboração deste ponto do relatório tomou-se como referência a bibliografia especializada incluída no ponto 8, experiências de bibliotecas bem sucedidas que existem nas escolas portuguesas, e também os relatórios que serviram de base ao lançamento do programa de rede de leitura pública (relatórios de 1986 e 1994), cujos resultados se têm revelado altamente positivos.

5. LINHAS DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA E FUNCIONAL

Procurou-se traçar linhas de orientação técnica e funcional que fossem comuns para todas as bibliotecas escolares. No entanto, a diversidade de situações existentes nas escolas do país exigiu que se definissem também modalidades de aplicação conforme o tipo de escola. Para isso, agruparam-se as escolas em **quatro tipos** definidos em função de:

- população escolar — para determinar a dimensão requerida pelas bibliotecas no que respeita a recursos humanos e a recursos materiais.
- níveis de escolaridade — para definir as características dos recursos.

Não se considerou correcto incluir neste trabalho orientação para o lançamento de bibliotecas destinadas aos jardins de infância.

Tais orientações deverão ser objecto de estudo e programa próprios enquadrados no âmbito do desenvolvimento da rede do pré-escolar.

QUADRO 1

TIPOLOGIA DE ESCOLAS, POR DIMENSÃO E NÍVEIS DE ESCOLARIDADE

Níveis de escolaridade	1.º Ciclo	2.º Ciclo	2.º e 3.º Ciclos	Secundário	TOTAL
Número de alunos					
< 200	8 703	10	12	2	8 727
201-500	536	80	87	21	724
501-1000	19	76	196	110	1 125
> 1000	1	24	79	266	370
TOTAL	9 259	190	374	399	10 222

FONTE: Organização e Recursos das Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico 1991/92 — GEP, 1992.
Taxas de Ocupação das Escolas Ensino Básico (2.º e 3.º Ciclos) e Ensino Secundário 1991/92 — GEP, 1992.

Com base nesta tipologia criou-se um quadro de referência com quatro tipos de bibliotecas escolares (BE₁,BE₂,BE₃,BE₄) indicando as metas a atingir por cada uma no seu processo de desenvolvimento.

É ainda necessário considerar que a situação das escolas mais pequenas do 1.º ciclo, aqui incluídas no tipo BE₁, deverá ser analisada no seu contexto próprio, tal é a multiplicidade de dimensões existentes e a sua dispersão (55,5% das escolas de 1.º ciclo têm 1 ou 2 professores).

5.1 Recursos Humanos e Formação

5.1.1. Para assegurar as suas funções, a biblioteca escolar deve ser gerida, organizada e dinamizada por uma equipa educativa com competências no domínio da animação pedagógica, da gestão de projectos, da gestão da informação e das ciências documentais.

5.1.2. Esta equipa deverá integrar: professor bibliotecário, outros professores da escola e ainda técnico(s) adjunto(s) de biblioteca e documentação.

5.1.3. O papel do professor bibliotecário incluirá as seguintes funções:

- Coordenar a gestão, o planeamento e a organização da biblioteca escolar, no que respeita ao domínio da informação e também nos aspectos pedagógico, administrativo e de pessoal.
- Propor a política de aquisições da biblioteca escolar e coordenar a sua execução.
- Perspectivar a biblioteca e as suas funções pedagógicas no contexto do projecto educativo da escola, promovendo a sua constante actualização e uma utilização plena dos recursos documentais, por parte de alunos e professores, quer no âmbito curricular, quer no da ocupação de tempos livres.
- Articular a sua actividade com os órgãos de gestão da escola (Conselho Escolar ou Pedagógico; Director ou Conselho Directivo) para viabilizar as funções da biblioteca e para assegurar a ligação com o exterior, nomeadamente com a rede de leitura pública.
- Assegurar que os recursos de informação são adquiridos e organizados de acordo com os critérios técnicos da biblioteconomia, ajustados às necessidades dos utilizadores.

5.1.4. Para exercer estas funções o professor bibliotecário contará com a participação e trabalho dos professores de uma equipa educativa, com valências multifuncionais que assegurem nomeadamente:

- o apoio aos utilizadores na consulta e produção, em diferentes suportes (escrito, gráfico, audiovisual, informático, fotográfico etc.);
- a concepção e lançamento de iniciativas disciplinares e pluri ou interdisciplinares;
- a orientação dos alunos de forma a que sejam apoiados mas se sintam autónomos e ainda todas as actividades de orientação e dinamização.

5.1.5. Neste quadro poderão ser desenvolvidas modalidades de formação de professores centradas na biblioteca eventualmente com recurso a intervenientes exteriores.

5.1.6. A formação do professor bibliotecário e sempre que possível dos outros elementos da equipa visa a aquisição de competências em animação pedagógica, gestão de projectos, ciências documentais, gestão de recursos audiovisuais e informáticos, tratamento, divulgação e produção de informação, literatura para a infância e juventude, ilustração do livro infantil, sociologia do livro e da leitura.

5.1.7. Deverão facultar-se cursos de formação especializada nestes domínios, enquadrados no regime jurídico da formação contínua de professores.

5.1.8. A responsabilidade das funções de professor bibliotecário deverá ser entregue a professores habilitados com a formação requerida, ou em caso de a escola não dispor de professores já formados, aos que se encontrem a frequentar os cursos.

5.1.9. Será estudada a possibilidade de abertura de lugares no quadro das escolas que tornem viável o acesso à função de licenciados habilitados com cursos de ciências documentais, opção documentação e biblioteca, que se disponham a adquirir formação pedagógica.

5.1.10. Deverão ter prioridade no acesso aos cursos de formação os professores dos quadros de nomeação definitiva que assumam um compromisso de permanência na escola e de prestação de serviços na biblioteca durante um período de pelo menos três anos.

5.1.11. O papel do técnico adjunto de biblioteca e documentação incluirá as seguintes funções:

— Executar diferentes fases do trabalho.

— Assegurar o normal funcionamento da biblioteca durante o período de actividade da escola.

— Apoiar alunos e professores na utilização dos recursos disponíveis.

5.1.12. As habilitações e a formação dos técnicos adjuntos de biblioteca e documentação serão as previstas na respectiva carreira, podendo os estágios vir a incluir actividade em bibliotecas escolares.

5.1.13. Recomenda-se a criação no quadro de pessoal das escolas da carreira de técnico adjunto de biblioteca e documentação.

5.1.14. Os recursos humanos ao serviço das bibliotecas escolares deverão em média corresponder aos números do Quadro 2.

QUADRO 2
PROGRAMA DE BIBLIOTECAS ESCOLARES
RECURSOS HUMANOS

Referências para atribuição de créditos horários **a)**

Equipa da Biblioteca	BE ₁ b) (< 200)	BE ₂ (201-500)	BE ₃ (501-1000)	BE ₄ (> 1000)	
1.º Ciclo	Professor Bibliotecário	0,5	1	1	—
	Outros Professores	0,5	1,5	2	—
	Téc. Adj. Bibliot. e Doc.	c)	c)	c)	—
2.º e 3.º Ciclos e Secundário	Professor Bibliotecário	0,5	0,5	1	1
	Outros Professores	—	0,5	1	1
	Téc. Adj. Bibliot. e Doc.	1	1	2	3

NOTAS: **a)** A distribuição dos créditos horários ao professor bibliotecário e aos outros elementos da equipa será objecto de regulamentação no âmbito do que vier a ser disposto para a celebração de contratos-programa.

b) Dado que neste grupo se incluem escolas muito isoladas e de dimensão variável (entre 1 e 10 turmas), será necessário estudar modalidades de trabalho que se adequem aos diferentes tipos de situações.

c) No 1.º ciclo, deve encarar-se a hipótese de existirem técnicos adjuntos de biblioteca e documentação ligados às estruturas de apoio, que dêem colaboração a um conjunto de escolas.

5.2. Recursos físicos

5.2.1. Instalações

1. A biblioteca escolar deve dispor de instalações próprias, adequadas às suas funções, e para sua utilização exclusiva. Estas instalações deverão estar, se possível, reunidas num único piso, e ter uma localização central e acesso fácil.
2. O planeamento e adaptação das instalações deve envolver técnicos de diversas áreas: professores, bibliotecários e arquitectos. Para além da funcionalidade

dade das instalações, há que ter cuidados especiais quanto a condições de acesso — nomeadamente de deficientes —, iluminação apropriada para a utilização dos recursos, e em termos de segurança, cargas, amplitudes térmicas, humidade. A biblioteca deverá oferecer um ambiente agradável, seguro e acolhedor. Estética, funcionalidade e segurança deverão estar a par.

3. As funções da biblioteca escolar exigem que se assegure: a execução de trabalho técnico documental (aquisição, catalogação, indexação, preparação para a utilização e armazenamento dos materiais); serviços de referência; exposição dos documentos; circulação dos documentos (empréstimo local e para fora da biblioteca); produção de materiais pelo pessoal, professores e alunos; actividades de animação e gestão do serviço.
4. Para desempenhar as suas funções a biblioteca escolar deverá organizar-se em vários espaços interligados. Os principais constituem um **Sector de Leitura, Visionamento, Audição e Produção**, componentes essenciais da biblioteca. Este Sector organiza-se em quatro zonas: **Entrada; Leitura Geral; Audiovisuais/Multimédia e Produção**.
5. Para assegurar o funcionamento da biblioteca são também indispensáveis a Zona de **Serviços Técnicos** e **Zona de Armazenagem**. Sempre que possível, deverá existir uma **Sala Polivalente** e áreas individualizadas para **Trabalho de Grupo**.
6. A **Entrada** é um elemento importante que deve ser, simultaneamente, convidativo e informativo. Este espaço permite a recepção aos utilizadores, o fornecimento de informações gerais, um primeiro contacto com o catálogo, o controle dos empréstimos e a organização de pequenas exposições. Nesta área deverão estar previstos os meios necessários para guardar materiais que os alunos não devem levar para as instalações da biblioteca.
7. A **Zona de Leitura Geral** inclui o espaço necessário para exposição em livre acesso das colecções documentais impresas, com espaços separados para as obras de referência, para as monografias e para as publicações periódicas, um espaço destinado ao acesso à informação em novos suportes (nomeadamente a utilização de CD-ROM(s) e de bases de dados à distância) e, ainda, uma zona dotada de balcão para que um técnico preste assistência e apoie os estudantes, em especial na zona de referência. A separação entre estes espaços deverá ser preferencialmente feita através da

organização do mobiliário. Deverá ainda estar disponível uma fotocopiadora, se possível em livre acesso.

8. A **Zona de Audiovisuais** acomoda os aparelhos e as colecções de documentos audiovisuais, nomeadamente de CDs e videocassetes. Não é desejável uma separação rígida da Zona de Leitura Geral; pelo contrário, deverão ser procurados espaços de intercomunicabilidade. Deverá estar prevista a consulta individual e a utilização de auscultadores, que impedirá interferências com outras funções.
9. A **Área de Produção** deverá estar destinada à realização de, entre outras, as seguintes actividades: dactilografar, reproduzir, fotocopiar, fazer montagens, fotografar, fazer transparências ou diapositivos, preparar vários média para apresentação, registar voz ou música, etc. A sua área variará muito de acordo com o ênfase que a escola põe nestas actividades.
10. Os **Serviços Técnicos** serão a área própria para a realização do trabalho técnico documental. Nas escolas de maior dimensão a sala de trabalho deverá organizar-se de acordo com a cadeia documental, destinando-se à recepção e verificação dos documentos e tratamento técnico preliminar e à preparação para as estantes. Servirá também para a recuperação de materiais danificados, encadernação, etc. A existência e o número de gabinetes dependerão do tipo de biblioteca e das disponibilidades da escola, localizando-se tão próximo quanto possível da sala de trabalho atrás referida e da Sala de Leitura Geral.
11. O **Armazém** é a designação geral da área da biblioteca onde serão guardados, em segurança, os recursos que não estarão em acesso directo do público. Deverão ser consideradas áreas separadas para os materiais impressos e os audiovisuais, e, ainda, para outros materiais e equipamentos diversos, desde mapas a globos, projectores e materiais de exposição.
12. A **Sala Polivalente** deverá ser flexível, uma vez que se destina a fins muito diversificados, desde reuniões a apresentações especiais de trabalhos ou exposições. Deverá estar equipada para apresentações multimédia.
13. As áreas de **Trabalho de Grupo** destinam-se à utilização por pequenos grupos que precisem de trabalhar isoladamente, utilizando os recursos da biblioteca. O número destas salas variará consoante o número de alunos e, também, as disponibilidades da escola.

14. Em termos de áreas a atribuir aos vários espaços, seguiram-se os princípios gerais estabelecidos pela UNESCO. Os cálculos foram ajustados à realidade portuguesa e assentam no pressuposto de que poderá frequentar a biblioteca ao mesmo tempo 10% da população escolar. Com base nestes cálculos foi elaborada a tabela incluída no Quadro 3.

QUADRO 3
PROGRAMA DE BIBLIOTECAS ESCOLARES
SUPERFÍCIES EM M² a)

	BE ₁ b) (< 200)	BE ₂ (201-500)	BE ₃ (501-1000)	BE ₄ (> 1000)
Sala de leitura, visionamento e audição b)	42	75	152	227
Zona de produção	—	31	66	—
Sala de trabalho	42 c)	35 e)	27	35
Gabinetes	—	—	14	14
Armazém	—	30	35	47
Sala polivalente	—	—	36	45
Trabalho de grupo	—	—	—	28
T O T A L	84 d)	171	330	495

NOTAS: a) Os cálculos para as superfícies foram feitos para os valores mais elevados dos intervalos.

b) Este espaço inclui zonas de entrada, leitura geral e consulta de audiovisuais multimédia.

c) Nas BE₁ a sala de trabalho incluirá a zona da produção e de armazém.

d) Nas BE₁ de dimensão mais reduzida a superfície total poderá ser de 48 m².

e) Nas BE₂ a sala de trabalho inclui o espaço para gabinete de trabalho.

5.2.2. Equipamento

1. O equipamento a adquirir, nomeadamente estantes, mesas e cadeiras, para as bibliotecas escolares deve ser seleccionado cumprindo um conjunto de regras que visem basicamente os seguintes objectivos: funcionalidade, resistência e estética.

2. As estantes deverão ser flexíveis, possibilitando a sua deslocação e a alteração da altura das prateleiras; a documentação deverá ser colocada a alturas que permitam o fácil acesso dos estudantes, devendo variar de acordo com as idades. Mesmo nas escolas com alunos mais velhos, a prateleira mais elevada não deverá estar a mais de 2 metros se encostada a uma parede ou 1,8 metros se o meio de uma sala.
3. Mesas e cadeiras deverão igualmente considerar as idades e tamanhos dos seus utilizadores, e serem em materiais resistentes, atraentes e fáceis de limpar. O número de lugares sentados em cada uma das mesas variará de um mínimo de dois a um máximo de seis, sendo estas últimas destinadas a trabalhos de grupo e colocadas em zonas onde o ruído provoque menos interferências no trabalho dos restantes utilizadores. Do mesmo modo, poderão ser considerados locais de trabalho individualizados, em zonas de silêncio.
4. Para apoiar a construção e o equipamento destes espaços deve ser tida em atenção a bibliografia especializada, bem como os catálogos das empresas especializadas no fornecimento deste mobiliário.
5. Particular cuidado deve ser colocado na aquisição de sistemas informáticos. A lógica a adoptar decorrerá das funções e não dos equipamentos. Havendo dois tipos de funções nucleares, o acesso à informação e a gestão bibliográfica, devem ser completamente postos de parte sistemas que não respeitem normas bibliográficas básicas ou não permitam acesso a bases de dados à distância. Um princípio geral do trabalho de bibliotecas é o trabalho cooperativo e a partilha de recursos. A utilização de meios informáticos acentua a pertinência e a actualidade deste princípio, mas impõe exigências de normalização. A não utilização de sistemas com linguagens compatíveis isola a biblioteca e hipoteca definitivamente o seu desenvolvimento.
6. A informatização do sistema documental deverá ser integrada, abrangendo as diferentes funções da biblioteca, de que destacamos o controle do empréstimo, a aquisição, o controle de periódicos, a catalogação e a consulta de catálogos pelo público e, ainda, funções de gestão, acesso a bases de dados e a utilização de processamento de texto e de folhas de cálculo.
7. Nos nossos dias, a informação está a ser cada vez mais transferida ou produzida de raiz em formato digital, uma tendência que se acelerará muito no futuro próximo. Significa isto que a biblioteca escolar tem que permitir aos

juvencs a aquisição de competências de informação e proporcionar-lhes a consulta de CD-ROM e o acesso a bases de dados à distância, nomeadamente utilizando a Internet.

8. A quantificação e a definição das características técnicas do equipamento necessário para a instalação e desenvolvimento das bibliotecas escolares, designadamente o que decorre das opções a fazer sobre o sistema informático que as servirá, deverá ser objecto de estudo posterior à redacção deste relatório. Esse estudo deverá ter em conta as linhas de orientação técnica e funcional que foram definidas e orientar-se por critérios de qualidade e de adequação dos equipamentos aos fins a que se destinam.

9. O equipamento indicado no Quadro 4 deve ser entendido como uma proposta indicativa para base de cálculo de grandeza, independentemente dos equipamentos existentes (ou não) nas escolas e que venham a ser afectos à biblioteca, de acordo com os projectos pedagógicos específicos de cada escola. Trata-se apenas de viabilizar o início de um processo de desenvolvimento da biblioteca escolar, o que pressupõe futuros investimentos e práticas de gestão que incentivem e facilitem a articulação com a sala de aula.

QUADRO 4
PROGRAMA DE EQUIPAMENTO DE BASE

		BE ₁ (< 200)	BE ₂ (201-500)	BE ₃ (501-1000)	BE ₄ (> 1000)
Equipamento Móvel	Estantes (c/ módulos p/ material livro e não-livro)	50 m	130 m	260 m	400 m
	Expositor p/ periódicos	1	2	3	3
	Expositor p/ livros	1	2	3	3
	Caixa p/ álbuns	1 m ²	1 m ²	2 m ²	2 m ²
	Mesas	variável	variável	variável	variável
	Cadeiras	variável	variável	variável	variável
	Conjunto p/ leitura informal	1	1	1	1
	Painéis	2	4	8	8
	Carro p/ transporte de livros	—	1	2	2
Equipamento Informático	Computador multimédia	1	2	3	4
	Hardware de rede	—	o necessário	o necessário	o necessário
	Magazine (distribuidor de CD-ROM)	—	1	1	1
	Impressora	1	1	2	2
	Modem (+ linha telefónica)	1	1	1	1
	Monitor p/ consulta de catálogo	—	1	2	2
	Computador (c/ software utilitário)	1	—	—	—
Equipamento Audiovisual	Monitor TV	2	4	6	8
(Leitura vídeo)	Leitor vídeo	2	4	6	8
	Auscultadores	4	8	12	16
(Produção/vídeo)	Televisor (+ antena)	1	1	1	1
	Gravador vídeo	1	1	1	1
	Leitor vídeo	1	1	1	1
	Câmara vídeo	1	1	1	1
	Tripé	1	1	1	1
(Visionamento e projecção de imagem fixa)	Visor individual de diapositivos	2	4	6	8
	Projector de diapositivos	1	1	1	1
	Retroprojector	1	1	1	1
(Leitura e registo áudio)	Leitor de cassetes	2	4	6	8
	Auscultadores	2	4	6	8
	Rádio leitor CD	1	1	1	1
	Microfone	1	1	1	1
	Gravador-repórter	2	4	6	8
Equipamento de Fotografia	Câmara fotográfica	2	4	6	8
Equipamento de Cópia e de Produção Gráfica	Fotocopiadora	1	1	1	1
	Mesa de luz	1	1	1	1
	Guilhotina	1	1	1	1
	Encadernadora manual	—	1	1	1
	Máquina de plastificação	—	1	1	1

Nota: O único equipamento exclusivo da biblioteca é o que se designa por “Equipamento Móvel”; os restantes, embora devendo estar afectos à biblioteca, deverão ser comuns a vários programas de renovação das escolas portuguesas.

5.2.3. Recursos de informação

1. Qualquer material que possa contribuir para o processo de aprendizagem, para o desenvolvimento cultural, estético e científico e ainda para reforçar o prazer de ler pode ser genericamente considerado como um recurso de informação. Incluímos portanto aqui todos os materiais impressos, os audiovisuais e ainda aqueles que as tecnologias de informação põem cada vez mais à nossa disposição e que ganham um peso crescente na nossa sociedade, bem como as produções de professores e alunos (os dossiers temáticos, conjuntos documentais, cartazes, vídeos, etc.).
2. Assim, para além de um número significativo de livros, revistas, jornais e documentos audiovisuais, as nossas bibliotecas escolares começarão a disponibilizar informação em formato digital, de imagem e de som (CD-ROM, CD, etc.), bem como o acesso a bases de dados on-line, nomeadamente através da Internet.
3. A ideia de rede ganha um peso cada vez maior nos sistemas de informação. Deste ponto de vista, idealmente, cada biblioteca deve ser considerada como um ponto de acesso ao sistema, pelo que os recursos de informação disponíveis deverão, em princípio, estar disponíveis para todos os outros pontos de acesso. Isto não levanta grandes problemas em relação à telemática, mas deve igualmente ser verdade para a documentação em suporte papel. Não parece carecer de demonstração a grande vantagem económica do funcionamento em rede, sobretudo se este conceito for alargado a outras bibliotecas, designadamente às bibliotecas públicas e às do ensino superior.
4. Assim sendo, a aquisição dos fundos documentais deve ser o mais racionalizada possível, de forma a que, quando houver duplicação de recursos, essa duplicação seja planificada e racionalizada. Por outro lado, as escolas poderão fazer uma certa especialização de acordo com as suas componentes curriculares. Por exemplo, uma escola secundária com maior peso das áreas das ciências sociais seleccionará um fundo diferente de outra onde maior peso esteja nas áreas tecnológicas.
5. A selecção de recursos de informação reveste-se de particular importância. A política de aquisições deverá ser definida em cada escola, cabendo ao professor bibliotecário e à equipa da biblioteca responsabilizar-se pela sua execução, apoiando-se nos dados de gestão e na opinião dos utilizadores.

6. Esta política de aquisições deve considerar as especificidades de cada escola, nomeadamente em termos de:
 - número de alunos e faixas etárias;
 - meio socioeconómico e cultural envolvente;
 - a relação entre o currículo e os recursos;
 - disponibilidade de recursos financeiros.
7. Tendo em atenção um conjunto de condicionantes, de que destacamos a actual penúria de documentos nas nossas bibliotecas escolares, recomenda-se que o programa de lançamento da rede de bibliotecas escolares assegure gradualmente a constituição de um fundo documental mínimo em cada escola.
8. A definição dos procedimentos a adoptar na constituição do fundo documental mínimo das bibliotecas escolares deverá ter em conta as recomendações de organismos internacionais e os resultados de estudos e de experiências realizadas em outros países. A título de exemplo, citam-se as linhas orientadoras da UNESCO. “Taxa de crescimento recomendada para uma colecção” (em anexo).
9. Atendendo ao número de escolas do Sistema Educativo português e aos vultuosos investimentos que será necessário realizar, propõe-se que os procedimentos a adoptar no programa de lançamento da rede de bibliotecas escolares sejam os seguintes:
 - Que se considere como um fundo documental mínimo um conjunto de documentos igual ao número de alunos da escola multiplicado por dez.
 - Que deste fundo documental, 75% seja constituído por materiais impressos.
 - Que no cálculo do fundo documental não sejam considerados os títulos correspondentes a manuais escolares.
 - Que se considere o prazo de dois a quatro anos para que cada escola atinja este fundo mínimo.
 - Que se encontre o número total de documentos a adquirir subtraindo o número de documentos actualmente existentes ao número obtido pela multiplicação do número de alunos da escola por 10.

- As aquisições serão realizadas ao seguinte ritmo: 40% no primeiro ano e 20% em cada um dos três anos seguintes. Esta regra não se aplica às BE₁, em que as aquisições deverão ser feitas num máximo de dois anos, 50% em cada um deles.

10. Para além deste fundo documental mínimo, a biblioteca escolar precisa de estar em permanente actualização, pelo que devem ser consideradas nos orçamentos das escolas verbas específicas para estes investimentos.

	BE ₁ (< 200)	BE ₂ (201-500)	BE ₃ (501-1000)	BE ₄ (> 1000)
Suporte escrito	1 150	2 625	5 625	7 500
Outros suportes (audiovisuais, informático...)	350	875	1 875	2 500
T O T A L	1 500	3 500	7 500	10 000

Nota: No cálculo destes recursos não se incluem manuais escolares, nem documentos produzidos na própria escola.

Os números indicados foram obtidos seguindo-se os seguintes critérios:

— Para as BE₁, BE₂ e BE₃ — multiplicou-se 10 (itens) pelo número médio de alunos, para BE₄ multiplicou-se os 10 itens pelo número mínimo.

5.3. Funcionamento e Animação

1. Para que a informação e os instrumentos de consulta se mantenham permanentemente à disposição de toda a comunidade escolar é necessário que sejam reunidos e geridos na biblioteca.
A biblioteca escolar deve funcionar em regime de livre acesso, para permitir e encorajar a procura autónoma de informação e a sua utilização nos mais diferentes tipos de trabalho e na leitura lúdica. Deve facultar leitura presencial, empréstimo domiciliário e empréstimo para as aulas e outros locais da escola e, sempre que possível, abrir-se à comunidade.
2. Para assegurar as suas funções pedagógicas, a biblioteca escolar deve ser organizada seguindo os procedimentos técnicos da cadeia documental e do

tratamento da informatização, classificação e catalogação, idênticos aos de qualquer outra biblioteca. É desejável que sejam realizados de forma centralizada, como serviço a prestar pelas estruturas de apoio às bibliotecas escolares. Desta forma garante-se o nível de qualidade do tratamento documental, evitando a multiplicação inútil da mesma tarefa por todas as escolas do país e concentrando os esforços nas actividades de atendimento.

3. Quanto à indexação a utilizar nas bibliotecas escolares, considera-se que deve realizar-se seguindo os procedimentos comuns, sendo contudo desejável que se adapte a linguagem adoptada aos diferentes níveis de escolaridade em questão.
4. Para se tornar a biblioteca acessível a toda a comunidade escolar é necessário que as suas regras de utilização sejam claras para pessoas de todas as idades e bem divulgadas.
5. O funcionamento da biblioteca e o seu plano de desenvolvimento e acção deverão integrar-se no projecto educativo da escola e, como tal, serem assumidos pela comunidade escolar. Neste contexto, são desejáveis formas de trabalho que envolvam os professores os técnicos e também os alunos na própria organização.
6. A biblioteca escolar poderá tornar-se um espaço privilegiado do desenvolvimento de actividades de apoio pedagógico mais individualizado, dirigidas aos alunos com menores apoios familiares, mas também àqueles que revelam especial interesse em aprofundar qualquer domínio do conhecimento.
7. Um dos aspectos a ter em conta no funcionamento da biblioteca escolar é a sua divulgação dentro e fora do estabelecimento de ensino a que pertence. Importa, pois, dar-lhe visibilidade muito particularmente junto dos pais dos alunos.
8. Existindo já por todo o país uma experiência rica de actividades de animação da leitura e da biblioteca nas suas diferentes dimensões educativas, importa utilizá-la de forma a potenciar as novas condições que irão decorrer no programa de bibliotecas escolares. Neste campo, salienta-se a necessidade de a biblioteca criar mecanismos na programação de aulas e em outras actividades escolares, contribuindo nomeadamente para desenvolver nos alunos o prazer de ler e ainda para que estes adquiram o domínio das diferentes linguagens em que a informação circula.

9. O estabelecimento de uma rede articulada entre bibliotecas escolares deverá permitir o funcionamento cooperativo entre as bibliotecas da mesma área geográfica e de diferentes níveis de escolaridade. Esta cooperação permitirá racionalizar custos e fomentar o alargamento e o intercâmbio de recursos, a realização de iniciativas conjuntas de divulgação, animação e formação e, ainda, a abertura à comunidade.

5.4. Gestão e Apoio da Rede de Bibliotecas Escolares

1. Sendo a escola a unidade base da rede de bibliotecas escolares, é nela que deve assentar todo o processo de criação, desenvolvimento e gestão da biblioteca.
2. Compete, portanto, aos órgãos de gestão da escola assumirem a responsabilidade das iniciativas destinadas a criar e desenvolver a biblioteca, bem como de todas as decisões que visem adequá-la às suas funções, no quadro do projecto educativo da escola.
3. Para poderem conceber e planear o processo de desenvolvimento das suas bibliotecas, as escolas deverão dispor de um conjunto de incentivos e de apoios, proporcionados por diferentes entidades aos níveis nacional, regional e local.
4. **Ao nível nacional**, o Ministério da Educação assumirá a criação da rede de bibliotecas escolares como uma prioridade da política educativa, incentivando o processo de lançamento, mediante:
 - Aprovação de um conjunto de recomendações e orientações que constituam as “Bases das Bibliotecas Escolares”, (cf. ponto 4 deste relatório) as quais deverão ser tomadas pelas escolas como referenciais orientadores do planeamento e das acções concretas e não como modelos normativos.
 - Divulgação dos objectivos estratégicos e da sequência prevista para o processo de cobertura do país com a rede de bibliotecas, bem como das modalidades e fontes de financiamento e de apoio técnico a que as escolas poderão recorrer.
 - Criação de um gabinete que durante o período que vier a ser definido para o lançamento da rede cumpra as seguintes funções:

- incentivar as iniciativas das escolas neste domínio e suscitar o apoio de outras entidades para o desenvolvimento das bibliotecas escolares;
- acompanhar os projectos de criação e desenvolvimento das bibliotecas escolares de forma centralizada, ou descentralizando competências nos serviços de âmbito regional;
- acompanhar e avaliar a rede de bibliotecas e a sua acção educativa, no domínio do desenvolvimento da leitura e das práticas pedagógicas centradas na utilização de recursos documentais;
- elaborar periodicamente relatórios com os elementos de avaliação e recomendações formuladas a partir da análise da prática;
- fomentar a realização de estudos sobre bibliotecas escolares e criar instrumentos de divulgação de experiências.

O Ministério da Cultura deverá proporcionar apoio técnico indispensável à execução dos programas das escolas, através dos seus serviços competentes ou de colaboração com os serviços das autarquias. Deverá ainda financiar a criação dos SABE nas bibliotecas da Rede de Leitura Pública.

5. Ao nível regional, as entidades de apoio deverão ser:

- As instituições de formação no que respeita à preparação específica das equipas educativas.
- Os serviços regionais dos Ministérios da Educação e da Cultura.

6. Ao nível local, as entidades de apoio poderão ser:

- Serviços de apoio às bibliotecas escolares, a integrar nas bibliotecas municipais com o objectivo de proporcionar às escolas apoio técnico e recursos de informação inexistentes nas escolas.
- As associações de escolas, através dos seus centros de formação que deverão articular recursos, realizar intercâmbios, planear acções comuns, tanto no que respeita ao desenvolvimento das bibliotecas como aos programas de formação das equipas educativas.

5.5. Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares

1. Para rentabilizar e coordenar os recursos biblioteconómicos a nível nacional e local, e tendo em conta a experiência de outros países — e mesmo algu-

mas já realizadas a nível nacional por bibliotecas públicas — recomenda-se a criação nas bibliotecas municipais de Serviços de Apoio às Bibliotecas Escolares, doravante designados por SABE⁽¹⁾.

2. Ao SABE, enquanto recurso técnico especializado, competem as funções de:
 - apoiar as bibliotecas escolares, estimulando a sua criação onde não existam ou acompanhando o desenvolvimento das existentes;
 - promover a articulação das bibliotecas escolares com as outras bibliotecas do concelho, procurando formas de cooperação e rentabilização de recursos;
 - fornecer recursos físicos e de informação às bibliotecas escolares, nomeadamente às escolas de menor dimensão, e apoiar projectos específicos;
 - prestar colaboração técnica às escolas no domínio da organização, gestão e funcionamento das bibliotecas escolares;
 - participar na formação contínua dos profissionais envolvidos no serviço de bibliotecas escolares;
 - fornecer recursos suplementares aos existentes nas escolas, seja através do empréstimo prolongado, seja por empréstimos especiais para projectos específicos;
 - apoiar o uso eficaz dos recursos, através do aconselhamento na selecção dos recursos ou no desenvolvimento do serviço de biblioteca.
3. Um conjunto mínimo de requisitos deverá ser assegurado para o funcionamento do serviço, em termos de recursos humanos e financeiros e de instalações:
 - os recursos humanos deverão ser em número suficiente e ter formação adequada. É altamente recomendado que este serviço seja coordenado por um bibliotecário em dedicação exclusiva, pelo menos nos concelhos de maiores dimensões, com a colaboração de técnicos adjuntos de biblioteca e documentação;
 - o orçamento da biblioteca pública deverá ser reforçado com verbas dedicadas a este fim, tendo em conta a população escolar do concelho;

- a biblioteca pública deverá disponibilizar um espaço exclusivamente dedicado a estas funções.

4. O SABE dada a sua natureza inovadora e a sua articulação com serviços dos Ministérios da Educação e da Cultura e também da Câmara Municipal deve ser encarado a título experimental na primeira fase de lançamento do programa para avaliação e ajustamento.
5. Nos concelhos onde não exista Biblioteca Municipal serão estudadas modalidades alternativas para assegurar as funções que estão atribuídas ao SABE.

⁽¹⁾ Anexo 6

6. PROGRAMA REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES⁽¹⁾

O Programa Rede de Bibliotecas Escolares deverá centrar-se nas escolas, pois, tal como a experiência e o estudo de processos de reformas educativas têm vindo a demonstrar, as mudanças qualitativas na actividade pedagógica só tendem a tornar-se eficazes e consistentes quando:

- as iniciativas são em grande medida da responsabilidade dos professores;
- o processo de lançamento da inovação é assumido pela direcção da escola;
- um número significativo de professores e de alunos adere às propostas e envolve-se nas actividades delas decorrentes;
- os pais dos alunos aceitam a inovação e percebem-na como um benefício para os filhos.

Nesta perspectiva, aliás coincidente com os princípios enunciados no “Pacto Educativo para o Futuro”, considera-se que o lançamento de um programa viável deverá visar um conjunto de objectivos estratégicos.

1. O programa será lançado pelo Ministério da Educação, sendo os investimentos realizados com recursos próprios do Ministério e com recursos das autarquias (directos ou indirectos).
2. O lançamento da Rede de Bibliotecas Escolares será feito mediante a assinatura de contratos-programa, celebrados entre o Ministério da Educação, as Câmaras Municipais e as Escolas, nos termos dos quais serão financiados: i) Obras; ii) Equipamentos; iii) Recursos Documentais; iv) Pessoal.

6.1. Objectivos Estratégicos

1. Lançar e desenvolver o Programa Rede de Bibliotecas Escolares, que se prolongará pelos anos considerados necessários para abranger todas as escolas do país.

⁽¹⁾ Vd. Anexo 7 e 8

2. Incentivar as escolas a candidatarem-se ao programa de criação e/ou desenvolvimento das suas bibliotecas, que decorrerá, mediante dinâmica própria, num período de entre dois e quatro anos, e que será orientado:
 - por recomendações elaboradas no Ministério da Educação ... “*As Bases para a Transformação das Bibliotecas Escolares*” e as “*Linhas de Orientação Técnica e Funcional*”;
 - por um conjunto de instituições que lhe irá proporcionar apoio técnico e financeiro, a nível nacional, regional e local.
3. Apoiar as escolas com menor capacidade de iniciativa de forma a que todas sejam abrangidas pelo programa.
4. Criar condições para que, após um período de funcionamento nos moldes recomendados pelo programa, cada biblioteca escolar possa ser vista por alunos, professores e pais, como um importante recurso.
Para concretizar os objectivos estratégicos considera-se indispensável visar um conjunto de objectivos instrumentais.

6.2. Objectivos Instrumentais

1. Criar, a nível dos serviços centrais do Ministério da Educação, um gabinete encarregue de coordenar o lançamento, acompanhamento e avaliação do programa.
2. Mobilizar recursos financeiros e administrativos nos serviços centrais e regionais do Ministério da Educação, no Ministério da Cultura e nas Câmaras Municipais para assegurar o lançamento e o desenvolvimento do programa.
3. Proporcionar às escolas um conjunto de recursos, orientações e apoios para o desenvolvimento das suas bibliotecas, de modo a que a escola venha a considerar o programa exequível e invista esforço para: i) conceber programas; ii) procurar formação e apoio técnico; iii) desencadear acções no quadro jurídico dos contratos-programa.
4. Criar enquadramento jurídico que defina: i) o regime de trabalho do pessoal afecto à biblioteca, incluindo horário de professor bibliotecário e de outros

professores; ii) a criação do lugar de técnico-adjunto de biblioteca e documentação no quadro de pessoal das escolas; iii) outros domínios em que seja indispensável legislar.

5. Instituir a nível concelhio, em coordenação com o Ministério da Cultura e com as Autarquias, o Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares (SABE) nas bibliotecas municipais, a um ritmo que torne viável apoiar as escolas, à medida que elas forem iniciando os seus programas de lançamento de bibliotecas.
6. Incentivar as instituições de formação de professores e de ciências documentais (ESEs, Faculdades, Centros de Formação de Associações de Escolas e outros Centros de Formação) a organizar cursos adequados: i) à formação de professores bibliotecários; ii) ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada no livro e na informação por parte de todos os professores.
7. Financiar cursos de técnico-adjunto de biblioteca e documentação destinados a profissionais que venham a desempenhar funções nas escolas.
8. Introduzir alterações nas tipologias de construção escolar, no mobiliário e na rede escolar em função das necessidades criadas pelo programa.

6.3. Medidas

1. O desenvolvimento do Programa Rede de Bibliotecas Escolares deverá possibilitar a cobertura total do país. Os prazos para a realização do programa de cada biblioteca escolar serão de 2 anos para as escolas com menos de 200 alunos e de 4 anos para as restantes escolas.
2. O primeiro ano do programa funcionará como experiência apenas em algumas regiões do país escolhidas em função dos seguintes critérios:
 - 2.1. Existência de serviços de apoio às bibliotecas escolares, nas bibliotecas municipais;
 - 2.2. Possibilidade de oferta de formação por parte das instituições competentes;
 - 2.3. Experiências já em curso num certo número de escolas que permitirão obter resultados a curto prazo e desencadear intercâmbios.

3. Para além das escolas integradas nestas regiões serão consideradas experiências significativas susceptíveis de igualdade integrar o programa, visando sustentar as inovações.
4. A fixação do quantitativo de escolas a envolver nos anos seguintes deverá decorrer: i) da experiência recolhida; ii) da mobilização de apoios técnicos e de formação; iii) da possibilidade de se gerar intercâmbio de saberes e experiências entre as escolas; iv) das disponibilidades de financiamento.
5. Para que uma escola seja incluída no Programa é necessário que preencha cumulativamente um conjunto de condições que se passam a enumerar:
 - 5.1. Se disponha a assinar um contrato-programa para 2 ou para 4 anos, conforme o tipo de escola, com base no qual poderá receber os apoios necessários à execução do seu programa de lançamento da Biblioteca.
 - 5.2. Efectue um diagnóstico da situação em que se encontra a biblioteca, tomando como referência os *Princípios e Linhas de Orientação* deste relatório.
 - 5.3. Defina um plano de reconversão e de enriquecimento para que a biblioteca venha a atingir os quantitativos definidos nas *Linhas de Orientação*, no que respeita a instalações, equipamento, recursos humanos e fundo documental.
 - 5.4. A direcção da escola indique o coordenador da equipa da biblioteca que assumirá as funções de professor bibliotecário. O professor bibliotecário deve pertencer ao quadro de nomeação definitiva e estar disponível para frequentar um curso de formação especializada e para assumir o compromisso de se manter na escola, ao serviço da biblioteca durante um período não inferior a 3 anos.
 - 5.5. Aceite fornecer todos os elementos informativos necessários à constituição de um banco de dados e participar na avaliação do programa.
6. Para selecção das escolas candidatas à assinatura dos contratos-programa, para além destas condições básicas, poderão ainda estabelecer-se alguns critérios de prioridade:
 - 6.1. Trabalho já desenvolvido neste domínio.
 - 6.2. Associação entre escolas visando facilitar intercâmbio de experiência, rotação de fundos documentais e integração em rede dos recursos disponíveis.

7. Os outros intervenientes no programa serão i) o Ministério da Educação; ii) o Ministério da Cultura; iii) as Câmaras Municipais; iv) as Instituições de Formação. Compete-lhes respectivamente:

— **Ao Ministério da Educação:**

- i) Aprovar as *Bases para transformação das Bibliotecas Escolares* e as *Linhas de Orientação Técnica e Funcional* e divulgá-las entre as escolas; prestar-lhes toda a informação necessária para que possam candidatar-se e participar no programa.
- ii) Assumir a coordenação geral do programa, promovendo a articulação entre os diferentes parceiros.
- iii) Financiar:
 - as obras de adaptação em edifícios do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário;
 - o equipamento — estantaria, mobiliário audiovisual e informático de todos os níveis de escolaridade, recorrendo a vários programas de desenvolvimento das escolas;
 - o fundo documental das bibliotecas de todos os níveis de escolaridade;
 - a formação dos professores e técnicos.
- iv) Acompanhar o desenvolvimento do programa através dos serviços centrais e regionais.
- iv) Assegurar a edição e distribuição de documentos de referência em diferentes suportes que apoiem o trabalho na rede de bibliotecas escolares.
- vi) Tornar a formação de professores-bibliotecários uma área prioritária no financiamento do programa FOCO.
- vii) Assegurar a regulamentação que permita ao professor bibliotecário dispor do horário indispensável ao desenvolvimento da biblioteca assegurando todas as actividades do seu funcionamento.
- viii) Prever a criação, no quadro das escolas, de lugares de técnico auxiliar de biblioteca e documentação.

ix) Elaborar um conjunto de instrumentos para análise da situação das bibliotecas, para detecção de necessidades e avaliação da progressão que sirva, simultaneamente, para apoiar as escolas neste trabalho e para recolher de forma sistematizada e tornar disponível a informação.

x) Assegurar a criação de um banco de dados com informação sobre bibliotecas escolares.

xi) Avaliar os resultados do Programa Rede de Bibliotecas Escolares.

xii) Estudar as implicações deste programa nas tipologias dos edifícios escolares do mobiliário e na rede escolar.

— **Ao Ministério da Cultura:**

i) Cofinanciar a criação dos SABE nas bibliotecas municipais da rede de leitura pública.

ii) Assegurar que nas bibliotecas municipais a lançar no futuro seja sempre prevista a valência de apoio às bibliotecas escolares, quer no que respeita ao espaço, quer aos recursos humanos.

iii) Fornecer através da Biblioteca Nacional, Agência Bibliográfica Nacional, as notícias bibliográficas que integrarão os catálogos das bibliotecas escolares.

— **Às Câmaras Municipais:**

i) Financiar as obras de adaptação em edifícios do 1.º ciclo do Ensino Básico.

ii) Integrar os SABE nas bibliotecas municipais e financiar o seu funcionamento.

— **Às Bibliotecas Municipais através do SABE:**

i) Assumir o apoio técnico indispensável à execução dos programas das escolas.

ii) Produzir recursos de informação destinados às escolas no domínio da biblioteconomia, através de sistemas já existentes.

iii) Realizar seminários e acções de formação contínua, destinados a professores bibliotecários, a outros professores da escola e a técnicos-adjuntos de biblioteca e documentação.

iv) Promover intercâmbios e rotatividade de recursos entre escolas e um serviço de empréstimo.

— **Às Instituições de Formação compete:**

i) Promover e organizar a formação dos professores e técnicos-adjuntos de biblioteca e documentação das equipas da biblioteca, nos domínios requeridos.

ii) Proporcionar aconselhamento e apoio às escolas envolvidas nos seus cursos.

iii) Organizar e disponibilizar as suas bibliotecas de modo a que constituam pólos da Rede de Bibliotecas Escolares, oferecendo recursos de informação em diferentes áreas especializadas da educação e da biblioteconomia.

8. O SABE e as instituições de formação deverão desenvolver o seu trabalho de modo articulado.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Este relatório procura equacionar questões de carácter geral e definir um conjunto de princípios básicos, de orientações e medidas operacionais para serem seguidas no lançamento do programa Rede de Bibliotecas Escolares.

Optou-se por não incluir outras questões, também referentes ao domínio das bibliotecas escolares ou com ele relacionadas, por se considerar que deverão ser objecto de análise posterior e de tratamento especializado. Encontram-se neste caso estudos como os que a seguir se indicam:

- (1) Programa de lançamento de ludotecas e bibliotecas no Pré-Escolar, enquadrado no lançamento da respectiva rede de jardins de infância.
- (2) Modalidades de aplicação do Programa Rede de Bibliotecas Escolares ao Ensino Particular e Cooperativo e nas Regiões Autónomas.
- (3) Estudo de programa destinado ao equipamento de bibliotecas de escolas onde exista ensino do Português no estrangeiro.
- (4) Estudo de programa destinado ao equipamento de bibliotecas de escolas em estabelecimentos prisionais.
- (5) Estudos do quadro e das carreiras de pessoal docente e não-docente das escolas dos diferentes níveis de escolaridade que completem os requisitos definidos para as equipas das bibliotecas escolares.
- (6) Estudo das modalidades de financiamento público e privado do programa Rede de Bibliotecas Escolares.
- (7) Estudo de tipologias de edifícios escolares que contemplem os requisitos de espaço das bibliotecas escolares.
- (8) Estudo de tipologias de mobiliário e equipamento destinado a bibliotecas escolares que contemplem os requisitos definidos.
- (9) Estudo da rede escolar tendo em consideração as necessidades de salas de aula criadas pela ocupação de salas existentes com as instalações das bibliotecas.

Para lançar o programa Rede de Bibliotecas Escolares é indispensável constituir o gabinete que o irá assumir a nível central e se responsabilizará por coordenar um conjunto de estudos e actividades preparatórias recorrendo a dife-

rentes especialistas e técnicos conforme a natureza das questões. Esses estudos a desenvolver em pormenor os diferentes pontos contidos neste relatório, deverão incluir:

- (1) Estudo de formas de divulgação do programa visando abranger os grupos e as entidades que se considere necessário atingir.
- (2) Definição de modalidades de intervenção de serviços dos Ministérios da Educação, da Cultura, da Ciência, e das autarquias locais.
- (3) Estimativas de custos do ano de lançamento do programa.
- (4) Concepção da rede de informação que permita relacionamento directo entre as estruturas de apoio — central, regionais e locais — e as escolas participantes no programa e destas entre si.
- (5) Estudo das competências requeridas pelas funções de professor bibliotecário e de outros professores da equipa e dos técnicos-adjuntos de biblioteca e documentação e das respectivas necessidades de formação.
- (6) Estudo de modalidades de atribuição de horários ao professor bibliotecário e aos outros elementos da equipa e estimativa de custos.
- (7) Estudo de abertura de lugares no quadro das escolas, que tornem viável o acesso à função de professor bibliotecário de licenciados habilitados com cursos das ciências documentais, opção documentação e biblioteca.
- (8) Estudo de diferentes modalidades de adaptação das instalações das escolas existentes às necessidades de espaço das bibliotecas escolares e respectivas estimativas de custos.
- (9) Estudo de modalidades de organização dos espaços das bibliotecas dos diferentes tipos considerados e elaboração de exemplos de soluções-tipo.
- (10) Definição de critérios aconselhados para constituição do fundo documental básico, em cada tipo de escolas e estimativa de custos.
- (11) Recolha, junto de editoras e produtores, de informação documental completa e actualizada, organizada de modo a ser editada e divulgada pelas escolas para apoiar as políticas de aquisição de fundos documentais.

- (12) Estudo de características dos diferentes tipos de equipamento requeridos e estimativa de custos.
- (13) Concepção e lançamento de instrumentos de análise das bibliotecas existentes que suscitem auto-análises e que permitam servir de base à elaboração dos programas de desenvolvimento das bibliotecas escolares e a apreciação de candidaturas.
- (14) Definição de zonas onde o programa será lançado no 1.º ano.
- (15) Estabelecimento de contactos e acompanhamento das iniciativas das autarquias que vierem a ser envolvidas no ano de lançamento do programa.
- (16) Acompanhamento da criação dos SABE nas bibliotecas municipais e definição de outras modalidades de apoio, onde não existe biblioteca municipal.
- (17) Estabelecimento de contactos com entidades competentes no domínio da formação e acompanhamento dos cursos na fase de lançamento.
- (18) Estudo do quadro jurídico em que serão celebrados os contratos-programa entre as escolas, o Ministério da Educação e as Autarquias.
- (19) Estudo dos requisitos pedagógicos, técnicos, administrativos e financeiros para a celebração dos contratos-programa, os quais devem constar no respectivo articulado.
- (20) Estudo do processo de selecção das escolas que participarão no ano de lançamento, tendo em conta os critérios definidos no relatório.
- (21) Divulgação de informação sobre as modalidades de candidatura das escolas aos contratos-programa.
- (22) Elaboração de um sistema de recolha de informação sobre a situação das diferentes bibliotecas escolares e sobre experiências de organização e animação.
- (23) Elaboração de um sistema de divulgação de informação em diferentes suportes que permita troca de experiências e saberes e fomente a realização de intercâmbios em diferentes domínios da organização, funcionamento e animação das bibliotecas escolares.

8. BIBLIOGRAFIA

- Abrantes, J. C. (org.) (1994). *A outra face da escola*. Lisboa: Ministério da Educação.
- Barré, M. (1983). *L'Aventure documentaire*. Paris: Casterman.
- Barroso, C. (1989). *O Centro de Recursos Educativos da E. P. Marquesa de Alorna. Um caso de inovação endógena*. Separata da revista Aprender, n.º 8. Portalegre: ESEP.
- Benavente, A., Rosa, A., Costa, A. F. & Ávila, P. (1995). *Estudo Nacional de literacia. Relatório preliminar*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais (policopiado).
- Calixto, J. A. (1996). *A biblioteca escolar e a sociedade da informação*. Lisboa: Caminho.
- Canário, R., Barroso, C., Oliveira, F. & Pessoa, A. M. (1994). *Mediatecas escolares. Génesis e desenvolvimento de uma inovação*. Lisboa: IIE.
- Canário, R. (1996). Que futuro para as bibliotecas escolares?. *Noesis*, n.º 37.
- Carrol, F. L. & Beilke, P. F. (1979). *Guidelines for the planning and organization of school library resource centers*. Paris: UNESCO.
- Delannoy, J.-P. (1983). *Guia para a transformação de bibliotecas escolares*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Elley, B. W. (1992). *How in the world do student read?*. IEA Study of reading Literacy, The International Association for the Evaluation of Educational Achievement.
- Espiney, R. d'(org.) (1994). *Escolas isoladas em movimento*. Setúbal: Instituto das Comunidades Educativas.
- Fournier, C. & Britan, O. (1985). *créer une B.C.D. (Bibliothèque-Centre-Docum - mentaire): Pourquoi? Comment?*. Paris: Magnard.
- Freitas, E. & Santos, M. L. (1992). *Hábitos de leitura em Portugal. Inquérito sociológico*. Lisboa: Dom Quixote.

- Garraio, I. M. (1994). *Bibliotecas Escolares. Situação actual e perspectivas*. Lisboa: FPCE (dissertação de mestrado).
- Gascuel, J. (1987). *Um espaço para o livro: como criar, animar ou renovar uma biblioteca*. Lisboa: Dom Quixote.
- Gates, B. (1995). *Rumo ao futuro*. Lisboa: McGraw-Hill.
- Hannedottir, S. K. (1995). What do School Librarians need to know? Guidelines for competency requirements, *Booklet*, 3. IFLA.
- Hay, L. & Henri, J. (1995). *Leadership for collaboration: making vision work*. Paper presented at IFLA'95, Istanbul.
- Library and Information Service Council. Working Party on School Library Services (1985). *School Libraries: the foundations of the curriculum* (report). London: HMSO.
- Magalhães, A. M. & Alçada, I. (1988). *Ler ou não ler, eis a questão*. Lisboa: Caminho.
- Magalhães, A. M. & Alçada, I. (1993). *Os jovens e a leitura nas vésperas do séc. XXI*. Lisboa: Caminho.
- Moura, M. J., Almeida, P. V. de, Portilheiro, J. M. & Calçada, M. T. (1986) *Leitura Pública. Rede de Bibliotecas Municipais. Relatório*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- Nilsen, S. (1996). *School Libraries in Norway ... encouraging independent learning*. Comunicação apresentada no Encontro Nacional sobre Documentação e Informação na Escola, 1, Lisboa (policopiado).
- Perroti, E. (1986). *O texto sedutor na literatura infantil*. São Paulo: Icone.
- Portaria do Ministério dos Negócios do Reino, Direcção-Geral da Instrução Pública. *Diário de Lisboa*, 20 de Julho de 1866.
- Portugal. Ministério da Educação. Departamento de Gestão de Recursos Educativos (1992, a). *Mobiliário Escolar — Programas para Escolas*. Lisboa: ME/DEGRE.
- Portugal. Ministério da Educação. Departamento de Gestão de Recursos Educativos (1992, a). *Programa de Espaços para Escola Básica Integrada EB 1, 2, 3*. Lisboa: ME/DEGRE.
- Portugal. Ministério da Educação. Departamento de Gestão de Recursos Educativos (1994, a). *Mobiliário Escolar — Ensino Básico, Ensino Secundário*. Lisboa: ME/DEGRE.
- Portugal. Ministério da Educação. Departamento de Gestão de Recursos Educativos (1994, b). *Mobiliário Escolar: condições técnicas gerais*. Lisboa: ME/DEGRE.
- Portugal. Ministério da Educação. Departamento de Programação e Gestão Financeira (1995). *O estado do parque escolar. Ensaio de caracterização*. Lisboa: ME/DEPGEF.
- Portugal. Ministério da Educação. Direcção Geral da Administração Escolar (1992). *Centro de Recursos de Escola*. Lisboa: ME/D.G.A.E..
- Poulain, M. (1988). *Pour une sociologie de la lecture*. Paris: Cercle de la Librairie.
- Programme des Nations Unies pour le Développement (PNUD). *Rapport Mondial sur le Développement Humain 1994*. Paris: Economica.
- Ray, C. (1979). *Library service to schools and children*. Paris: UNESCO.
- Rede de Leitura Pública — Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais, 1994 (policopiado).
- Rodrigues, E. (1994). *Estudo da rede de bibliotecas escolares do Porto*. Porto: Câmara Municipal.
- Seibel, B. (1988). *Au nom du livre. Analyse sociale d'une profession: les bibliothécaires*. Paris: La Documentation Française.
- Sim-Sim, I. & Ramalho, G. (1993). *Como lêem as nossas crianças?*. Lisboa: GEP/Ministério da Educação.
- Universidade do Minho. Instituto de Educação (1993). *Ler na escola. As bibliotecas escolares dos distritos de Braga e Viana do Castelo: relatório de actividades*. Braga: Instituto de Educação (policopiado).

ANEXO 1

DESPACHO CONJUNTO N.º 43/ME/MC/95

DESPACHO CONJUNTO N.º 43 /ME/MC/95

A insuficiência de hábitos e práticas de leitura da população portuguesa é um facto reconhecido e comprovado que só pode ser contrariado por uma política articulada entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação.

Dessa política fará, necessariamente, parte o incentivo a utilização do livro nas metodologias de ensino e na organização do tempo escolar, e o desenvolvimento de bibliotecas escolares, integradas numa rede e numa política de incentivo da leitura pública mais ampla que apoie e amplifique a acção da escola e que se mantenha ao longo da vida.

Para analisar e propor medidas neste âmbito e criado um grupo de trabalho, constituído por dois representantes do Ministério da Cultura e dois representantes do Ministério da Educação.

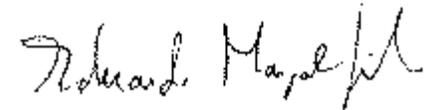
O grupo será coordenado por uma personalidade de reconhecido mérito, a designar por despacho conjunto dos dois Ministérios.

O grupo desenvolverá a sua actividade de 2 de Janeiro a 30 de Março de 1996 e será apoiado logisticamente, pelo Gabinete do Ministro da Cultura.

O pagamento dos elementos aos quadros dos dois Ministérios será assegurado por ambos de forma a acordar.

Lisboa, 29 de Dezembro de 1995

O Ministro da Educação,



(Eduardo Marçal Grilo)

O Ministro da Cultura,



(Manuel Maria Carrilho)

ANEXO 2

DESPACHO CONJUNTO N.º 5/ME/MC/96

DESPACHO CONJUNTO N.º 5 /ME/MC/96

Pelo Despacho Conjunto n.º 43/ME/MC/95, foi criado um grupo de trabalho com a finalidade de analisar e propôr medidas tendentes a incentivar a utilização do livro nas metodologias de ensino e na organização do tempo escolar, e o desenvolvimento de bibliotecas escolares, como forma de incrementar a leitura pública.

O grupo seria constituído por dois representantes de cada um dos Ministérios, sendo coordenado por uma personalidade de reconhecido mérito a designar por despacho conjunto.

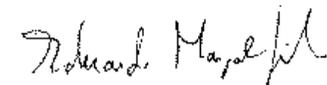
Nestes termos, destina-se o seguinte:

O grupo de trabalho criado pelo Despacho Conjunto n.º 43/ME/MC/95 terá a seguinte composição:

- a) Maria Isabel Girão de Melo Veiga, que coordenará;
- b) Em representação do Ministério da Educação:
 - Teresa Maria Marques da Costa Afonso Lino Gaspar;
 - Maria Cristina Mendes Machado da Silva Barroso.
- c) Em representação do Ministério da Cultura:
 - Maria Teresa do Carmo Soares Calçada;
 - José António Calixto Marques de Oliveira.

Ministério da Educação e da Cultura, em 9 de Janeiro de 1996.

O Ministro da Educação,



(Eduardo Marçal Grilo)

O Ministro da Cultura,



(Manuel Maria Carrilho)

ANEXO 3

Sim-Sim, Inês e Ramalho, Glória (1993),

“Como lêem as nossas crianças — caracterização do nível de literacia da população escolar portuguesa” págs. 49 a 61, Lisboa GEP, MEN

SITUAÇÃO ESCOLAR E DESEMPENHO DE LEITURA

Dentro da mesma população (4.º ou 9.º anos), será que existem diferenças provocadas pela situação escolar?

Com este bloco de questões visamos averiguar se o ambiente educativo (escola e recursos educativos) poderá ou não ter qualquer efeito nos resultados da aprendizagem dos alunos.

Para além das variáveis relacionadas com as características da população importará, pois, avaliar a relação entre o ambiente educativo e os desempenhos dos alunos. A primeira das variáveis a considerar diz respeito à existência, no sistema educativo português, de escolas pertencentes à rede pública do Ministério da Educação e de escolas privadas. Daí a pergunta:

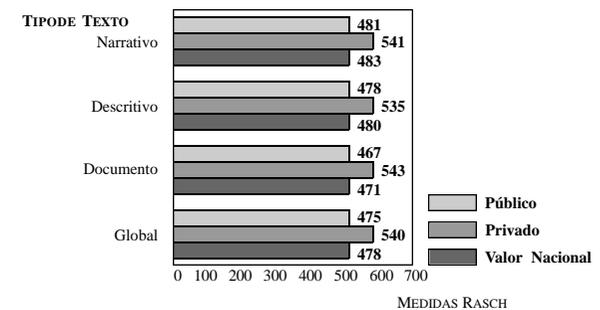
(i) *Haverá diferenças de desempenho entre os alunos das escolas públicas e das escolas privadas?*

Na população do 4.º ano de escolaridade (Pop. A)

Para a análise dos dados, todos os sujeitos do estudo foram agrupados em duas categorias: alunos de escolas públicas (2435) e alunos de escolas privadas (225). O número de alunos das escolas privadas corresponde a aproximadamente a 8% do total dos sujeitos.

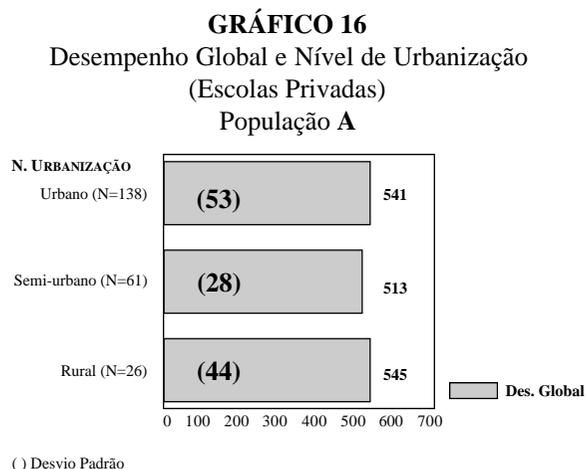
O gráfico 15 permite-nos avaliar as diferenças de desempenho entre as categorias visadas.

GRÁFICO 15
Medidas Rasch e Tipo de Escola
População A



Como se pode observar os desempenhos dos alunos das escolas privadas revelaram-se consistentemente superiores aos das escolas públicas. Com efeito, em qualquer dos domínios, a média das escolas privadas ultrapassa quer a média global nacional (478), quer mesmo a internacional (500). Embora a maior diferença de desempenho entre o grupo das escolas privadas e o grupo das escolas públicas ocorra na leitura de documentos, todas 25 diferenças são estatisticamente significativas (a um nível de significância de .0001), o que claramente aponta para a relação existente entre o tipo de escola (pública ou privada) e o desempenho dos alunos.

Fazendo um paralelo com a análise anterior dos desempenhos dos alunos das escolas públicas por região geográfica/nível de urbanização (estrato) passaremos em seguida a uma comparação mais fina dos resultados dos alunos das escolas privadas. O gráfico 16 permite-nos tal análise.

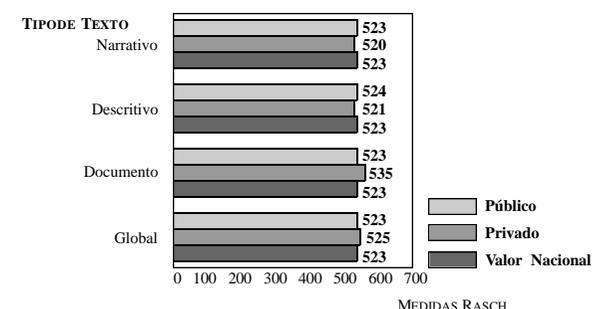


Nas escolas privadas, a melhor média tem lugar na população rural, seguida da população urbana. A média global das escolas privadas rurais e o valor mais alto conseguido em todo o universo testado (escolas públicas e privadas na população do 4.º ano de escolaridade. De salientar, ainda, a grande diferença entre a média global para o população rural portuguesa (469) e o valor obtido pelo grupo das escolas privadas rurais (545).

Na população do 9.º ano de escolaridade (Pop. B)

Dos sujeitos do 9.º ano que responderam a prova, 3120 frequentavam escolas públicas e 262 (8%) frequentavam escolas privadas. Os desempenhos médios por tipo de escola podem ser observados no gráfico 17.

GRÁFICO 17
Medidas Rasch e Tipo de Escola
População B

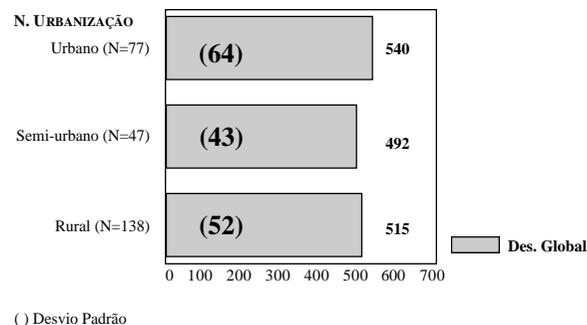


Ao contrário do que sucede com a população A, as diferenças entre o desempenho médio nas escolas públicas e nas privadas são pouco acentuadas e não revelam um padrão consistente. Assim, embora a média global das escolas privadas seja ligeiramente superior a das escolas públicas (estatisticamente não significativa), tal não se observa numa análise por domínios de leitura. Com efeito a ligeira superioridade da média global e conseguida a custa da leitura de documentos⁽²⁰⁾, invertendo-se a tendência nos outros dois domínios.

Se analisarmos os resultados das escolas privadas por níveis de urbanização (gráfico 18), verificamos que existem diferenças de desempenho entre os alunos urbanos, semi-urbanos e rurais (estatisticamente significativas a um nível de significância de .0001), mas que tais diferenças vão no sentido inverso ao da população A. Assim o melhor desempenho cabe as escolas urbanas, seguido do das escolas rurais. As escolas semi-urbanas apresentam o pior resultado.

⁽²⁰⁾ Diferença estatisticamente significativa a um nível de significância de .005.

GRÁFICO 18
Desempenho Global e Nível de Urbanização
(Escolas Privadas)
População B



Em síntese: A comparação dos resultados entre alunos de escolas públicas e privadas revelou tendências diferentes em ambas as populações (Pop. A e Pop. B). Assim, no 4.º ano de escolaridade os alunos das escolas privadas conseguiram, em todos os domínios de leitura, desempenhos médios superiores aos dos seus colegas das escolas públicas, ao contrário do que sucedeu com o 9.º ano em que os alunos das escolas públicas atingiram uma melhor média global, embora com uma diferença pouco acentuada e apenas contrariada na Leitura de documentos.

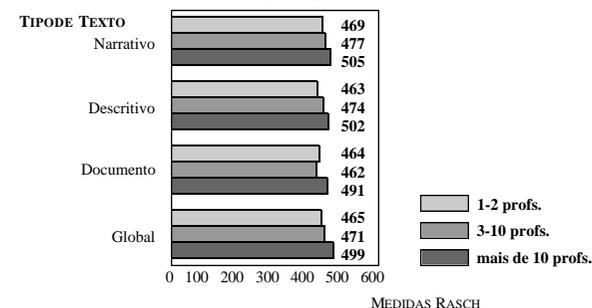
O facto de, no sistema educativo português, existirem escolas de dimensão muito variada, quer no que respeita a espaço físico, quer, principalmente, ao número de docentes por escola, levou-nos a questionar se o desempenho dos alunos seria afectado pela dimensão da escola. E esse o objectivo da próxima questão:

(ii) *Haverá diferenças de desempenho entre os alunos das escolas pequenas e das escolas grandes?*

Pareceu-nos importante indagar a influência da dimensão da escola no desempenho dos alunos, não tanto pelo número de crianças que a frequentam, mas, principalmente, pela existência de escolas de professor único, o que significa quatro. Os desempenhos dos alunos foram comparados na base de três grandes categorias de escolas: escolas de 1-2 professores, escolas de 3 a 10 profes-

sores e escolas com mais de 10 professores. O número de alunos incluídos em cada categoria corresponde a 7%, 60% e 32%, respectivamente para a 1.ª, 2.ª e 3.ª categoria. Os resultados médios obtidos são apresentados no gráfico 19.

GRÁFICO 19
Medidas Rasch e Dimensão da Escola
População A



Como se constata, em qualquer dos domínios de leitura, existem diferenças entre os desempenhos dos alunos. Tais diferenças, estatisticamente significativas (a um nível de significância de .0001), apontam para melhores resultados nas escolas com maior número de docentes. Dado que as escolas de professor único se situam em regiões rurais e as de mais de 10 professores em zonas urbanas, é possível que o nível de urbanização seja um dos factores a influenciar o resultado. Para além da dimensão da escola, pareceu-nos que as comparações entre desempenhos de turmas de regime diferente (classe única e pluri-classe), assim como na base do número de alunos por turma, nos poderiam fornecer indicadores complementares à análise.

Das 165 turmas testadas, 28% correspondem ao regime de classe única (808 alunos) e as restantes ao regime de turma de pluri-classe (1790 alunos). Quanto ao número de alunos por turma, a distribuição é a abaixo indicada.

QUADRO 9
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS TURMAS
NABASE DO NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA

N.º ALUNOS/TURMA	< 16	16-20	21-25	26-30	31-35
TURMAS	16%	32%	33%	12%	6%

A média de desempenho dos alunos, atendendo a distribuição do número de alunos por turma e ao regime de classe podem ser apreciadas, respectivamente, nos gráficos 20 e 21 .

GRÁFICO 20
Medidas Rasch e Número de Alunos por Turma
População A

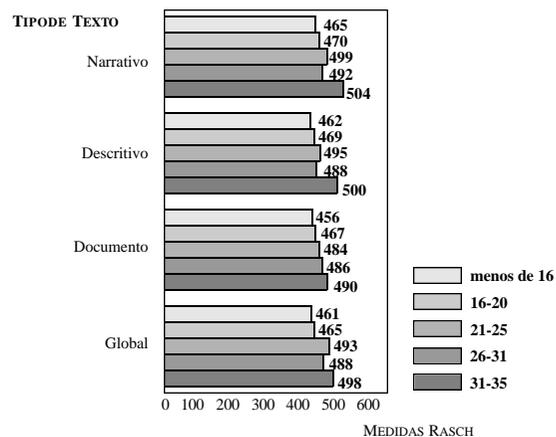
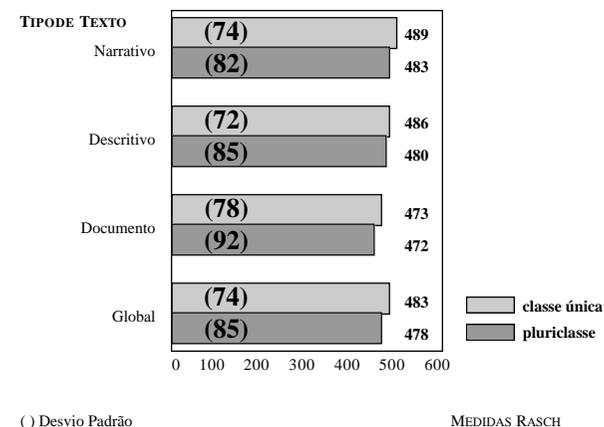


GRÁFICO 21
Medidas Rasch e Regime de Classe
População A



Na medida em que as médias apontam para melhores desempenhos no grupo de alunos de classe única, parece haver um efeito positivo no facto de o ensino se processar neste regime. Contudo, uma análise mais fina mostra-nos que a diferença de médias apenas é estatisticamente significativa (ao nível de significância de .005) no domínio dos textos descritivos.

Quanto a influência do número de alunos por classe, os dados apontam para piores desempenhos nas classes com menos alunos, o que está de acordo com a tendência revelada na análise do desempenho de acordo com a dimensão da escola.

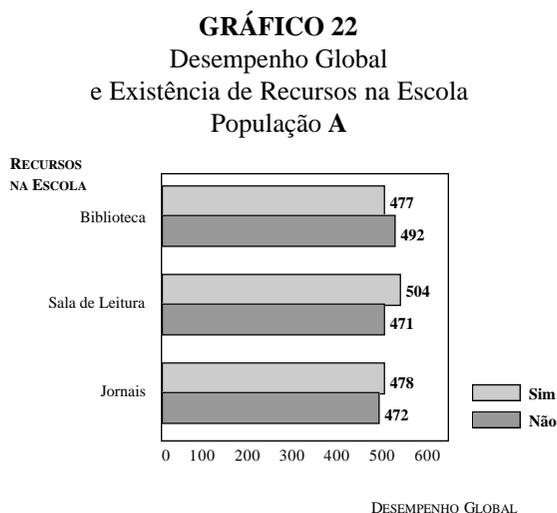
Em síntese: Na população do 4.º ano de escolaridade, a dimensão da escola e a dimensão da classe parecem influenciar os desempenhos dos alunos na seguinte direcção: a escolas de maior dimensão e a turmas com maior número de estudantes correspondem melhores desempenhos na prova. A este facto poderão não ser alheios os recursos de leitura disponíveis na escola. Essa a razão da próxima questão:

(iii) *Haverá diferenças de desempenho e estarão elas relacionadas com os recursos de leitura disponíveis na escola?*

Ao serem contemplados, no conceito de literacia, não só a capacidade de ler mas também os próprios hábitos de leitura, importa perceber qual a relação entre a disponibilidade de recursos de leitura no ambiente escolar dos alunos e os desempenhos conseguidos. Por recursos de leitura consideraremos aqui a existência ou não de biblioteca na escola, de sala de leitura para os alunos e de jornais ou revistas escolares.

Na população do 4.º ano de escolaridade (Pop. A)

Dos 144 directores de escolas do 1.º ciclo que responderam ao questionário, 92% declararam ter biblioteca, 8% ter sala de leitura e 29% jornais ou revistas escolares. A comparação dos desempenhos dos alunos de acordo com a existência ou não destes recursos e possível mediante a Leitura do gráfico 22.



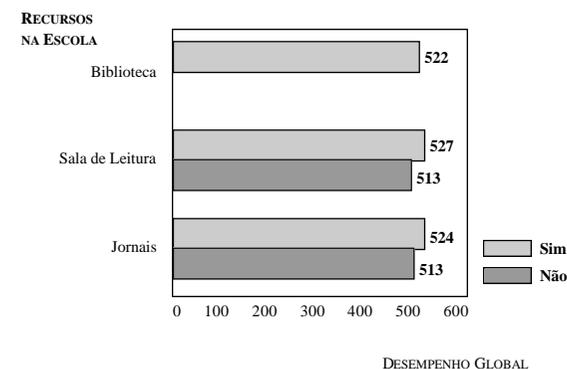
Como se pode ver, a existência ou não de bibliotecas escolares parece não influir positivamente no desempenho dos alunos. A tal facto não deverá ser alheia a exiguidade (e qualidade) das bibliotecas das nossas escolas do

1.º ciclo.⁽²¹⁾ Uma das variáveis que se mostra relevante no desempenho dos alunos (a um nível de significância de .0001) é a existência de salas de leitura, apesar do pequeno número de escolas (11) que delas dispõem.

Na população do 9.º ano de escolaridade (Pop. B)

Responderam ao questionário de escola 130 presidentes dos Conselhos directivos. Pela análise das respostas verificou-se que 99% referiram a existência de biblioteca escolar, 52% de sala de leitura e 72% de jornais escolares. A comparação de desempenhos globais médios dos alunos com base na existência ou não dos recursos em análise pode ser apreciada no gráfico 23.

GRÁFICO 23
Desempenho Global
e Existência de Recursos na Escola
População B



As diferenças das médias entre escolas com e sem sala de leitura e jornais escolares apontam para uma relação positiva entre a disponibilidade destes recursos e os desempenhos médios dos alunos. Com efeito, a comparação das

⁽²¹⁾ Segundo o relatório internacional, em Portugal, as bibliotecas típicas das escolas do 1.º ciclo têm menos de 700 livros por biblioteca.

diferenças de médias revelou-se estatisticamente significativa para ambas as variáveis (a um nível de significância de .0001).

Em síntese: A acessibilidade a espaços (salas de leitura no 4.º e 9.º ano) e materiais de leitura (jornais e revistas escolares no 9.º ano) dentro da escola parece influenciar os desempenhos dos alunos de ambas as populações.

Para além dos recursos de leitura da própria escola, a disponibilidade de livros e revistas na comunidade em que a escola esta inserida poderá também ser factor determinante nos hábitos de leitura dos alunos e, conseqüentemente, no seu nível de desempenho. E este o objectivo da próxima questão:

(iv) *Haverá diferenças de desempenho e estarão elas relacionadas com a existência de recursos de leitura disponíveis na comunidade?*

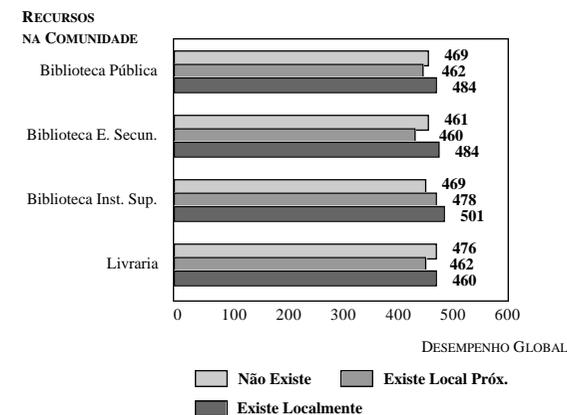
Na população do 4.º ano de escolaridade (Pop. A)

A informação sobre a disponibilidade de recursos de leitura na comunidade⁽²²⁾, quer através da existência de bibliotecas públicas e bibliotecas em escolas de ensino secundário e superior, quer através da existência de livrarias, foi fornecida pelos directores das escolas. Tal disponibilidade, que gera a acessibilidade a material de Leitura por parte dos alunos, foi classificada de acordo com três categorias: (a) *não existência*; (b) *existência na localidade próxima*; (c) *existência local*.

Como se pode ver no gráfico 24, que relaciona as categorias acima mencionadas com o desempenho global conseguido pelos alunos, a maior acessibilidade a materiais de leitura (existência local) corresponde sempre a melhor média de desempenhos.

⁽²²⁾ De acordo com o relatório internacional, existe uma correlação muito elevada entre o número de livros disponíveis em casa dos alunos e a disponibilidade de recursos de leitura em bibliotecas públicas e livrarias. Segundo a mesma fonte, Portugal situa-se entre os países com pior acessibilidade, visto que apenas 40% dos alunos tem acesso a mais de 100 livros fora da escola.

GRÁFICO 24
Desempenho Global
e Existência de Recursos na Comunidade
População A

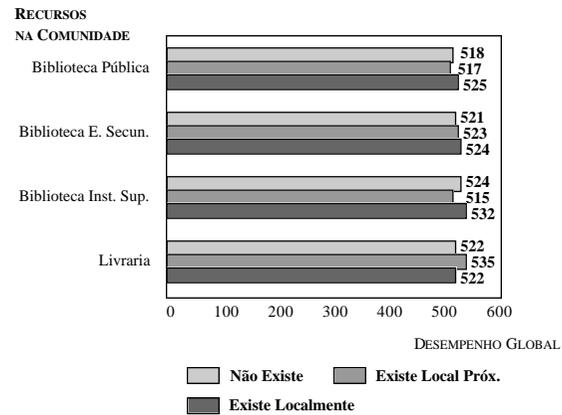


Para a população do 4.º ano de escolaridade, a diferença de médias de desempenho, correspondentes a diferente facilidade de acesso a recursos de leitura na comunidade, mostrou ser estatisticamente significativa (a um nível de significância de .0001). Tal verifica-se em qualquer dos recursos visados, quando comparamos a sua não existência com a existência local. A disponibilidade do recurso numa localidade próxima parece não ter qualquer efeito para os alunos deste nível de ensino.

Na população do 9.º ano de escolaridade (Pop. B)

Ao analisarmos a variação do desempenho médio dos alunos na base da disponibilidade de recursos de leitura na comunidade (cf. gráfico 25), verificamos que se encontram melhores resultados em escolas situadas em localidades em que existem bibliotecas. As diferenças entre as médias correspondentes às categorias *existência local/não existência* são estatisticamente significativas tanto para as bibliotecas públicas (nível de significância de .0001) como para as bibliotecas em instituições escolares (nível de significância de .0001).

GRÁFICO 25
Desempenho Global
e Existência de Recursos na Comunidade
População B



Em síntese: Em qualquer das populações (Pop. A e Pop. B), o acesso a recursos de leitura na comunidade parece ter um efeito positivo no desempenho de leitura dos alunos.

ANEXO 4

Magalhães, Ana Maria e Alçada, Isabel (1994),

“Os jovens e a leitura nas vésperas do século XXI”, págs. 115 a 123, Lisboa, ESE de Lx., IIE, Caminho

AS BIBLIOTECAS ESCOLARES

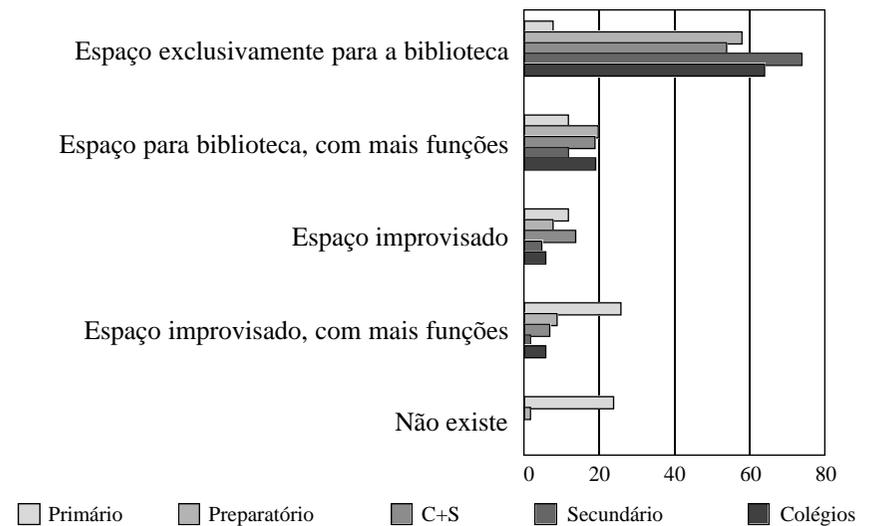
Responderam ao questionário 1055 escolas públicas e privadas dos três níveis do ensino básico

Nos anexos 38 e 39 apresentam-se os quadros de distribuição das escolas por: tipo de escola; distrito; número de alunos; número de professores; meio familiar predominante dos alunos.

Ter ou não ter biblioteca na escola

O gráfico que a seguir se apresenta (ver pergunta 10) dá um bom testemunho do que se passa nas escolas dos vários níveis de escolaridade.

A existência de bibliotecas escolares (%)



A leitura do gráfico permite concluir que a maioria das escolas secundárias (76,2%) tem biblioteca. Nas escolas C+S a percentagem baixa (57,3%) e nas escolas preparatórias também (59,4%).

No caso das C+S e preparatórias o espaço inicialmente previsto para biblioteca em muitos casos transformou-se em sala de aula devido à superlotação

O panorama é verdadeiramente desolador nas escolas primárias. A percentagem de edifícios com biblioteca é mínima (7,9%) e em muitos casos nem sequer se dispõe de um espaço improvisado (35,6%).

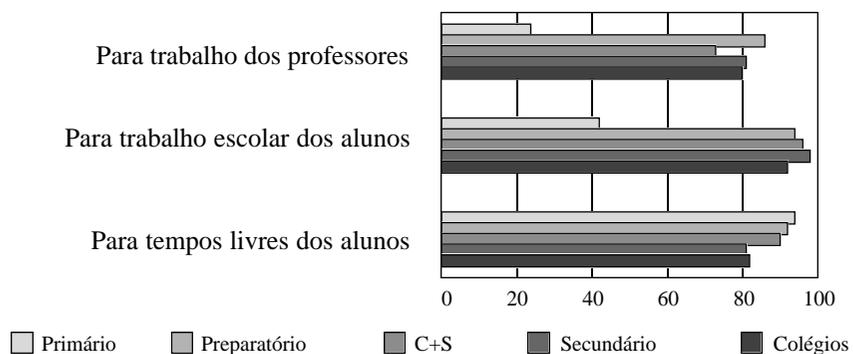
Equipar as escolas com os meios indispensáveis à promoção da cultura deveria ser tarefa prioritária do Ministério da Educação. Em países civilizados a ideia de uma escola que não tem biblioteca é em si mesma contraditória.

Na maioria dos países da CEE as escolas têm bibliotecas que não se limitam a colecções de livros arrumados em estantes. Procura-se que sejam espaços vivos, constantemente actualizados e enriquecidos para que os alunos tenham acesso directo ao que se vai publicando no próprio país. Em muitos casos possuem outros recursos como vídeos, computadores, cassetes-livro, etc.

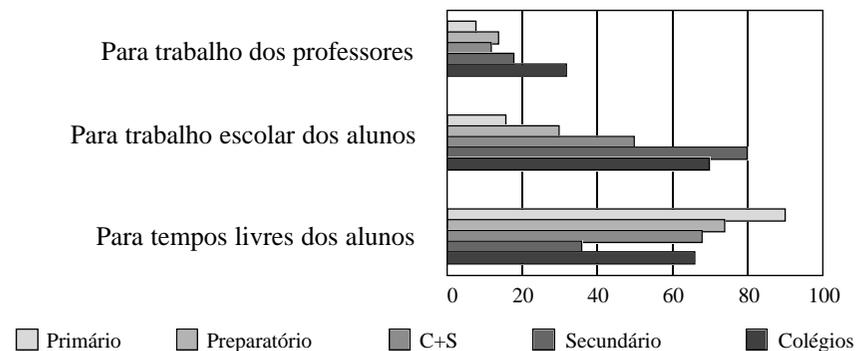
OS LIVROS QUE EXISTEM NAS BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS

Os gráficos seguintes condensam as respostas às perguntas 11 e 12 do inquérito.

Os livros existentes nas bibliotecas das escolas (%)



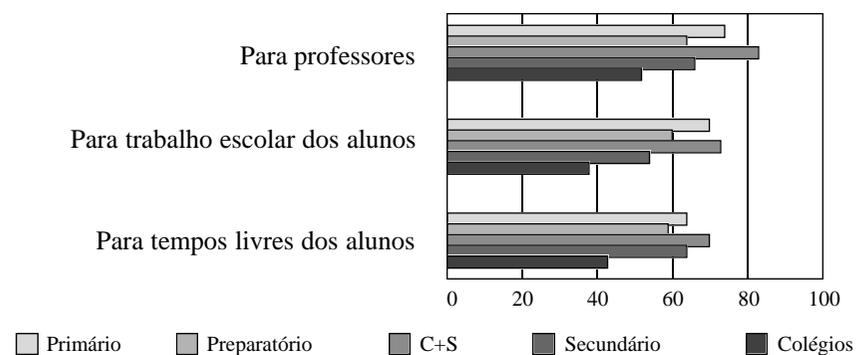
Os livros predominantes nas bibliotecas das escolas (%)



Nas escolas onde há biblioteca o leque de livros existentes é diversificado. No ensino secundário predominam livros para apoio de trabalho escolar. Nos outros níveis, para a leitura em tempos livres.

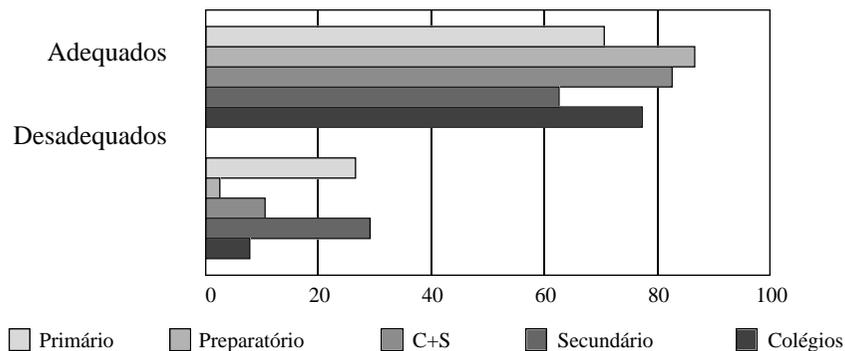
No ensino primário manifestam-se carências quanto a livros destinados a apoiar o trabalho dos professores e o trabalho escolar dos alunos. Este problema é agravado pelo facto de a rede de escolas primárias ser muito dispersa e de haver inúmeros casos de grande isolamento.

Percentagem de professores que consideram insuficiente o número de livros de biblioteca



Os professores de todos os níveis tendem a considerar insuficiente o número de livros de que dispõem (ver pergunta 13).

Adequação aos interesses dos alunos dos livros para os tempos livres (%)



Relativamente as obras destinadas a tempos livres a maioria considera-as adequadas aos interesses dos alunos. Regista-se uma certa insatisfação no ensino primário e secundário. Um quarto dos inquiridos afirma que são desadequados. Isto explica-se talvez por serem bibliotecas equipadas há vários anos directamente pelo Ministério e sem a participação dos professores, que são quem realmente conhece os alunos.

OS TIPOS DE LIVROS PARA LEITURA NOS TEMPOS LIVRES QUE PREDOMINAM NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES

De acordo com as respostas a pergunta 16, verifica-se que no *ensino primário* predominam os contos tradicionais e os contos infantis de autores contemporâneos.

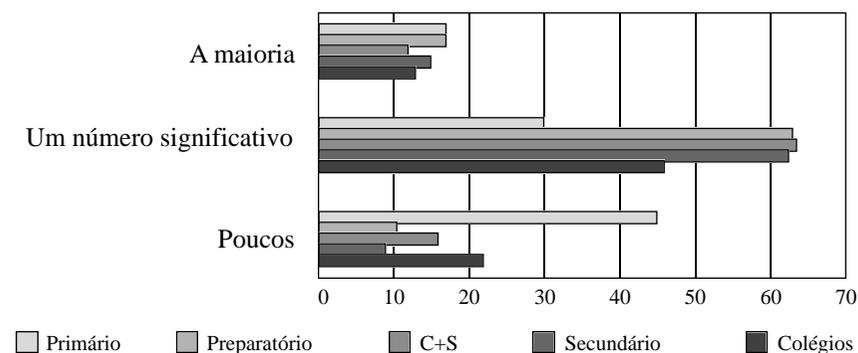
No *ensino preparatório* predominam bandas desenhadas, livros de aventuras de autores portugueses, contos infantis contemporâneos e romances portugueses.

No *ensino secundário* predominam os romances de literatura portuguesa e livros de poesia.

OS PROFESSORES ENCARREGADOS DA BIBLIOTECA

De acordo com as respostas à pergunta 18, verifica-se que, exceptuando as escolas primárias, é frequente existir uma funcionária de serviço na biblioteca. Essa funcionária limita-se geralmente aos trabalhos de rotina. Cabe aos professores a dinamização da biblioteca. De uma maneira geral, dedicam-se a esta actividade um ou dois professores com horário destinado a esse efeito.

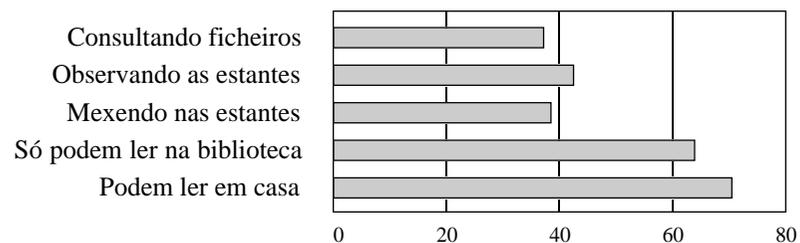
Alunos que frequentam as bibliotecas escolares (%)



A frequência das bibliotecas escolares (ver pergunta 21) parece não se ter tornado ainda um hábito para a maioria dos alunos, como seria desejável. No entanto, o panorama tem melhorado. As bibliotecas são frequentadas por um número significativo de alunos.

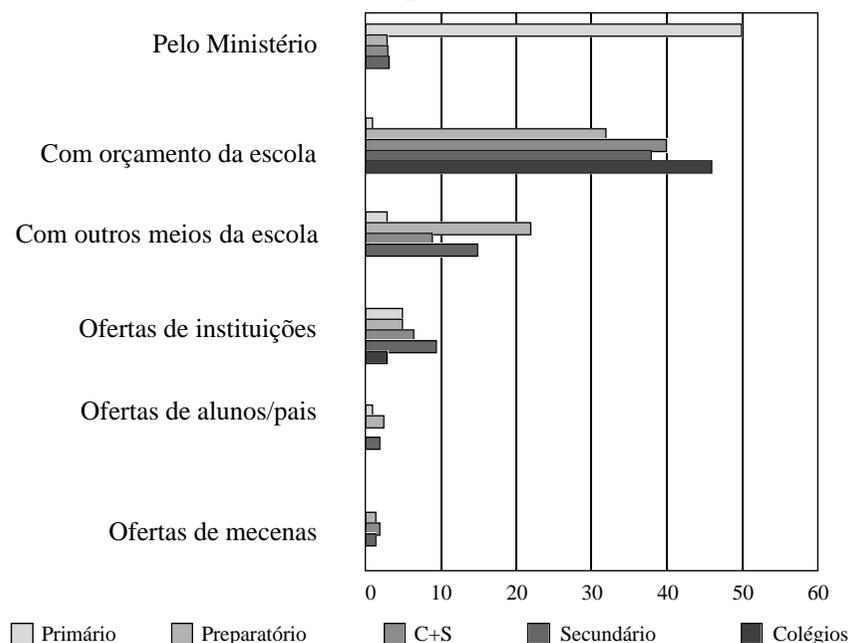
O gráfico seguinte, relativo a requisição de livros, sumariza as respostas as perguntas 22 e 23 do inquérito.

A requisição de livros nas bibliotecas escolares (%)



No ensino secundário só em 23,8% das escolas e que os alunos são autorizados a mexer livremente nas estantes. Numa percentagem significativa das escolas não está prevista a leitura domiciliária. Seria útil repensar estas posições tendo em conta que os alunos declararam preferir ler em casa.

Como foram adquiridos os livros (%)



Nas escolas a aquisição de livros é feita de muitas maneiras (ver pergunta 25). No ensino preparatório os professores têm conseguido obter verbas para livros fora do orçamento, o que decerto implica iniciativas com esse objectivo.

A DINAMIZAÇÃO DA BIBLIOTECA

Os itens do questionário relativamente a actividades de dinamização da biblioteca foram definidos com base nas entrevistas de preparação deste trabalho. As respostas obtidas são animadoras, pois em todos os níveis de escolaridade se realizaram acções de diferentes modalidades: visitas guiadas a bibliotecas; clubes de leitura; jogos e concursos de leitura e escrita; exposições; feiras do livro; dramatização e peças de teatro; encontros com escritores; encontros com outros convidados; debates e mesas-redondas; visionamento de filmes e diapositivos; semanas de disciplina e semanas culturais.

Além das actividades que constavam do questionário, os professores indicaram outras: o livro do mês ou livro da semana; clube dos amigos da biblioteca; atribuição de prémios aos alunos que requisitaram mais livros ao longo do ano; concursos de quadras e de desenhos; clube de jornalismo; elaboração de cartazes incentivando visitas a biblioteca; escolha de autor e leitura semanal de um conto; participação dos alunos na catalogação; festa do livro infantil; lançamento de um livro escrito por professores e alunos; cantinho de revistas e jornais; clube de filatelia; dinamização de acções com a colaboração dos pais; videoteca; semana da banda desenhada; Top-livro; visitas a jornais e tipografias; visitas a outras bibliotecas; concursos de consulta de dicionários.

De tudo isto se pode concluir que a escola está a mudar.

A geração actual e a primeira a usufruir de tantas e tão variadas actividades na escola.

Embora seja desejável que o movimento de modernização não pare, melhora, se generalize, seria muito injusto dizer que nas escolas portuguesas pouco ou nada se faz pela leitura.

As respostas dos alunos ao inquérito que lhes foi dirigido traduzem afinal o efeito destas iniciativas.

O APOIO RECEBIDO

Se os professores estivessem à espera de grandes apoios, nunca tinham feito nada. O quadro seguinte fala por si (ver pergunta 29).

Apoios recebidos pelas bibliotecas escolares

Origem dos apoios	Apoio no lançamento de iniciativas		Apoio financeiro		Colaboração pessoal	
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%
Serviços do Ministério da Educação	39	3,7	43	4,1	17	1,6
Grupos de pais	5	5,0	6	6	13	1,2
Associações de pais	18	1,7	36	3,4	18	1,7
Mecenas	8	0,8	28	2,7	5	0,5
Autarquias	52	4,9	66	6,3	34	3,2
Associações culturais	29	2,7	31	2,9	18	1,7
Editoras	96	9,1	54	5,1	38	3,6

ANEXO 5

Canário, R., Barroso, C., Oliveira, F. & Pessoa, A.M. (1994).
Mediatecas escolares. Génese e desenvolvimento de uma inovação. Lisboa: IIE.

A escola na “sociedade da informação”

As sociedades contemporâneas são marcadas, nos últimos decénios, por mudanças bruscas e aceleradas nos domínios económico, social, político, científico e tecnológico. A informação aparece como um elemento fundamental que participa destes processos de mudança.

Um claro exemplo disto são as modificações verificadas na estrutura ocupacional das sociedades mais avançadas, com um peso crescente dos trabalhadores que se dedicam a operações de tratamento e produção da informação. Por outro lado, as qualificações obtidas, neste domínio, revelam-se cada vez mais importantes no próprio acesso ao mercado de trabalho

O conceito de “sociedade da informação” não é isento de ambiguidade e permanece fortemente polémico, sobretudo ao induzir a ideia de uma relação causal entre as novas tecnologias e as mudanças de natureza social. Contudo, o seu uso e a sua “popularidade” constituem o indício claro de um fenómeno real: na construção de modos de vida social, qualitativamente diferentes dos actuais, desempenhara um papel cada vez mais importante: “(...) *a aprendizagem dos processos de manipulação, transformação, armazenamento e obtenção da informação*” (David LYON, 1988, p. 1).

Conservar a informação corresponde a uma prática e a uma necessidade que remontam à Antiguidade. Arquivos e bibliotecas são as instituições que desempenham esta função, privilegiando, quase exclusivamente, a informação escrita sob a forma, também dominante, de um suporte bem determinado — o livro.

É no século XX que se afirma o conceito de **documentação**, que se assiste ao desenvolvimento e diversificação de técnicas documentais, e que novos dispositivos vem progressivamente substituir-se as bibliotecas tradicionais, a partir da sua própria transformação e evolução — os modernos centros de recursos.

Em França, por exemplo, e nos anos trinta que é criada a União Francesa dos Organismos de Documentação (U.F.O.D.), organismo que propõe para os conceitos de **documentação** e de **documento** as definições seguintes:

Entende-se por **documento** “*toda a base de conhecimento fixada materialmente e susceptível de ser utilizada para consulta estudo ou prova. Um documento é um objecto que serve de suporte a informação e que serve para comunicar*”.

A documentação, por seu turno, consiste em “*reunir, organizar, seleccionar e utilizar todos os tipos de informações*” (CRDP, 1979, p. 1).

O conceito novo de documentação implica a ideia de que não é suficiente armazenar documentos e esperar, de forma passiva, que os utilizadores potenciais os venham utilizar. O documento não pode, nesta perspectiva, ser encarado como um fim em si mesmo, mas sim como um meio que permite produzir nova informação.

Em síntese, de uma fase de mera acumulação e conservação de documentos, evolui-se para um processo caracterizado por três momentos principais: a **recolha** de documentos, o **tratamento** da informação documental e a **difusão** da informação, processo definido por um conjunto de etapas, tecnicamente designado por “cadeia documental”.

Relativamente às antigas bibliotecas e uma atitude diferente, face aos utilizadores, que se afirma: esta em causa, não apenas colocar a sua disposição uma massa documental, mas, sobretudo, estar atento a diversidade de necessidades dos utilizadores e dar-lhes uma resposta cada vez mais adequada, pertinente e rápida.

As actividades de difusão da informação e de animação, desenvolvidas a partir dos centros de recursos, influenciam os comportamentos dos utilizadores, criando ou fazendo emergir necessidades não explicitadas, estimulando a utilização da massa documental disponível.

A multiplicação do número de centros de recursos, a sua interacção, a utilização de meios e técnicas sofisticados, permitem a criação de **redes documentais** a diversos níveis (local, regional, nacional, internacional) Estas redes documentais permitem aceder a uma massa de informações que dispersas e atomizadas seriam de difícil utilização ou, sempre, sub-utilizadas.

No mesmo sentido, o de optimizar os recursos documentais, a preocupação de diminuir, cada vez mais, a distância entre o utilizador potencial e as fontes de informação tornou-se um traço dominante da generalidade dos actuais sistemas documentais.

Esta evolução, que caracterizamos de forma sumária, e a resultante de uma pressão dupla, quer de natureza quantitativa, quer de natureza qualitativa.

De um ponto de vista quantitativo, o número de documentos não parou de aumentar, muito rapidamente, no decurso dos últimos dois séculos. Segundo dados da Unesco, por exemplo, a centena de periódicos, existente no início do século XIX, passou para 1000 em 1850, para 10 000 em 1900, ultrapassando, nos anos 70, os 50 000.

Esta tendência acentuou-se particularmente a partir de 1960, altura em que se começou a falar de “explosão documental”, para designar este fenómeno do

crescimento do número de documentos que tende a ser exponencial. Ainda segundo as estatísticas estabelecidas pela Unesco, a produção anual de documentos científicos e técnicos era avaliada em 1958 em mais de um milhão, número que passa para dois milhões em 1961, três milhões e meio em 1967, quatro milhões em 1970 (J. CHAUMIER, 1979).

De um ponto de vista qualitativo, assiste-se à diversificação dos suportes e das linguagens documentais. No domínio do documento escrito, o livro, durante muito tempo o suporte dominante, perdeu importância, em termos relativos, devido ao crescente papel desempenhado pela imprensa, periódicos de diferentes naturezas e a proliferação do que se designa por “informação subterrânea”, ou seja, documentos que escapam aos mecanismos tradicionais da edição.

Contudo, e a própria predominância do documento impresso que é posta em causa pela concorrência de suportes inteiramente novos, baseados no som e na imagem, ou na associação de várias linguagens. Em paralelo, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa modificou radicalmente os tradicionais circuitos de informação, a nível social, com consequências profundas ao nível cultural.

Este crescimento exponencial da informação disponível tem como contrapartida uma rápida desvalorização da informação e do saber humanos.

Segundo Pierre BERTAUX (1978), o saber no século XVIII, perdia, em média 10% do seu valor, no período de uma geração. No início deste século, o saber adquirido por um universitário, durante os estudos mantinha, no final da sua carreira, metade do seu valor. Hoje: “o saber adquirido e não preservado desvaloriza-se metade em seis anos, ou seja, 97% no espaço de uma geração” (p. 109).

A ideia de reduzir a aprendizagem a um período delimitado e inicial da vida pertence ao passado. A educação permanente, construída por Bertaux, tornou-se um “imperativo categórico”.

A informação deixou de ser um bem escasso e dificilmente acessível. A raridade deu lugar à superabundância: como gerir e tirar proveito pleno desta grande massa de informações? Trata-se de uma questão central para o funcionamento de todos os sistemas de formação, incluindo, naturalmente, a instituição escolar.

Escola e mudança: o papel da mediateca

O mundo escolar não poderia, obviamente, manter-se à margem destas transformações profundas. As tradicionais bibliotecas escolares rapidamente

revelaram a sua incapacidade para responder às novas necessidades. A importância crescente da informação e da documentação, a variedade das formas dos documentos, das suas funções e suportes produziram uma complexificação da “paisagem documentária” (G. LEFORT, 1992) que exige um novo dispositivo.

“Mediateca”, “centro de recursos”, “centro média”, “centro multimédia”, “centro documental”, esta pluralidade de designações (que variam segundo a tradição dos diferentes países), refere-se a uma mesma realidade: o novo lugar documental, situado no coração do estabelecimento de ensino e susceptível de favorecer e facilitar a emergência de novas modalidades de acção educativa.

A criação de mediatecas (a partir da transformação das bibliotecas escolares), nos estabelecimentos de ensino, torna-se uma tendência universal, no período que se segue à 2.ª guerra mundial, em particular a partir dos anos sessenta. Um desenvolvimento mais precoce e intenso em certos países, como por exemplo os E.U.A. e o Canadá (Québec), generalizou-se, progressivamente, ao conjunto dos países industrializados.

Esta tendência inscreve-se nas grandes linhas de força do movimento de mudança da escola que se desenvolve segundo uma lógica (implícita ou explícita) de ruptura com o estabelecimento de ensino tradicional (J. HASSENFORDER, 1972).

O crescimento rápido da informação disponível, a desvalorização da informação, os novos modos de tratar e utilizar a informação conduziram a por em causa não apenas o enciclopedismo, mas também o monopólio da instituição escolar (através da “aula magistral”) enquanto fonte do saber.

A um processo de pura acumulação do saber tende a opor-se a valorização da aquisição de métodos de trabalho e de uma utensilagem mental susceptíveis de favorecer processos de auto-formação, no quadro de um processo de educação permanente.

A aquisição destas competências constitui uma tarefa central da escola. Como se afirma num estudo da Unesco (1986):

“É necessário que os professores tomem consciência do facto de que o mundo na sua totalidade é uma fonte potencial de informação e que é essencial para que os alunos possam viver num mundo cada vez mais complexo iniciá-los na pesquisa de informação ensiná-los a encontrar e interpretar a informação de que precisam” (p. 4).

Pesquisar informação, identificá-la, proceder a sua triagem e avaliação, síntese, proceder a sua reorganização, apresentar e comunicar essa informação, sob a forma de novos suportes, constituem procedimentos que caracterizam uma

“nova pedagogia” (HASSENFORDER, 1975, p. 26) que a mediateca facilita e favorece, nomeadamente:

- Permitindo o acesso livre, e permanente, a um conjunto documental que e necessário aprender a interrogar;
- Introduzindo na escola, pela diversidade dos suportes, a pluralidade das linguagens;
- Relativizando o papel do professor (e por conseguinte da “aula”) que passa a ser um recurso, entre outros possíveis;
- Favorecendo o trabalho pessoal e em pequeno grupo;
- Contribuindo para descompartmentar o saber, tradicionalmente repartido pelos vários campos disciplinares;
- Contribuindo para quebrar o isolamento da instituição escolar relativamente a comunidade local;
- Contribuindo para diversificar os “papéis” a desempenhar pelos professores, no quadro de colectivos de professores que trabalham em equipa com outros educadores, nomeadamente os técnicos de documentação.

O desenvolvimento das mediatecas, na sua fase inicial e contemporâneo da introdução na escola dos “meios audiovisuais”. Porém, como muito bem assinala R. TUCKER (1987) a criação das mediatecas (ou centros de recursos, na terminologia anglo-saxónica) insere-se já numa evolução tendencial do **ensino pelos média** para a **aprendizagem através dos média**.

Num mundo em que a comunicação audiovisual e omnipresente, a escola não pode continuar limitada ao uso quase exclusivo de uma forma determinada de linguagem — a linguagem verbal. Em contraste com uma quixotesca competição com a escola paralela, deverá a instituição escolar acolher e estimular o uso das novas formas de comunicação.

Poderá, assim, desempenhar uma importante função formativa, desenvolvendo nos alunos uma capacidade de análise crítica, susceptível de contrariar os efeitos de condicionamento frequentemente atribuídos aos meios de comunicação de massa.

Mas se o uso da imagem na escola e justificável e (inelutável) pela evolução global da sociedade, também podem ser aduzidos argumentos de carácter mais técnico:

- O preconceito segundo o qual a imagem engendra passividade não tem qualquer base científica. Pelo contrário, o carácter menos estruturado, e

mais “subjectivo”, da linguagem icónica supõe, da parte do receptor, uma maior actividade pessoal de interpretação e construção do sentido, com uma, potencialmente, maior implicação do sujeito no processo de aprendizagem.

- Os nossos conhecimentos em matéria de psicologia da aprendizagem levam-nos a considerar que o uso da imagem poderá aumentar a eficácia do processo de ensino-aprendizagem. A aprendizagem é mais eficaz se fizer apelo a uma maior diversidade de percepções sensoriais: os alunos aprenderão melhor se, em vez de apenas ouvir, puderem também observar, sentir, fazer.
- O uso da imagem enriquece o repertório das modalidades de trabalho propostas pelos professores, favorecendo práticas pedagógicas diferenciadas e/ou individualizadas, aspectos fundamentais, na construção do sucesso educativo, face a um público escolar heterogéneo.
- A exploração e/ou produção de documentação audiovisual sobre a realidade local ou regional constitui uma via para a articulação entre as práticas escolares e a realidade social e cultural envolvente. Favorece a criação de situações de aprendizagem mais próximas da experiência dos alunos, mais pertinentes, dos pontos de vista social e cultural.

A introdução da tecnologia audiovisual na escola está associada a expansão dos sistemas escolares e ao surgimento da escola de massas. Neste contexto, a utilização do audiovisual surge como uma forma de contrariar o carácter artesanal do ensino, permitindo, nomeadamente o desenvolvimento de formas de ensino à distância (utilização da TV), ou individualizadas (ensino assistido por computador), menos dependentes da utilização intensiva do pessoal docente.

No sistema escolar “tradicional” os equipamentos e documentação audiovisual surgiram, essencialmente, como meios auxiliares de ensino, constituindo um mero suporte, ou complemento, da palavra do professor.

Num e noutro caso, mudaram os meios mas não a natureza das práticas educativas (papel do professor, relação dos alunos com o saber). E o facto de a introdução dos meios áudio-visuais não se ter consubstanciado em mudanças de natureza qualitativa que permitiu percepcioná-los como mais uma “moda” passageira.

Se analisarmos o que se passa nas escolas, ao nível da utilização de meios audiovisuais, verificamos que, embora escassa, predomina a documentação produzida em série, fora da escola e que o equipamento disponível, utilizado pro-

dominantemente por professores, e fundamentalmente adequado para reproduzir essa documentação (receptor de TV, projector de diapositivos, etc.).

Nestas condições, a utilização do audiovisual, a semelhança da utilização massiva de manuais escolares, pode contribuir para reforçar a actual lógica de funcionamento da instituição escolar: sistema de repetição de informações, estruturadas, recebidas do exterior.

É possível, e desejável, uma outra lógica que permita passar do audiovisual **consumido** ao audiovisual **produzido**, transformando professores e alunos em produtores de meios de aprendizagem, enriquecendo a documentação disponível, no estabelecimento de ensino.

A produção de documentação audiovisual constitui o processo privilegiado para aprender a dominar códigos e técnicas inerentes a linguagem icónica.

A importância que atribuímos ao desenvolvimento de actividades de produção (em que a mediateca desempenhara um papel fundamental) não significa que as escolas possuam necessariamente equipamentos sofisticados, nem o recurso a técnicos altamente qualificados. O desenvolvimento de actividades de produção e compatível com recursos escassos, como algumas experiências recentes, de escolas portuguesas claramente demonstram (R. CANÁRIO e L. TRAGUIL, 1989; R. CANÁRIO, 1992).

A importância atribuída a actividades de produção (audiovisual, impressa, ou de outro suporte) articula-se com um projecto pedagógico, com uma outra maneira de encarar a escola, transformando os alunos em **produtores**. A função e utilidade da mediateca converge com o desenvolvimento de outras inovações, nomeadamente curriculares, que valorizam o trabalho projecto, a descompartimentação disciplinar, o trabalho autónomo e a pesquisa, actividades de criação, pelos alunos. É, claramente, o caso da recém-criada área-escola.

Se a mediateca aparece, historicamente, como o resultado de exigências **convergentes** no sentido da superação do modelo tradicional de estabelecimento de ensino (HASSENFORDER, 1972; WORMSER-MIGOT, 1982; DELANNOY, 1983), essa superação implica que a escola evolua de um “*sistema de repetição de informações para um “sistema de produção de saberes.*” (R. CANÁRIO, 1990).

Esta evolução implica o estabelecimento de ensino como uma totalidade, supõe a construção de um claro e explícito projecto educativo de escola, no qual se integra o desenvolvimento de uma inovação particular como a mediateca.

A definição de metas ambiciosas e a longo prazo, não significa ignorar a sinuosidade do percurso, nem os constrangimentos dos pontos de partida.

Significa, de modo prospectivo, imaginar os futuros possíveis, determinar metas desejáveis, para, de forma mais lúcida, actuar no presente. Trata-se, em suma, de agir com o pragmatismo sugerido por um provérbio tuaregue, segundo o qual: “*Se não sabes para onde vais, arriscas-te a nunca mais lá chegar*”.

A organização repetitiva do tempo (módulo da aula de 50 m), do espaço (sala de aula), a rigidez do agrupamento dos alunos (turma), a compartimentação disciplinar, constituem “invariantes” da organização clássica do estabelecimento, ao serviço de actividades de **ensino** centradas na repetição de informação.

A mediateca constitui uma inovação organizacional que, potencialmente, questiona e/ou põe em causa estas “invariantes”, apontando para outras modalidades de gestão dos tempos e dos espaços, outras formas de interacção entre os diferentes actores educativos.

O aproveitamento pleno dos novos recursos que a mediateca oferece implica mudanças na forma de agir dos vários actores educativos. Nomeadamente, supõe da parte dos professores a compreensão do papel complexo da mediateca num processo educativo **global**, ao **nível da escola**. Razão suplementar para encarar o processo de construção da mediateca como um processo colectivo de aprendizagem, implicando o conjunto do corpo docente, e inserido num projecto educativo.

Por outro lado, a mediateca, enriquecendo a “oferta” de bens culturais na escola, tem também propósitos democratizantes. Ora, na ausência de um projecto e de actividades explícitas, nomeadamente de animação, esses propósitos dificilmente se concretizarão. A procura, e o “consumo” de bens culturais (livros por exemplo) tendem a ser determinados por factores socioculturais, exteriores e anteriores à situação escolar (E. FREITAS e L. SANTOS, 1992). Outra razão de fundo para que a criação da mediateca não possa ser entendida como uma operação técnica, ou como algo que se vem **somar** ao que já existe. Só no quadro de um projecto educativo do estabelecimento de ensino uma inovação como a mediateca poderá ganhar sentido e aproveitamento plenos.

Para finalizar, sistematizemos de forma breve as principais características da mediateca, enquanto inovação, definindo, a traço grosso, um “modelo ideal” que orientará a nossa análise dos dados empíricos.

Ao nível das **finalidades**, a mediateca traduz-se no imediato num **enriquecimento** do estabelecimento de ensino, enquanto meio educativo, e a longo prazo na sua **transformação**. Trata-se de evitar quer a “escolarização” da mediateca, quer a sua marginalização, para os territórios periféricos do “extra”

escolar. A tensão entre conservação e mudança gere-se a partir do equilíbrio entre estas duas vertentes, num processo estrategicamente orientado por um projecto educativo.

A criação de uma mediateca implica **pressupostos** que importa explicitar e ter em conta no planeamento do desenvolvimento da inovação, nomeadamente:

- Aumentar, no interior do estabelecimento de ensino, a importância relativa dos espaços e dos tempos consagrados ao **aprender**, em detrimento dos tempos e dos espaços consagrados ao ensino (o que implica repensar a articulação entre o espaço físico da mediateca e o espaço físico da aula).
- Flexibilizar formas de agrupamento dos alunos, rompendo com a rigidez da unidade turma, favorecendo modalidades de trabalho individual, em pequeno e em grande grupo. Trata-se de articular a heteroformação (dominante no modelo escolar) com a auto-formação (em consonância, aliás, com objectivos da reforma curricular).
- Privilegiar a pesquisa e o trabalho de projecto como metodologias de aprendizagem susceptíveis de conferir ao trabalho escolar uma maior pertinência social e cultural, relativamente ao seu público.

Relativamente aos **princípios de organização** e funcionamento da mediateca, e possível isolar três grandes orientações:

- A primeira e a unicidade da mediateca, num sentido duplo, relativamente aos documentos e ao público: **todos** os documentos susceptíveis de serem mobilizados para a acção educativa, deverão ser postos à disposição de **todos** (professores e alunos). Esta orientação supõe uma política de constituição do fundo documental concertada e global, tendo em conta o perfil dos utilizadores.
- A segunda diz respeito a necessidade de associar a documentação os meios técnicos (equipamentos, espaços, mobiliário, etc.) que permitam aos utentes explorá-la e, a partir dessa exploração, produzir informação original. — A terceira orientação consiste em associar (de modos diversos, em função do contexto) os utilizadores ao funcionamento e desenvolvimento da mediateca, através de uma permanente informação, de formas de colaboração, de participação em tomadas de decisão. Os alunos são um recurso potencial para o desenvolvimento desta inovação.

Finalmente, a mediateca, enquanto dispositivo de recolha, tratamento e difusão de informações, no interior de um sistema de formação (a escola), articula diferentes **funções** só dissociáveis numa perspectiva analítica: **documentação** (recolha e tratamento de documentos), **produção** (a acção pedagógica e o fundo documental alimentam-se mutuamente) e **animação** (actividades planeadas e executadas para otimizar a utilização dos recursos disponibilizados pela mediateca).

A articulação e a importância relativa destas três funções pode obedecer a diferentes modalidades ou tónicas, consoante o contexto de cada escola, o seu percurso, a fase de desenvolvimento da mediateca. Estando em causa a transformação de bibliotecas escolares em mediatecas e previsível que a função documentação seja predominante numa fase inicial. Contudo é importante que, em termos de desenvolvimento futuro, estas três funções, com “pesos” eventualmente diferentes, estejam presentes nos projectos e nas práticas, desde a fase inicial.

Portugal: a mediateca escolar no contexto da reforma educativa

Para situar o actual processo de desenvolvimento, em Portugal, de uma rede de mediatecas escolares, nos estabelecimentos de ensino básico e secundário, e útil ter em conta alguns dados comparativos, a nível internacional.

No início dos anos 80, o ICEM (International Council for Educational Média) realizou um inquérito internacional, abrangendo cerca de três dezenas de países, incluindo Portugal. Se consideramos os estabelecimentos de ensino post primário, verificamos que em países como a Austrália, o Japão e os EUA, a percentagem destes estabelecimentos que possui uma mediateca (ou centro de recursos, terminologia usada no inquérito) e respectivamente de 95%, 90% e 85%. A existência de uma mediateca constitui, pois, a regra. Na Europa a situação é muito desigual mas encontramos números como 23% (Bélgica), 43% (França) ou mesmo 100% (no caso da Suíça). Em Portugal a situação estava no ponto zero (R. TUCKER, 1987, p. 16).

O desenvolvimento das mediatecas escolares, no nosso país, tem uma clara relação com o processo de reforma educativa, desencadeado na sequência da aprovação, em 1986, pela Assembleia da República, da Lei de Bases do Sistema Educativo. É neste documento legal que, em termos de política oficial, aparece a primeira referência a mediateca escolar. Ela é feita no âmbito do art.º 41.º que

define recursos educativos. Assinale-se que a concepção de recursos educativos aí presente é redutora (assimila recursos educativos a recursos materiais). Por outro lado, ao enumerar os “recursos privilegiados”, o referido artigo coloca em primeiro lugar os manuais escolares, a que se seguem (no mesmo plano) bibliotecas e mediatecas, e depois um conjunto de “equipamentos” (laboratórios, E. Física, E. Musical). O reducionismo e a hierarquia adoptada não são irrelevantes.

É no quadro dos concursos Prodep, realizados em 1990 e em 1991, que a administração impulsiona o desenvolvimento de uma rede de mediatecas escolares, convidando as escolas a candidatar-se, na base de um projecto. Trata-se de uma iniciativa algo inédita, e de contornos positivos, que conduziria a incentivar e premiar a iniciativa e a criatividade das escolas (desde que seguida de modalidades de acompanhamento, e de medidas de apoio as escolas com menor capacidade ou iniciativa). O problema reside em saber como vão as escolas responder a esta iniciativa da administração e que escolas vão responder. A resposta não pode deixar de ser condicionada pelo discurso e pela prática da administração.

Ao nível do discurso oficioso e oficial encontramos um conjunto de referências que são conformes com as orientações preconizadas pela literatura especializada. Assim no que respeita aos objectivos específicos da sub-programa “*Mediatecas escolares*” *enunciam-se, nomeadamente: “levar os alunos a utilizar os recursos existentes de forma a contribuir para a auto-educação” e “fomentar a aquisição de técnicas de investigação”* (GEP Educação, n.º 3, 1989, p. 11).

A contribuição da mediateca para uma transformação global das práticas escolares é referida noutro documento oficial (Portugal. ME, 1990) em que se afirma a necessidade de diversificar o ensino, porque: “*Soou a hora de abandonar um ensino monolítico que é responsável pelo desperdício e o abandono de numerosos alunos que não se ajustam aos moldes pré estabelecidos*” (p. 59).

A articulação da mediateca com um projecto de escola, associado a transformação das práticas pedagógicas aparece explicitado num artigo (I. OLIVEIRA, 1991, p. 62) da autoria de uma técnica com intervenção directa nestes programas:

“As mediatecas têm (...) uma lógica funcional diferente da lógica do espaço da aula tradicional, por constituírem um espaço de livre acesso, onde convivem o estudo, o lazer, a responsabilidade e a autonomia. As suas actividades e animação cultural ganham sentido enquanto integradoras do Projecto

educativo da Escola (...) “O envolvimento da comunidade escolar em geral na sua dinâmica influirá mais tarde ou mais cedo, na dinâmica do espaço de aula e da escola, reformulando práticas pedagógicas, criando novos regimes de comunicação e espaços informais de formação dos agentes educativos”.

Uma análise mais atenta dos escassos documentos em que a administração explicita a sua política mostra que, para lá deste discurso genérico esta presente uma preocupação de “modernizar” as escolas, fazendo face ao “atraso educativo” neste domínio, através de uma **política administrativa de equipamento das escolas**. Assim, trata-se de fornecer as escolas do 1.º ciclo um “pacote constituído por biblioteca infantil actualizada; retro-projector; unidade de projecção” e de, em relação as escolas preparatórias e secundárias fazer com que sejam “dotadas de um fundo que lhes permita actualizar os instrumentos que já possuem” (GEP Educação, n.º 3, 1989 p. 11).

No relatório apresentado a Conferência Internacional da Unesco (42.ª sessão) afirma-se que uma das formas de diversificar o ensino se concretiza através de “um plano de instalação de equipamento mediático (computadores; mediatecas, etc.” (???)

O subprograma das “mediatecas escolares” e definido como um processo que permite “munir as escolas de equipamentos tais como bibliotecas, magnétofonos, projectores de diapositivos” (Portugal. ME, 1990, pp. 66 e 67).

O conteúdo do despacho 175 ME/91 confirma o sentido desta análise ao substituir os concursos das mediatecas escolares por um “Programa Especial de Apetrechamento (que.) pretende assegurar a continuidade da política de apetrechamento iniciada em 1988” que cria quatro novos subprogramas:

- Minerva (informática);
- Mercúrio (“destinado a apetrechar os estabelecimentos do ensino básico e do ensino secundário com o equipamento audio visual necessário às actividades lectivas e à formação dos docentes”);
- Biblos (“destinado ao equipamento apetrechamento e animação das bibliotecas escolares”);
- Laboratórios.

Estes quatro subprogramas são cometidos a quatro entidades completamente distintas (Gep, IIE, DGBS e DGAE). Dificilmente se encontraria melhor exemplo de dispersão, do acentuar de uma **política administrativa** em oposição a uma política pedagógica. Note-se que o conceito de mediateca desapare-

ceu e que os quatro subprogramas recobrem componentes de uma mediateca. No fundo trata-se de regressar ao conceito de recursos educativos presente na LBSE (art.º 41.º) que citamos no início deste ponto.

Este despacho, que representa, em termos de concepção e de política, um claro recuo em relação aos concursos Prodep, foi criticado por M. PINTO (1991) que colocou a tónica numa questão essencial — os **recursos servem projectos mas não geram projectos**:

“Não será difícil encontrar escolas com equipamentos cobertos de pó arrumados há muito tempo em velhas arrecadações porque nunca houve ninguém que soubesse usá-los ou pelo menos, visse neles utilidade prática. Com os modernos recursos que tem estado a ser distribuídos pelas escolas com o apoio dos fundos comunitários corre-se um risco semelhante. E não custa a entender o motivo. Em havendo tostões o mais fácil e de facto comprar “coisas”: já é mais difícil dar-se ao trabalho de identificar necessidades e problemas definir prioridades construir projectos mobilizar recursos e gerar a participação”.

E no contexto geral que, de modo muito sintético, descrevemos que deverão ser entendidas as diferentes experiências de estabelecimentos de ensino, empenhados na construção de mediatecas escolares.

Composição e organização dos fundos documentais

O conceito de educação permanente que se afirmou, universalmente, a partir do início dos anos setenta, corresponde a uma concepção global da acção educativa, em ruptura com o “modelo escolar”. A operacionalização deste conceito tem repercussões em todos os níveis, modalidades e instituições educativas, nomeadamente no modo de conceber o papel da escola.

Numa sociedade da informação, a actividade de ensinar (ou seja a transmissão de informação) tende a subordinar-se a actividade de aprender (ou seja a capacidade por parte dos sujeitos de se apropriarem de informação). A construção de saberes depende menos de processos cumulativos de informação e mais da capacidade de, em cada momento e cada situação, identificar, procurar e organizar a informação necessária, reutilizando-a em diversos contextos. Onde a importância do ensinar a aprender, encarado como um processo de desenvolvimento de competências que permitem gerir a abundância de informação disponível.

E num contexto de reexame crítico da instituição escolar, e do papel e funções do professor, que as tradicionais bibliotecas escolares tem vindo a ser postas em causa.

As iniciativas desenvolvidas, nas últimas décadas, em diferentes sistemas escolares, no sentido de promover a transformação das bibliotecas escolares em mediatecas, estão associadas a processos de renovação pedagógica dos estabelecimentos de ensino. Esta em causa, nomeadamente, uma especial valorização de práticas e processos de autoformação, por parte dos alunos.

O novo dispositivo mediateca tende a ser encarado como uma instituição educativa” (FOURNIER, 1985) que está ao serviço da transformação e enriquecimento das práticas escolares e que, ao mesmo tempo, constitui um centro de formação permanente que possibilita práticas de autodocumentação e favorece a Liberdade e autonomia dos utilizadores, na escolha de problemas, fontes, métodos e ritmos de trabalho.

A construção e desenvolvimento de uma inovação como a mediateca é, tem como base uma filosofia educativa, orienta-se por princípios e objectivos de natureza educativa, serve a consecução de um projecto de acção pedagógica, no contexto de um estabelecimento de ensino. É neste sentido que é possível afirmar a pertinência fundamental do primado do pedagógico, relativamente às vertentes técnicas e administrativas.

Não sendo, portanto, uma questão exclusiva ou fundamentalmente técnica, o aproveitamento pleno das potencialidades oferecidas por mediateca (entendida como um sistema documental), depende também numa importante medida, da adopção de um conjunto de soluções de natureza técnica, adequadas à constituição e gestão do fundo documental de uma mediateca escolar.

A experiência acumulada na gestão de sistemas documentais (e, em particular no domínio das mediatecas escolares) está traduzida num conjunto de orientações aceites a nível internacional que julgamos útil sintetizar.

Não constituindo um corpo de normativos rígidos (a sua concretização pode variar, nos níveis e nas formas, em função dos contextos e dos recursos disponíveis) servir-nos-ão de ponto de referência para uma descrição do modo como, nas escolas, estão organizados e geridos os respectivos fundos documentais. A partir dessa descrição tentaremos, em jeito conclusivo, identificar alguns “pontos críticos” em que é possível e desejável intervir, para melhorar o funcionamento das mediatecas.

Por razões de clareza da exposição, enunciaremos essas orientações sob a forma de um conjunto de **critérios** de que, eventualmente, os responsáveis de mediatecas se poderão servir para analisar as suas práticas de gestão.

O primeiro critério diz respeito à **unicidade documental**. A sua concretização visa, por um lado, aproximar o utilizador da informação disponível (todos

os utilizadores têm acesso ao conjunto dos documentos), por outro lado, potenciar a informação contida em cada documento (a informação a extrair de um documento depende do ponto de vista a partir do qual é “interrogado”).

Se, por exemplo, uma colecção de diapositivos sobre monumentos medievais apenas é susceptível de ser utilizado pelos professores de História opera-se uma redução dupla do potencial informativo do documento limitando-o a uma categoria de utilizadores e a uma área restrita do saber.

O critério da unicidade documental concretiza-se, reunindo, tendencialmente, toda a documentação do sector documental da mediateca e submetendo-a a um tratamento unitário (a partir de um catalogo único por assuntos é possível recuperar um máximo de informação).

Um segundo critério tem a ver com a **diversidade** do fundo documental. Um dos traços distintivos da mediateca, em relação a biblioteca escolar, é a natureza multimédia da documentação que recolhe, organiza e disponibiliza. Tradicionalmente o documento confunde-se com o impresso, porém, numa concepção mais larga, qualquer objecto material do qual é possível extrair informação constitui um documento (um livro, um disco, um filme, um selo, uma moeda, um pedaço de granito...).

A introdução da pluralidade de linguagens e de suportes na vida escolar é um vector fundamental da mediateca que se reflecte na composição diversificada de um fundo documental que não pode reduzir-se a documentos impressos e, dentro desta categoria, a livros. A diversidade temática do fundo e complementar da sua diversidade em termos de suportes e linguagens, contemplando diferentes áreas de interesse quer dos utilizadores, quer da própria escola (em função dos seus planos de estudos), quer contemplando a existência de fontes diversas sobre um mesmo tema (condição necessária para que haja escolha, crítica e comparação de fontes informativas diferentes). A existência de um núcleo documental importante, sobre a região em que a escola se insere, sobre a realidade local, serve finalidades educativas e exprime uma maior diversidade da informação disponível.

Um terceiro critério refere-se à **quantidade** de documentos que existem no fundo. Importa reter, a este propósito, a importância do conceito de “massa crítica para poder compreender que uma quantidade demasiado limitada de equipamentos ou documentos não é suficiente para a obtenção de efeitos significativos.

Assim, se numa escola com mil alunos se dispõe de um computador, o desenvolvimento de um programa visando a aquisição de competências infor-

máticas pelos alunos será, no mínimo, pouco realista. Do mesmo modo, pretender dinamizar hábitos de leitura, a partir de um total de documentos escritos, várias vezes inferior ao total da população escolar, será certamente empresa difícil. Assim, podemos pensar em termos de relação entre o número de utilizadores e o número de documentos, para avaliar deste ponto de vista a riqueza do fundo e as suas potencialidades.

Este critério de avaliação do fundo permite planear o seu crescimento, em função de objectivos educativos e de limitações orçamentais, na busca de equilíbrios quer de natureza quantitativa, quer qualitativa. Este crescimento do fundo não tem que apoiar-se exclusivamente na compra. A oferta, a permuta e a produção própria constituem vias complementares a explorar.

Um quarto critério tem a ver com o conjunto articulado de procedimentos que caracterizam o **tratamento documental** e acompanham o percurso de cada documento, desde a sua entrada na mediateca até ser posto à disposição do utilizador. A biblioteconomia e a disciplina que trata do estudo das técnicas utilizadas para o tratamento e comunicação dos dados contidos em documentos. É necessário que os responsáveis pela direcção pedagógica das mediatecas possuam um conhecimento mínimo desses procedimentos e disponham de pessoal com capacidade técnica para os concretizar.

Assim será possível garantir um acesso fácil dos utilizadores à informação. E, por outro lado, uma condição necessária para que a mediateca possa inserir-se, com as vantagens daí decorrentes, em redes documentais de âmbito regional, nacional ou, até, internacional. Esta inserção exige, com efeito, um mínimo de uniformidade de procedimentos.

No sentido de garantir a coerência, a adequação e a continuidade (num dado sistema documental) das várias etapas que caracterizam o tratamento dos documentos (“cadeia documental”), é vantajosa a elaboração de um manual de operações em que se explicitem e definam, ainda que de forma abreviada, os procedimentos técnicos adoptados no tratamento dos diferentes tipos de documentos.

Com algumas variantes de pormenor, o percurso é comum para os diferentes suportes. Enunciemos, com o recurso ao exemplo das monografias, as etapas principais da designada “cadeia documental”:

Numa primeira etapa, cada documento é objecto de um registo, com os elementos fundamentais a ele relativos (data de entrada, número de registo, autor, título, editor, ano de edição, etc.), feito em livro próprio e constituindo um **inventário** permanentemente actualizado.

Num segundo momento, procede-se a **carimbagem** dos documentos, o que permite identificá-los e contribuir para prevenir o seu desaparecimento. Não é indiferente no local do documento em que se coloca o carimbo, no sentido de preservar o seu potencial informativo, definindo-se, previamente critérios, e não o apondo em ilustrações, mapas ou gravuras, por exemplo.

A **catalogação** é a fase seguinte do processo de tratamento documental e que permite a recuperação de um documento a partir de elementos, como, por exemplo, o nome do(s) autor(es) ou do título. A descrição desses dados bibliográficos faz-se em suporte, desde há muito, normalizado. Utilizam-se, no caso do nosso país, as Regras Portuguesas de Catalogação, elaboradas a partir da ISBD (International Standard Bibliographic Description) para monografias (M).

Por outro lado, a **classificação** permite uma melhor recuperação dos documentos na estante, a partir da identificação do tema principal de cada documento.

Para realizar a classificação, adoptando o sistema mais adequado, e necessário ter em conta o ponto de vista dos utilizadores, o modo como eles “interrogam” a documentação. Para os documentos de não-ficção e normal utilizam-se as classificações já organizadas e estruturadas. A mais vulgar entre nós é a CDU (Classificação Decimal Universal) que tem por base uma divisão do conjunto dos conhecimentos em dez grupos principais que dão lugar a sucessivas subdivisões.

A determinação do tema mais importante do documento serve, então, para lhe determinar o local de arrumação física e a cota. Esta é fundamental para localizar e recuperar os documentos, uma vez que é a cota que estabelece a ligação entre os dados da ficha do documento e a sua localização, na estante.

A **indexação**, última etapa do tratamento documental, consiste em proceder à descrição do conteúdo do documento, ou seja, fazer o levantamento de todos os temas/assuntos que, nesse documento podem vir a interessar o utilizador e a partir dos quais ele organiza a sua pesquisa documental. O número de entradas temáticas, para cada documento, pode variar entre três, cinco, dez ou, até mesmo, trinta..., de acordo com o grau de maior ou menor especialização com que as questões são colocadas. Normalmente, ao proceder à indexação não se utiliza a linguagem natural, recorrendo-se a listagens estruturadas de palavras-chave e conceitos (thesauri).

O tratamento documental de outros documentos, que não as monografias, segue basicamente as mesmas etapas, embora com algumas variantes de que se enunciam, de forma breve, as mais relevantes.

As publicações periódicas não necessitam de livro de registo porque o controlo do número de fascículos existentes se faz por intermédio de uma ficha de registo para cada título (ficheiro tipo Kardex). Só quando se recebe, pela primeira vez outro título ou um novo fascículo e que se preenchem estas fichas que são arrumadas em gavetas horizontais, por ordem alfabética de títulos.

Embora seja possível, não é usual proceder-se à catalogação de publicações periódicas porque, neste tipo de documento, o que é mais importante não é a existência de um título, mas sim os artigos que ela contém. A catalogação de artigos de publicações periódicas é mais comum, usando-se, para tal efeito, as regras da ISBD (CP), ou seja as regras que se preconizam, a nível nacional e internacional, para a catalogação de partes de documentos. No caso do nosso país, alguns serviços de documentação optam pela adopção da Norma Portuguesa (NP 786)

Também não é comum atribuir qualquer cota às publicações periódicas, uma vez que elas são arrumadas por títulos (ordem alfabética) e não por temas.

As etapas do tratamento documental que, de forma muito sintética, enunciámos aplicam-se a generalidade dos documentos existentes no fundo independentemente quer do seu suporte, quer da forma como foram obtidos (aquisição, oferta, permuta ou produção própria).

Um quinto critério diz respeito a **difusão da informação**, junto dos potenciais utilizadores. Na biblioteca tradicional, essencialmente guardam-se livros (preserva-se uma memória) sendo dominante uma lógica de arquivo. Num sistema documental moderno, como é o caso de uma mediateca escolar, a sua principal finalidade é a comunicação documental, ou seja, através de um conjunto de “serviços” e “produtos”, difundir, transmitir, facilitar o acesso e a descoberta, por parte do utilizador do conjunto de informação de que ele necessita (CHAUMIER, 1984).

Esta aproximação entre o utilizador e a informação passa por, através da organização do sistema documental, reduzir o índice de ruído (número de documentos seleccionados pelo utilizador que não respondem a sua questão), reduzir o índice de silêncio (número de documentos existentes que respondem à questão, mas não são encontrados) e aumentar o índice de pertinência (número de documentos encontrados pelo utilizador que respondem às suas questões) (CHAUMIER, 1979).

Para aumentar o índice de pertinência, e facilitar o acesso a informação, impõe-se, como regra geral, o acesso directo a documentação. O que implica a existência de critérios claros e precisos que presidem a arrumação dos documentos, bem como uma sinalização “legível” pelo utilizador.

O conhecimento, por parte do utilizador, dos critérios seguidos na arrumação dos documentos, é essencial para permitir uma correcta recuperação da informação contida na mediateca.

O mesmo princípio é válido relativamente aos catálogos disponíveis. Estes contêm todas as fichas feitas para cada documento e organizadas por ordem alfabética (de assuntos, autores, títulos, etc.).

A definição do tipo de catálogos a criar implica opções, em função da natureza e finalidades do sistema documental, bem como das características e necessidades dos utilizadores. No caso de uma mediateca escolar pode não ser necessário que exista um catálogo para traduções mas é, certamente, necessário que exista um por assuntos, outro por autores e outro por títulos. Em alguns casos, organizam-se catálogos sistemáticos (por assuntos, através da indicação da notação numérica da CDU) que apresentam o inconveniente de serem de difícil consulta para os não especialistas em biblioteconomia.

Além dos principais serviços prestados (pesquisa documental retrospectiva, consulta local, empréstimo domiciliário) o sistema documental pode oferecer aos utilizadores um conjunto de “produtos” que se destinam a mantê-lo actualizado acerca dos recursos documentais disponíveis, incitando a sua utilização.

Estes produtos podem dirigir-se ao conjunto dos utilizadores, ou assumir um carácter selectivo, respondendo a necessidades personalizadas, correspondentes a perfis de interesse. Entre os vários produtos possíveis podem enunciar-se, a título exemplificativo:

- Difusão de listas de aquisições recentes (por suportes e/ou áreas temáticas) ou exposição, com a finalidade de informar os utilizadores dos novos documentos entrados, durante um período determinado.
- Difusão de boletins de sumários (com a fotocópia das páginas de sumário) de todas as publicações periódicas entradas num período de tempo específico (quinzena, mês, trimestre).
- Difusão de boletins bibliográficos que podem ser organizados de modo temático e fornecer aos utilizadores uma informação mais profunda se as referências bibliográficas forem acompanhadas de um resumo do documento.

Enunciados os principais critérios que permitem apreciar a composição e organização dos fundos documentais, vejamos, com base nos dados recolhidos, como se caracteriza a situação das mediatecas escolares, dos estabelecimentos de ensino abrangidos pelo presente estudo.

Diversidade e unicidade documentais

Na composição do fundo documental das mediatecas das quatro escolas em estudo, verifica-se um claro predomínio da documentação impressa.

A nível quantitativo, este predomínio traduz-se numa relação aceitável entre o número de livros e o número de utilizadores, como se pode exemplificar tomando por referência o grupo maioritário de utilizadores, os alunos: na mediateca da Escola — A existem 10 866 livros e 1 120 alunos, na Escola — B 7 000 livros e 2 084 alunos, na Escola — C 6 113 livros e 2 755 alunos e na Escola — D 5 092 livros e 1 520 alunos.

Regista-se, no entanto, que desta relação entre o número de alunos e o número de livros existentes nas mediatecas das quatro escolas não se pode inferir que haja uma relação adequada às necessidades dos utilizadores, mesmo do ponto de vista quantitativo. Como facilmente se compreenderá, esta questão está ligada com os modos de constituição dos fundos documentais de que trataremos no ponto seguinte. Todavia, os números apresentados exprimem uma relação de grandeza que nos parece importante pôr em evidência, e que adquire particular significado quando comparada com a relação existente entre a quantidade de documentos audiovisuais e o mesmo grupo de utilizadores (alunos). No caso da documentação audiovisual (...)

Conclusões e recomendações

* A mediateca, enquanto inovação organizacional que, potencialmente, afecta o conjunto do estabelecimento de ensino, quer no seu funcionamento interno, quer na sua relação com o contexto local supõe a sua inserção num projecto pedagógico mais vasto, a escala do estabelecimento de ensino.

A criação de uma mediateca não pode ser dissociada de um projecto pedagógico que vise estabelecer novas formas de relação com o saber, novas modalidades de estruturar as situações de aprendizagem dos alunos, processos de formação dos professores. A ideia e a prática de projecto aparece como essencial para dar coerência e sentido a utilização de espaços, equipamentos e recursos humanos.

Uma política deliberada de criação de uma rede de mediatecas, exige da administração o desenvolvimento de modalidades de apoio as escolas (cujas necessidades são diversas), na construção e concretização de projectos educativos próprios que concretizem a sua autonomia.

* O êxito de uma inovação como a mediateca supõe, da parte das escolas a capacidade de inventar novas formas de organizar e gerir os recursos de que dispõem. Nomeadamente, procedendo a alterações organizativas ao nível da gestão do tempo, do espaço e das pessoas, necessárias a realização plena de um projecto de mudança da escola que esta subjacente ao projecto da mediateca.

O papel da administração não pode reduzir-se, pois, a uma distribuição de verbas destinadas a aquisição de equipamentos e a realização de obras para adaptar espaços. O fornecimento, por via administrativa, de um acréscimo de recursos pode ser posto ao serviço da concretização de projectos, mas, por si só, não gera projectos nem dinâmicas de mudança.

O papel da administração ganhara em ser orientado para apoiar projectos e dinâmicas de mudança, nas escolas onde essa capacidade esta presente e, em simultâneo, para criar condições para a sua emergência, nos casos em que não existe.

O fornecimento de meios que ajudam a instalação da mediateca não resolve o problema, mais decisivo, da sua dinâmica e funcionamento permanentes. Neste campo são notórias as dificuldades sentidas pelos estabelecimentos de ensino, quer no que respeita aos meios orçamentais e a sua gestão, quer na carência de pessoal técnico nas áreas do tratamento e produção documental, quer na disponibilidade de equipas de docentes que assumam a pilotagem pedagógica da mediateca. São domínios em que compete a administração criar condições facilitadoras do desenvolvimento da inovação.

* A experiência das escolas mostra que o desenvolvimento das mediatecas aparece, sistematicamente, associado a um conjunto muito diversificado de apoios e interacções dos estabelecimentos de ensino com parceiros locais: autarquias, empresas, bibliotecas públicas, associações de pais, outras escolas, etc.

Uma política conducente a emergência de uma rede de mediatecas não pode circunscrever-se a uma lógica meramente interna ao sistema escolar, devendo tendencialmente inscrever-se em políticas educativas locais que permitam potenciar sinergias entre diferentes níveis e modalidades de acção educativa.

A colaboração estreita entre os estabelecimentos de ensino e as bibliotecas públicas locais constitui um elemento extremamente positivo quer na optimização de recursos locais, na interligação entre instituições educativas, quer na tendencial inserção das mediatecas em redes documentais de mais vasta dimensão (regional e nacional).

* O nascimento e a sobrevivência, com sucesso de uma inovação como a mediateca, no seio da organização-escola, supõe um processo de apropriação por parte dos potenciais utentes (professores e alunos).

Na implicação dos professores devem ser distinguidos dois níveis: por um lado a sua participação directa (através de uma equipa) na concepção e gestão da mediateca enquanto projecto inovador particular; por outro lado a implicação da generalidade do corpo docente no debate e definição de orientações, através dos diferentes órgãos de gestão existentes na escola (conselho pedagógico, conselhos de disciplina e de turma, equipas de projecto).

A interligação estreita entre o funcionamento da mediateca e a actividade quotidiana, normal, dos professores, e uma condição necessária para que a mediateca possa favorecer processos de mudança das práticas pedagógicas, nomeadamente em conformidade com as orientações da reforma curricular em curso.

Por outro lado, a implicação mais directa dos alunos no funcionamento da mediateca pode constituir não só um recurso importante para a realização de determinadas tarefas (tendo em conta as carências das escolas em matéria de recursos humanos) como, ao mesmo tempo, uma estratégia para a consecução de objectivos de natureza formativa.

* A plena rentabilização de um dispositivo como a mediateca e atravessada por uma dimensão técnica que condiciona o aproveitamento pleno dos recursos documentais disponíveis. As dificuldades e o défice de “know how” das escolas neste domínio particular, mas extremamente importante, são notórias. Reflectem-se na dificuldade em concretizar o princípio da unicidade documental, na ausência de políticas claras de constituição e crescimento dos fundos documentais (em função de finalidades pedagógicas e de características dos públicos), na adopção de métodos tecnicamente adequados as diferentes fases da cadeia documental (recolha, tratamento e difusão da informação). Alguns requisitos técnicos são no entanto indispensáveis se se pretende favorecer, por exemplo, a emergência de práticas de pesquisa documental, autónoma, por parte dos alunos.

Trata-se de um domínio em que a disponibilização de informação/formação aos responsáveis e pessoal das mediatecas aparece como uma necessidade imediata.

* Constituindo um dispositivo de recolha, tratamento e difusão de informação, ao serviço de um projecto pedagógico, a mediateca pressupõe uma ges-

tão integrada de espaços, equipamentos e recursos humanos que possibilite a articulação harmoniosa entre as diferentes funções da mediateca (documentação, produção, animação).

E esta gestão integrada e esta articulação que são susceptíveis de permitir a mediateca funcionar como um espaço informal que enriquece o “ambiente educativo” do estabelecimento de ensino, e paralelamente, influenciar o núcleo “duro” do currículo (actividades ligadas as disciplinas e a sala de aula).

O desenvolvimento de actividades de pesquisa e de produção documentais (em diferentes suportes) por parte de alunos e professores são vectores fundamentais para que se verifique uma efectiva, embora progressiva, transformação das práticas pedagógicas. Este objectivo não é concretizável se a mediateca se limitar a ser um local de “consumo” de documentos ou serviços, ou se corresponder a uma justaposição de espaços e sectores dando continuidade a dicotomias pré-existentes (biblioteca de alunos, sector de audiovisuais).

* Em termos de orientação genérica e possível definir um conjunto de princípios e orientações, de natureza pedagógica e técnica, que constituem pontos de referência importantes para a concepção e desenvolvimento de uma mediateca escolar.

A sua concretização, ao nível de cada estabelecimento de ensino, constitui, contudo, e sempre, um processo singular que decorre da diversidade de pontos de partida e/ou de pontos de entrada, das especificidades de cada escola e do seu próprio projecto educativo.

Como acontece com a maioria das situações inovadoras vividas nos estabelecimentos de ensino, a construção e desenvolvimento de uma mediateca constitui um processo “aberto” a um número indeterminado de soluções e caminhos diferentes, com ritmos e etapas também diversos. O reforço da criatividade das escolas, da sua capacidade para conduzir a inovação, com base na auto análise, no planeamento e na avaliação do seu próprio processo inovador, pode ser favorecido a partir de apoios externos. Esses apoios passam, por um lado, pela sistematização e divulgação de experiências que facilitem processos de interacção social entre as escolas. Passam, por outro lado, pela promoção de processos de acompanhamento, auditoria ou avaliação dos projectos de criação de mediatecas nas diferentes escolas. E um campo de intervenção em que os órgãos da administração (central e regional) bem como as instituições vocacionadas para a formação de professores e a investigação educacional poderão desempenhar um importante papel.

ANEXO 6

Calixto, José António (1996)

“A Biblioteca Escolar e a Sociedade de Informação”, págs. 125 a 133, Lisboa, Caminho.

SABE, O QUE É?

Um estudo comparativo da relação entre as bibliotecas públicas e escolares em Portugal e no Reino Unido⁽¹⁾

Começo por responder a pergunta contida no título desta comunicação. SABE é a sigla que proponho para o Serviço de Apoio as Bibliotecas Escolares, que, no meu entender, deveria ser criado no contexto da Rede Nacional de Leitura Pública, junto de cada uma das bibliotecas públicas.

O objectivo desta comunicação é precisamente justificar este serviço, caracterizá-lo em termos dos seus objectivos e actividades, o seu enquadramento em termos de recursos físicos, humanos e financeiros. Por dever de rigor, senti a necessidade de acrescentar o complemento ao título inicialmente atribuído pois esta sugestão, devo afirmá-lo desde já, e muito inspirada na experiência das bibliotecas públicas do Reino Unido, embora haja contributos também da realidade francesa e espanhola. Em todo o caso é hoje claro que é muito próxima a relação entre as bibliotecas públicas e as bibliotecas escolares por todo o mundo, embora de formas diferenciadas; o desenvolvimento de umas está intimamente relacionado com o das outras.

A Rede Nacional de Leitura Pública e as bibliotecas escolares

Falar de bibliotecas públicas hoje em dia, em Portugal, é praticamente falar da Rede Nacional de Leitura Pública, sem embargo de haver outros serviços de biblioteca pública que prestam relevantes serviços as suas comunidades. Esta Rede é constituída neste momento por 51 bibliotecas municipais já inauguradas, de um total de 127 municípios que têm contratos-programa com o Ministério da Cultura, visando construir ou renovar as suas bibliotecas de acordo com as linhas programáticas estabelecidas em 1987 pelo então Instituto Português do Livro e da Leitura.

Estas bibliotecas públicas representam uma grande inovação em Portugal — embora estejam longe de o ser em termos absolutos, e acompanhem afinal as melhores tendências das bibliotecas públicas de outros países. Entre os aspec-

⁽¹⁾ Comunicação apresentada ao I Encontro Nacional sobre Documentação e Informação na Escola, organizado pela BAD, Lisboa, 4-5 de Janeiro de 1996.

tos inovadores destas bibliotecas há que registar para o que interessa neste momento os seguintes:

1. Sectores destinados a crianças e jovens, cuidadosamente planeados, acomodados em salas próprias, com mobiliário adequado e geralmente muito atraente, fundos documentais seleccionados de acordo com os interesses das faixas etárias a que se destinam, pessoal especializado com formação por exemplo em literatura infanto-juvenil e outros aspectos do trabalho com crianças.
2. Actividades de animação cultural, muitas vezes destinadas especialmente as escolas, procurando atrair os mais jovens para a leitura e o uso da informação.
3. Programas de colaboração com as escolas, visando a biblioteca escolar.

As actividades destas bibliotecas públicas inevitavelmente acabaram por influenciar o trabalho nas escolas, pois tocando uma faixa comum de utilizadores a procura de um serviço idêntico aumentou também nas escolas. A organização da biblioteca pública, a sua prática, a sua tecnologia, os seus fundos documentais, aumentaram as exigências dos alunos, que começaram a fazer perguntas, algumas delas incómodas, como por exemplo:

- Por que é que na biblioteca pública podemos tirar os livros da estante e na biblioteca escolar eles estão fechados e temos de os pedir ao funcionário? ou
- Por que é que na biblioteca pública os livros estão organizados pela CDU e têm um código de cores e na biblioteca da escola estão organizados por grupo pedagógico ou ainda
- Por que é que a biblioteca pública empresta os livros para casa e na biblioteca escolar não há empréstimo domiciliário? ou ainda mais simplesmente
- Por que é que a biblioteca da nossa escola está quase sempre fechada?

Rapidamente as bibliotecas públicas começaram a ser solicitadas pelas escolas, de diversas formas, incluindo:

- Para adquirirem determinadas obras que não existem na escola e são muito importantes;
- Para realizarem actividades de animação em colaboração com as escolas;

- Para fornecerem livros as escolas, seja a título de oferta seja a título de empréstimo;
- Para emprestarem vídeos para as aulas;
- Para apoiarem na organização da biblioteca escolar, em diversos aspectos:
 - * Formação aos professores e técnicos auxiliares de acção educativa;
 - * Apoio na elaboração de projectos;
 - * Apoio técnico, por exemplo na aquisição de obras e sua catalogação;
 - * Aconselhamento e apoio em informática.

A resposta das bibliotecas públicas a estas solicitações não foi a mesma em todo o país, por várias razões, de que destaco as seguintes: não havia (nem há) uma política nacional definida para estas actividades, pelo que as reacções das bibliotecas públicas dependem muito da vontade política das autarquias e da sensibilidade dos técnicos para esta questão; por outro lado, as bibliotecas públicas não estão equipadas com recursos (em termos de espaço, pessoal e documentação) para responder adequadamente a estas solicitações.

Já propus noutro local⁽¹⁾ uma tipificação deste tipo de relações estabelecendo três níveis de acordo com a qualidade e quantidade da colaboração existente.

O terceiro nível será o existente quando estiver institucionalizado o SABC — Serviço de Apoio as Bibliotecas Escolares.

Várias bibliotecas públicas tem em Portugal desenvolvido trabalho de cooperação com as bibliotecas escolares. Referirei aqui sumariamente duas dessas experiências.

A Biblioteca Municipal de Oeiras tem colaborado com as bibliotecas escolares tomando a informática como ponto de partida. Sendo uma das bibliotecas públicas com mais antiga ligação a PORBASE, desenvolve desde 1989 um projecto englobando 12 escolas do concelho e que já levou a que algumas tenham o seu catálogo informatizado, utilizando a catalogação feita pela própria Biblioteca Municipal. O objectivo é a criação de uma rede concelhia informatizada⁽²⁾.

A Biblioteca Pública Municipal de Setúbal desenvolve igualmente um programa de apoio as bibliotecas escolares, que levou a formalização do Grupo de Trabalho de Bibliotecas Escolares do Concelho de Setúbal, que tem trabalha-

⁽¹⁾ Vide *Biblioteca Pública versus biblioteca escolar: uma proposta de mudança*, pp. 91-92 deste volume.

⁽²⁾ DINAMIZAÇÃO INTERACTIVA DE BIBLIOTECAS MUNICIPAIS E ESCOLARES NO CONCELHO DE OEIRAS.

do segundo as linhas que acima já referi. Este Grupo organizou, em Outubro de 1994 o 1.º Encontro de Bibliotecas Escolares que teve lugar em Portugal.

O School Library Service (Reino Unido)

Desde há muito tempo que as bibliotecas públicas no Reino Unido apoiam as escolas, mas a criação de um serviço específico destinado a apoiar as bibliotecas escolares desenvolveu-se particularmente depois da Segunda Guerra Mundial. A reorganização administrativa ocorrida no início da década de 1970 permitiu um desenvolvimento generalizado das bibliotecas públicas pelo Reino Unido e um relatório publicado em 1973 pelo Department of Education and Science (*The Public Library Service: Reorganisation and after*) dedicava já muito espaço a este Serviço, dando assim uma ideia do real significado por ele entretanto assumido⁽¹⁾.

A importância do *School Library Service*, que fornece apoio de vários modos aos bibliotecários escolares foi sublinhada por um relatório, em 1984:

“A grande maioria dos organismos locais de educação reconhece que as bibliotecas escolares podem ser desenvolvidas de um modo mais económico e eficaz se forem apoiadas por um serviço de biblioteca escolar abrangendo toda a área geográfica do organismo, que apoie com aconselhamento profissional e conhecimentos técnicos especializados, materiais suplementares e serviços centrais”⁽²⁾

O documento que a Library Association adoptou como linhas orientadoras para as bibliotecas escolares no Reino Unido⁽³⁾ dá também grande importância a este serviço, significando assim que se trata de um serviço com raízes na maior parte das bibliotecas públicas e que ele é essencial para as bibliotecas escolares. Este mesmo documento estabelece os fins e actividades, os recursos e faz recomendações.

Os fins do *School Library Service* são aqui definidos como sendo os de fornecer serviços as escolas, apoio profissional as escolas e ainda apoio profissional as Autoridades Locais de Educação.

⁽¹⁾ RAY (1982).

⁽²⁾ Citado em HERRING (1988), p. 66.

⁽³⁾ KINNEL (1992).

Destaque-se entre os serviços prestados as escolas o fornecimento de determinadas quantidades de documentação, o empréstimo temporário (mas relativamente prolongado) de documentação escrita, audiovisual, ou informática (em quantidades razoáveis), acesso a informação bibliográfica, bases de dados e tecnologias da informação, apoio em actividades de animação e promoção e também na selecção da documentação a adquirir pelas próprias escolas.

Do apoio profissional às escolas merece destaque o que se relaciona com a definição de políticas, planeamento, organização e avaliação dos serviços, com a selecção e formação contínua de pessoal para as bibliotecas escolares, apoio na gestão e elaboração de projectos para financiamento.

No que se refere ao apoio profissional às Autoridades Locais de Educação, destaque-se a *“informação e aconselhamento na gestão da mudança dentro do Serviço de Educação no que ela afecte o serviço da biblioteca escolar”*, aconselhamento em termos da monitoria e avaliação das bibliotecas escolares, apoio no estabelecimento de uma política para as bibliotecas escolares da Autoridade Local de Educação, um papel fundamental como agente de formação, um elo de ligação com a biblioteca pública e com outros serviços locais, como museus, galerias de arte e arquivos⁽¹⁾.

Este documento atribui particular importância ao pessoal do School Library Service, principalmente ao seu responsável, designado como Bibliotecário Principal, que desempenha um papel-chave e que terá responsabilidades na área do apoio profissional, monitoria, avaliação e gestão. Outro pessoal de apoio e obviamente recomendado.

As *Library Association Guidelines for School Libraries* resumem do seguinte modo a sua posição sobre as funções do Serviço:

“É portanto importante que as autoridades locais atribuam uma alta prioridade ao apoio a todos os aspectos do School Library Service, particularmente nas seguintes áreas:

- *empréstimo de materiais — a longo e curto prazo;*
- *aconselhamento na formulação de políticas, gestão da biblioteca e centro de recursos, planeamento e renovação, pessoal, programas de desenvolvimento;*
- *apoio através de esquemas de aquisições centralizadas, colecções para exposições, listas de livros e apoios bibliográficos, formação contínua;*

⁽¹⁾ KINNEL (1992), pp. 60-71.

- *promoção de materiais, utilização do centro de recursos e estratégias de aprendizagem eficazes — através de conversas sobre livros, publicidade, desenvolvimento do trabalho em rede, programas de habilidades de informação.*”⁽¹⁾

Por um Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares em Portugal

Estou consciente das muitas diferenças existentes entre o Reino Unido e Portugal em diversos aspectos que devem ser tidos em conta. É diferente a organização do Poder Local (embora estranhamente esteja neste momento a ocorrer uma alteração que vai aproximar os britânicos da nossa realidade); são diferentes as atribuições e competências das autarquias locais, que tem tido no Reino Unido muito mais competências, autonomia e recursos, ate porque são substancialmente maiores. E também muito diferente o sistema das bibliotecas públicas, com uma tradição já centenária, uma posição adquirida em termos políticos e sociais, uma gama de recursos e serviços que, em Portugal, apenas podemos neste momento ambicionar e trabalhar, isto é, lutar por eles.

Há no entanto um conjunto de princípios, resultantes de uma experiência acumulada, que podem ser para nos inspiradores, e nos podem ajudar nesta tarefa, que cada vez mais se nos impõe, de estabelecer linhas de colaboração entre as bibliotecas públicas e as escolares.

“A educação deve dar poder aos educandos. Deve tornar todos os estudantes conscientes das suas opções e deve permitir-lhes crescer em confiança de modo a poderem compreendê-las. Deve oferecer-lhes o máximo de oportunidades para alcançarem aquela autonomia na aprendizagem que os sustentara ao longo das suas vidas. Para assegurar o sucesso deste processo educativo, alguns dos seus elementos essenciais devem incluir a disponibilização de experiências de aprendizagem estimulantes, metodologias centradas no aluno, recursos e serviços de informação de qualidade, pessoal qualificado e empenhado, planeamento estratégico e financiamento estável.”⁽²⁾

Por outras palavras, as bibliotecas escolares são fundamentais a uma escola moderna.

Outro princípio fundamental e que “o *Serviço de Bibliotecas Escolares e o meio mais económico de fornecer uma variada gama de materiais de apoio e aconselhamento profissional as escolas*”⁽¹⁾.

Por outras palavras, as bibliotecas públicas deverão ser consideradas para o desenvolvimento das bibliotecas escolares, e no seu seio deve ser considerado o desenvolvimento do Serviço de Apoio as Bibliotecas Escolares.

Uma outra ideia básica parece-me ser a de que e necessário planeamento estratégico, definição de políticas, fins e objectivos. Sem este planeamento correremos o sério risco de lançar ao mar um barco que mais não fará do que passar algum tempo a deriva antes de naufragar. Significa isto, entre outras coisas, que:

- Há que definir um programa para estes serviços, recursos, materiais e pessoal;
- Há que definir responsabilidades, pois estamos num campo que exige a cooperação de diversos organismos: as escolas, o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura e as autarquias locais;
- Há que criar organismos coordenadores da Rede de Bibliotecas Escolares a nível nacional e regional.

Só através de uma colaboração efectiva entre os diversos intervenientes neste processo será possível lançar as bases para uma Rede Nacional de Bibliotecas Escolares, em que cada biblioteca escolar será simultaneamente um no de uma Rede Concelhia de Bibliotecas e será apoiada localmente pelo Serviço de Apoio as Bibliotecas Escolares.

⁽¹⁾ KINNEL (1992), p. 69.

⁽²⁾ DICKIE (1994).

⁽¹⁾ KINNEL (1992), p. 62.

ANEXO 7

**Maria José Moura (Coord.), Pedro Vieira de Almeida,
Joaquim Macedo Portilheiro e Maria Teresa Calçada**

**Leitura Pública
Rede de Bibliotecas Municipais. (Extractos
do Relatório de 1986).**

PLANO DE PROPOSTAS DE ACÇÃO

Descrição

1. A insuficiência de estudos aprofundados e de experiências generalizáveis no domínio da leitura pública, em Portugal, levam a encarar com preocupação a necessidade de estabelecer parâmetros e modelos de intervenção. A adaptação à nossa realidade de normas já existentes em países mais desenvolvidos, que apenas agora vê criadas as condições para se iniciar verdadeiramente, só poderá resultar de uma experiência alargada no espaço e no tempo. Em face das normas internacionais poder-se-ia ser acusado de falta de ousadia na eleição de objectivos. Pensa-se porém que seria irrealista e até desmobilizador programar desde já algo excessivamente ambicioso, de que resultasse um plano irrealizável.

No sentido de modificar esta situação o grupo propõe a criação de uma rede de bibliotecas, obedecendo a um conjunto de critérios que se julgam adequados à nossa realidade actual, mas cuja coerência e flexibilidade deverão ser postas à prova durante uma fase experimental. Assim se confirmará a sua validade, se possibilitarão desenvolvimentos e correcções e se evitará o risco de erros irresistíveis.

Não se avança de imediato com propostas de legislação porque, também neste caso, ela não pode substituir-se à prática, antes deverá sancioná-la e corrigi-la e ser o resultado de uma acção dinâmica e continuada por parte dos diversos intervenientes: poder central, autarquias, técnicos e populações envolvidas. No entanto, o plano proposto pressupõe a elaboração de diplomas legais que permitam a sua aplicação.

2. A implantação da rede de bibliotecas de leitura pública, de acordo com os princípios já explicitados neste relatório, tem que conceber-se, hoje e no nosso país, na base do concelho, integrando uma Biblioteca Municipal (BM) — dimensionada à partida para cumprir integralmente as funções que lhe são próprias — e Anexos em diferentes locais do concelho, conforme o número e a distribuição das comunidades que o integram.

Em alguns municípios, e durante um período transitório, prevê-se a existência de bibliotecas em fase embrionária de desenvolvimento, as quais dependerão de outras B.M. para o cumprimento dos objectivos que lhe são intrínsecos e que funcionarão tecnicamente como Bibliotecas Municipais Satélites B.M.S., até atingirem a autonomia.

A relação entre a B.M. é uma ou mais B.M.S., deverá ser regulamentada através de acordos sobre aspectos parcelares, ou com a celebração de convénios intermunicipais.

Conhecidas que são as múltiplas dificuldades das autarquias locais, torna-se evidente que o apoio técnico para a concepção e instalação deste tipo de equipamento específico, nos moldes em que agora é proposto, dificilmente será encontrado a nível local. Não obstante, e como em tantos outros domínios, são elas que melhor deverão conhecer e estar aptas a satisfazer as necessidades colectivas, pelo que as demais instâncias não poderão substituí-lhes. Compete ao poder central incentivar e apoiar este programa e para isso dever criar um serviço que o oriente e acompanhe, garantindo a execução de medidas de política global para o sector, assegurando o funcionamento do sistema em moldes coerentes.

Tanto este órgão de tutela como os municípios terão de contar a nível regional com apoios convergentes e adequados às acções próprias das respectivas esferas de intervenção. É assim necessário escolher bibliotecas de apoio regional e nomear delegados regionais, aptos a veicular solicitações e pareceres e a fazer o acompanhamento das acções.

3. Ao tentar caracterizar em termos funcionais as várias unidades que constituem a rede, o grupo de trabalho elaborou alguns programas-tipo de bibliotecas aqui designadas BM 1, BM 2 e BM Satélite.

Admite-se que Lisboa, Porto e Coimbra, pela necessidade de uma intervenção específica, não deve ser abordadas neste plano de desenvolvimento. Para os restantes concelhos do continente propõe-se a adopção dum conjunto de critérios que tenham em conta os dados demográficos, os fundos documentais, a construção, o equipamento e as necessidades em pessoal.

Nas BM, e em termos de espaço destinado ao público, o programa contempla um átrio, que poderá servir de local para exposições, as secções de adultos e infantil — distinguindo em ambas as zonas destinadas aos fundos de empréstimo, à consulta no local e aos periódicos — a secção de utilização de documentos audiovisuais e uma sala polivalente para actividades de animação. Em termos de zonas internas, distinguem-se as áreas de serviços técnicos, de oficinas de manutenção e de depósito. Indicam-se, para todas, áreas de circulação e de sanitários.

No cálculo das áreas teve-se em atenção a necessidade em lugares sentados para leitura formal e informal e, por outro lado, as existências em documentação de vários tipos, para os quais se faz um cálculo de crescimento anual.

Quanto a pessoal, considerou-se que um equipamento cultural com essas características só poderá funcionar eficazmente se contar pelo menos com um bibliotecário diplomado, apoiado por técnicos profissionais BAD e outros auxiliares.

Os cálculos elaborados para valores médios, tendo em vista a construção de bibliotecas com fundos de livre acesso, que vão de 10 000 a 20 000 volumes (BM 1) e 20 000 a 60 000 volumes (BM 2), serão passíveis de acréscimos variáveis — em termos de áreas de depósito e outras — tendo em conta a possibilidade de existência de anexos e de bibliotecas-satélite, que funcionarão com o seu apoio.

4. Os anexos são, por princípio, uma extensão de biblioteca “central”, desta recebendo quase sempre as obras já tratadas e funcionando portanto, sob múltiplos aspectos e em termos de conjunto, como um sistema.

Dentro do espírito da proposta apresentada neste relatório, não foi considerado prioritário, no momento actual, estabelecer programas para equipamentos de maior porte, destinados às grandes cidades. Na quase totalidade dos casos. Julga-se mesmo que deverá ser dada preferência, nos concelhos que possuem uma BM eficaz, à criação progressiva de Anexos, dentro de parâmetros e estabelecer posteriormente. Tendo em conta a realidade do país, crê-se que as populações serão mais bem servidas desta forma, quer habitem em bairros periféricos ou em freguesias isoladas.

5. As BM Satélites (Quadro III) possuirão de 5000 a 10000 volumes em livre acesso, pois se julga que abaixo desse nível não é possível conceber a existência dum fundo de tipo enciclopédico, coerente e diversificado.

Mesmo nessa fase de desenvolvimento já deverão possuir salas distintas para adultos e crianças. Uma zona de entrada comum, um pequeno espaço de utilização audio-vídeo, um gabinete de trabalho e instalações sanitárias, fazem igualmente parte do programa-tipo. No caso, muito provável, de a curto prazo estas unidades resultarem da evolução dos desactualizados núcleos bibliográficos, de tamanho e interesse variável, instalados agora em deficientes condições em tantos municípios e por eles designados — algo impropriamente — como bibliotecas municipais, tornar-se-á necessário acrescentar a este programa-tipo um depósito com área suficiente para os armazenar e reorganizar em melhores condições. De salientar que uma adequada política de constituição de fundos, além da aquisição regular e periódica, pressupõe uma igualdade criteriosa eliminação, a realizar por especialistas em bibliografia.

6. Para a cooperação entre BM e BM S, poderá, nomeadamente, adoptar-se uma política comum de aquisições que permita a complementaridade de fundos bibliográficos, o respectivo tratamento técnico num único local, a posterior circulação de publicações por várias bibliotecas — quer através de um sistema de rotatividade, ou de simples depósito temporário de documentos — a cedência de exposições itinerantes ou outros materiais que facilitem acções de animação em meios de mais fraco desenvolvimento.

É assim que a biblioteca municipal que já se encontre dotada de instalações, de pessoal e de documentação em quantidade aceitável, poderá colaborar com outras de concelhos próximos ou da mesma zona geográfica. À medida que a BM S se for automatizando, transformando-se em BM 1 ou 2, a BM que lhe prestava serviços, usará ela própria aqueles recursos para criar os anexos que se tornarem necessários no interior do concelho.

7. Para a prossecução dos objectivos duma política nacional de leitura pública, considera-se indispensável atribuir responsabilidade e competência legal a um organismo da Secretaria de Estado da Cultura, vocacionado e dimensionado para desempenhar essas funções, que planifique e dirija a intervenção do Estado no sector.

Competir-lhe-á assim promover estudos sobre a situação do país neste domínio, desenvolver métodos e modelos de intervenção junto das autarquias e de outras entidades com interesses eventualmente convergentes, no sentido de articular e otimizar as suas acções, preparar normas para a implantação e funcionamento da rede de bibliotecas municipais, que contemplem os vários aspectos apresentados neste relatório.

Deverá, por outro lado, encarregar-se da execução de acções concretas no terreno, através do trabalho de equipas que possam orientar e apoiar tecnicamente a resolução de problemas específicos quer se trate de construção e adaptação de edifícios, da constituição de fundos documentais, de actividades de cooperação, de animação, ou de recrutamento, formação e actualização de pessoal. Simultaneamente, deverá promover acções de sensibilização de autarcas e da população em geral, à problemática de leitura pública.

8. Entretanto, julga-se que uma articulação a nível regional assumirá importância determinante no plano da política a adoptar.

Será preciso inovar e, evitando copiar modelos alheios, considera-se possível designar, para esse efeito, bibliotecas de apoio regional e delegados regionais, representando estes o órgão de tutela, que os nomeie e suporta.

À biblioteca de apoio regional — por acordo a estabelecer — e, caso ela não exista, ao delegado regional, competirá:

- dar pareceres técnicos e fazer o acompanhamento dos programas a desenvolver pelas BM em ligação estreita com o órgão de tutela;
- promover a cooperação a nível regional — quer se trate de planejar e equipar instalações, de permuta de catálogos, de intercâmbio de publicações, da constituição de fundos gerais e específicos, da formação profissional, de actividades de animação;
- propor o estabelecimento de convénios e acordos das BM com editores e livreiros, escolas, instituições culturais e associativas, estabelecimentos hospitalares e prisionais, que permitam conquistar novos públicos ou intensificar o interesse pela leitura;
- apoiar a criação de secções de audio-visuais e a utilização de novas tecnologias nas BM;
- organizar ou aconselhar acções de protecção e salvaguarda de documentação em risco.

Em princípio, pode dizer-se que a nível regional, e com a orientação e o apoio do órgão de tutela, poderão de modo mais rápido e eficaz organizar acções, ou executar projectos que impliquem a prestação de serviços de maior exigência técnica e/ou de custos mais elevados em benefício de um conjunto de BM's.

Terão possibilidade de dar esse apoio, não só diversas bibliotecas públicas já com dimensão e apetência para serem associadas ao programa proposto, mas também algumas universidades que procuram justamente ser motores desenvolvimento da sua região e estão já preparadas para, com esse objectivo, gerir e aplicar em acções concretas verbas provenientes dos fundos europeus.

Se o delegado regional — que deverá ser um bibliotecário com provas dadas — não estiver sediado numa biblioteca de apoio, por inexistência dessas estruturas, caber-lhe-á, mesmo assim, levar tão longe quanto possível esse esforço de articulação, fazendo apelo à cooperação das estruturas e instância para acompanhamento das acções a desenvolver.

9. Embora a falta de tempo conduza a que, neste relatório, não possam ser abordadas em pormenor, faz-se notar que, pertencendo ao sector, poderão coexistir ainda, no espaço do concelho e em resultado da acção das mais variadas instituições, outras pequenas unidades possuidoras de documentação,

instaladas em escolas, hospitais, prisões, lares da terceira idade, empresas e associações de todo o tipo, que neste caso e para evitar equívocos conceptuais se designarão como postos de leitura.

Na sua grande maioria, a reduzida dimensão, a escassez de obras actuais e a carência de organização e pessoal, revelam uma insuficiência generalizada de recursos de que resulta a incapacidade de satisfazer os seus leitores ou conquistar outros.

Não se pode deixar de fazer justiça ao trabalho desenvolvido neste domínio sobretudo pela Direcção-Geral de Educação de Adultos (DGEA).

À guarda das mais variadas colectividades, inseridas portanto na malha mais fina do tecido social, poder-se-ão encontrar, por todo o país, essas “bibliotecas”, ou melhor, fundos bibliotecários de tamanho e interesse variável. Algumas dessas “bibliotecas” — ou por mérito da acção que conseguiram realizar, ou porque se destinam a públicos específicos e, na maior parte das vezes, porque se encontram em núcleos populacionais a muitos quilómetros de distância e não facilmente acessíveis — deveriam ser encaradas como pequenas unidades susceptíveis de apoio.

Há pois que estudar as formas de valorizar e aproveitar da melhor maneira todo esse esforço, criando-lhes condições para sobreviver e actuar com mais eficácia no meio em que se inserem, como núcleos que também são de uma rede mais apertada de leitura.

10. Por outro lado, a nível nacional, a tendência será para se progredir na cooperação, em especial em certos aspectos técnicos de funcionamento das bibliotecas de leitura pública, sobretudo nos que se envolvam avultados recursos e inovações tecnológicas, como será o processo de informatização e a produção e difusão de documentos audio-visuais. Poderá então, e até por medida de economia, recorrer-se a um centro especializado no apoio a bibliotecas públicas*.

Outras formas de cooperação deveriam ser mais desenvolvidas em Portugal para que delas pudesse beneficiar também no contexto internacional, nacional e regional este tipo de bibliotecas.

Pode citar-se a título de exemplo, o empréstimo inter-bibliotecas, os catálogos colectivos e a base de dados bibliográficos. Mas forçosamente e como instrumento mais adequado e já imprescindível, nos nossos dias, de

tudo e qualquer progresso neste domínio, há que estudar as modalidades de actualização dos meios informáticos e do recurso às novas tecnologias.

11. Como se tem vindo a explicitar, num plano de leitura pública à escala nacional, o Estado assume-se como promotor, cabendo à autarquia a responsabilidade da sua própria biblioteca, devendo assegurar o seu desenvolvimento como organismo cultural vivo e interveniente.

O apoio a conceder pelo poder central às bibliotecas deve ser condicionado previamente a três requisitos básicos. Antes de mais as bibliotecas deverão ser *dotadas de técnicos com formação específica*, aptos a assegurar-lhes um correcto funcionamento e a otimizar o investimento que nelas se faça. Com isto também se relacionam os dois outros requisitos: devem ser concebidas e organizadas de forma a permitir o livre acesso às estantes classificadas e a prática do *empréstimo domiciliário*. Sem que estas condições estejam criadas ser-lhes-á difícil, para não dizer impossível, cumprir eficazmente a sua função de instrumento privilegiado para difundir conhecimentos e ideias e permitir livremente a todos os cidadãos, de qualquer idade, condição social ou económica, melhorar a sua formação, obter informações indispensáveis à vida ou simplesmente ocupar os tempos de lazer.

12. Desde que estes princípios fundamentais sejam respeitados, o estado e as autarquias poderão estudar as formas possíveis de conseguir em conjunto cumprir os objectivos duma política de leitura pública, repartindo responsabilidades e despesas na execução do plano apresentado.

O grupo propõe, no entanto, que à semelhança do que foi feito em França em circunstâncias análogas, a comparticipação do Estado fique sempre dependente da obediência, por parte das autarquias, aos programas mínimos entretanto estabelecidos para as bibliotecas de leitura pública. Assim, o presente relatório contém desde já propostas concretas nesse sentido. Em qualquer dos casos, o apoio concedido deverá ser também proporcional ao investimento que a autarquia tenha feito nos últimos anos, ou se comprometa a fazer nos próximos, com o seu sistema de bibliotecas.

CONCEITOS OPERATIVOS

1. Sendo um dever do Estado, em articulação com os diferentes órgãos do poder regional e local, garantir a todos os cidadãos e em igualdade de cir-

* São muito variadas as soluções que noutros países foram adoptadas, desde a criação de centros de recursos, como o NBLC nos Países Baixos, até ao apoio, em países menos desenvolvidos, das bibliotecas nacionais ou universitárias.

constâncias, o acesso às fontes de informação, um serviço de leitura, ao permitir a todos os indivíduos exercer livremente a sua capacidade de escolha e preparar-se efectivamente para participar no desenvolvimento da comunidade em que se inserem.

2. Não cabe neste relatório fazer uma dissertação teórica sobre o que se deve entender por “*leitura pública*”. Importa, no entanto, enumerar os princípios básicos em que assenta a sua prática e nos quais se fundamenta o presente trabalho.

O problema da leitura é, como tantos outros, de ordem estrutural e não tem a ver apenas com as condições económicas da população, mas é o reflexo sobretudo do seu nível cultural médio. O papel da escola tem que considerar-se decisivo no aspecto da aprendizagem, mas é indispensável que os progressos no sistema educativo encontrem paralelo no desenvolvimento de uma rede de bibliotecas que cubra todo o território e se situem ao nível do concelho. De facto, é esta a unidade mais significativa em termos de organização administrativa e a que detém importantes responsabilidades de planeamento e de implementação de acções de desenvolvimento integrado. Daí decorre que as Bibliotecas Municipais deverão ser encaradas como instrumento privilegiado de uma política de leitura pública.

3. Essas bibliotecas de leitura pública devem possuir fundos bibliográficos que:
 - cubram, de forma equilibrada e coerente, todas as áreas do conhecimento, tomando em linha de conta as características sociológicas do meio em que se integram;
 - sejam pluralistas, para permitir o acesso a diversos pontos de vista sobre o mesmo tema, e ofereçam possibilidade de o abordar em diferentes graus de profundidade;
 - estejam sujeitos a uma regular actualização;
4. Estes fundos bibliográficos, ao contrário do que tem sido hábito entre nós, devem estar organizados em estantes de livre acesso e de forma a provocar o interesse do leitor, facilitando a comunicação entre ele e o livro. Para os depósitos das bibliotecas públicas serão remetidas as reservas e os documentos que, por diferentes motivos, se encontrem retirados da normal circulação.
5. O empréstimo domiciliário é outra das bases em que assenta este tipo de bibliotecas. Por muito boas condições de consulta de presença que consigam

oferecer, só o empréstimo domiciliário poderá assegurar a todos os cidadãos a liberdade de escolha do lugar, tempo e ritmo de leitura. A inexistência deste serviço priva, à partida, quase toda a população activa de usufruir os benefícios da biblioteca e limita a sua frequência a jovens estudantes e a idosos. Estes públicos, como aliás todos os outros sectores da população, são muito importantes, mas ficam muito aquém da globalidade dos seus utilizadores potenciais, como já em 1972, os definiu o *Manifesto sobre bibliotecas públicas* (anexo E).

6. Na época moderna, as bibliotecas começam por organizar e conservar livros, a que se juntaram mais tarde os jornais, as revistas e as colecções de mapas, de postais, de gravuras. Hoje os documentos audio-visuais, por direito próprio, integram-se igualmente nas bibliotecas em todo o mundo, as quais — para além do tradicional suporte em papel — nos proporcionam o acesso a informação actualizada sob a forma de documentos não textuais, com diapositivos, discos, audio e videocassetes. Perante a cada vez maior importância que assumem na nossa vida quotidiana, seria um erro grave de falta de visão, não os integrar progressivamente num plano de desenvolvimento das bibliotecas neste país, que deverão estar preparadas para uma futura diversificação dos seus suportes de informação.
7. Todas estas exigências da sociedade actual, e também uma correcta concepção do que deve ser o desenvolvimento cultural das comunidades, através dos seus próprios valores tradicionais e da forma integrada como se relacionam no seu seio, obrigam a biblioteca a manter-se em permanente ligação com as restantes instituições e agentes culturais (escolas, museus, associações) para benefício da comunidade. As actividades regulares de cooperação e a colaboração pontual com outros serviços, do âmbito local, regional ou nacional são indispensáveis às bibliotecas públicas, na prossecução dos seus objectivos. Como todo o equipamento de base, a biblioteca municipal deve ter uma localização adequada, em zona central ou muito frequentada, e revestir-se de características específicas de conforto e funcionalidade, que lhe permitam conservar os seus habituais utilizadores e conquistar outros públicos potenciais. Um ambiente agradável e informal pode contribuir também para o seu êxito. Uma biblioteca só pode sobreviver, crescer e alargar a sua influência se dispuser de pessoal técnico habilitado, que não só deve estar apto a realizar um correcto atendimento dos leitores, como a orientá-los quando para isso for solicitado.

ANEXO 8

**Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro
Rede de Leitura Pública
Programa de Apoio às Bibliotecas Municipais (1994).**

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LEITURA PÚBLICA

I — REDE DE BIBLIOTECAS

Em 1986, por despacho da então Secretaria de Estado da Cultura, foi criado um grupo de trabalho a quem incumbiu a tarefa de definir as bases de uma política nacional de leitura pública, a qual assentaria “fundamentalmente na implantação e funcionamento regular e eficaz de uma rede de bibliotecas municipais, assim como no desenvolvimento de estruturas” que, a nível central e local, mais directamente as pudessem apoiar (Despacho n.º 23/86). No relatório então apresentado pelo grupo sugeriram-se medidas imediatas de intervenção, bem como orientações conceptuais e programáticas sobre as bibliotecas a criar que mereceriam aprovação superior.

Assim, o Instituto Português do Livro e da Leitura desenvolveu e aplicou desde 1987 um plano de leitura pública, através do apoio a criação de bibliotecas públicas municipais. Após a sua fusão com a Biblioteca Nacional, em 1992 — de que resultou o IBL (Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro) — o plano prosseguiu. Trata-se de um projecto de criação de uma rede de bibliotecas de leitura pública, tendo por base o concelho, que integra uma Biblioteca Municipal — localizada na sede do concelho, em zona central ou muito frequentada — e Anexos em diferentes locais do concelho, de acordo com o número e a distribuição das respectivas populações.

As bibliotecas apoiadas no âmbito deste projecto devem possuir fundos documentais que, de forma equilibrada, coerente, pluralista e actualizada, cubram todas as áreas do conhecimento, estejam organizados em estantes de livre acesso e para empréstimo domiciliário. Devem possuir mobiliário e equipamento adequado, nomeadamente equipamento informático. Também o pessoal especializado e uma exigência para o bom funcionamento destas bibliotecas.

A experiência entretanto acumulada — traduzida em cento e oito contratos programa estabelecidos com Câmaras Municipais — permitiu proceder a alguns ajustamentos e alterações aos programas iniciais. Assim, em 1989 foram definidos três programas-tipo de bibliotecas, B.M. 1, B.M. 2, e B.M. 3 servindo, respectivamente:

- B.M. 1 <20 000 habitantes
- B.M. 2 20 000 a 50 000 habitantes
- B.M. 3 >50 000 habitantes

Os quadros-resumo de cada um destes tipos de biblioteca — que se apresentam a seguir — constituirão, pois, o ponto de partida para o desenvolvimento dos projectos das bibliotecas a apoiar pelo IBL, tendo em conta a população de cada concelho e a sua evolução prevista no PDM, quando aprovado.

Não obstante, esses programas-tipo poderão ser objecto de eventuais adaptações em função das características demográficas do concelho.

Assim, nos casos de população dispersa por vários núcleos urbanos, o dimensionamento da biblioteca poderá ser equacionado tendo em conta, por um lado, a população do perímetro urbano da sede do concelho, as acessibilidades, ou a existência de população flutuante, nomeadamente por razões escolares, e, por outro lado, a necessidade de tornar essa biblioteca o centro de uma rede concelhia, capaz de cobrir de forma efectiva toda a área do município, através da criação de anexos, ou bibliotecas itinerantes, ou por outras formas que, em qualquer caso, deverão ficar delineadas desde o início.

II — CONTRATOS-PROGRAMA ENTRE A SEC E OS MUNICÍPIOS

Como foi referido, este projecto e desde 1992 da responsabilidade do IBL, conforme se determina na Lei-orgânica que o rege (Dec.-Lei n.º 106-E/92 de 1 de Junho), competindo a sua Direcção de Serviços de Leitura Pública “assegurar a planificação e execução da política nacional de leitura pública, através, nomeadamente, da colaboração entre a administração central e autárquica”.

Para o efeito já fora antes publicada legislação que estabelecia a realização de contratos-programa entre o IPLL e os municípios, para “execução de uma política integrada de desenvolvimento da leitura pública, no quadro da rede de bibliotecas municipais” (Dec.-Lei n.º 111/87 de 11 de Março).

Os contratos-programa deverão ter um período de vigência mínimo de quatro anos, competindo aos municípios a iniciativa da criação da biblioteca e a responsabilidade pelo seu posterior funcionamento, e ao poder central o apoio técnico-financeiro que permita a sua viabilização. A comparticipação do Estado pode atingir 50% dos custos orçamentados para cada projecto.

O programa de apoio do IPLL para a construção, equipamento e fundos documentais de bibliotecas da rede de leitura pública, abrange actualmente 104 Bibliotecas Municipais — 51 com programas iniciados em 1987, 18 em 1988, 17 em 1990 e outros 18 em 1992.

Assinaram-se ainda 4 contratos-programa com as Câmaras Municipais de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga, no âmbito dum projecto designado BIBLIOPOLIS o qual se destina a apoiar bibliotecas nos grandes centros urbanos e onde existam previamente outras unidades de informação, importantes e complementares, nomeadamente Bibliotecas Universitárias.

III — BASES PARA PROGRAMAÇÃO DE BIBLIOTECAS MUNICIPAIS COM APOIO DO IBL

A programação das Bibliotecas Municipais a apoiar pelo IBL deverá contar desde o seu início com a colaboração de um Bibliotecário, uma vez que se trata de equipamentos que requerem um contributo técnico específico para a elaboração dos respectivos Programas Preliminares. ⁽¹⁾

Estabelecem-se a seguir os princípios gerais que devem presidir a elaboração desses Programas, caracterizando os diferentes espaços e funções.

1. Localização e relação com a envolvente urbana

Na relação com a envolvente urbana e importante ter em conta que as bibliotecas municipais, enquanto unidades de equipamento colectivo/edifícios públicos, deverão ser consideradas como elementos simbólicos estruturantes do tecido urbano, com uma imagem bem identificada sob o ponto de vista arquitectónico e volumétrico, quer se trate de construção de raiz ou de adaptação de edifício existente.

A instalação da biblioteca em edifício já existente e aceitável quando este se adequar as exigências de áreas e de funcionalidade constantes do presente documento e deve ter-se em conta o seu interesse patrimonial, a sua localização e o seu potencial impacto.

⁽¹⁾ Recordar-se que, nos termos da Portaria do M.O.P.T.C. de 7 de Fevereiro de 1972 publicada no Suplemento à II Série do *Diário do Governo*, n.º 35, de 11 de Fevereiro de 1972 por *Programa Preliminar* entende-se o documento fornecido pelo dono da obra ao autor do projecto para definição dos objectivos, características orgânicas e funcionais e condicionamentos financeiros da obra, bem como respectivos custos e prazos de execução a observar”.

Com efeito, o edifício deverá localizar-se em local habitualmente frequentado pela população ou em núcleo de forte expansão urbana e deverá exercer uma atracção forte sobre o público. É importante a imagem arquitectónica que ele projecta de si mesmo enquanto edifício público com uma função específica, sem duvida relevante para a comunidade, na qual merece especial relevo a marcação da entrada como elemento determinante da composição da fachada principal e do próprio edifício. A entrada e a fachada devem permitir uma fácil percepção do interior do edifício.

2. Serviços públicos

2.1. *Átrio*

E através do átrio que se estabelece a relação interior/exterior do edifício e se tem acesso a todas as áreas do serviço público. É, pois, o grande espaço distribuidor do edifício, uma espécie de “praça” interior, na qual deverá ser acentuada a dimensão tridimensional, por forma a permitir uma leitura clara do modo de funcionamento da biblioteca.

Em termos funcionais, o átrio é, por excelência, um espaço de acolhimento, informação e orientação do utilizador. Nele se localiza o balcão de atendimento, controlo do serviço de empréstimo e painéis informativos (regulamento da biblioteca, novas aquisições, informações sobre actividades culturais da biblioteca e de outras instituições, etc.).

Deverá também permitir a realização de pequenas exposições relacionadas com a vida da biblioteca constituindo assim, em termos funcionais, um complemento da área polivalente. Poderá ainda incluir uma zona de leitura informal (para o que deverá dispor de alguns sofás e mesas baixas) e um telefone público.

2.2. *Secção de adultos*

Secção composta em princípio por três zonas — periódicos, empréstimo e consulta local — que correspondem a áreas de actividade estreitamente ligadas entre si e que não terão necessariamente de dar origem a espaços fechados, podendo ser organizadas num único espaço dividido pela disposição do próprio mobiliário.

Poderá ainda comportar — na zona destinada a consulta local ou em espaço que lhe seja contíguo — uma área destinada aos jovens, principalmente vocacionada para a referida consulta local.

a) *Periódicos*

Espaço individualizado, tendo em conta a especificidade dos documentos e as características da sua consulta: leitura mais informal.

Por se tratar de uma actividade particularmente atractiva, poderá situar-se junto a entrada da secção, estabelecendo a transição entre esta e o átrio.

Deve conter expositores apropriados, mesas e sofás.

b) *Empréstimo*

Zona constituída basicamente pela apresentação dos livros em livre acesso ao público, num conjunto de estantes (simples ou duplas) relativamente massificado.

Nela se situa um posto de trabalho (uma secretária ou uma pequena banca) próximo da entrada, para orientação do público. Deve conter ainda espaços para apresentação de novidades e alguns postos de leitura rápida (sofás ou cadeiras e mesas).

c) *Consulta local*

Zona destinada a leitura no local ou ao estudo. E nesta zona que se consultam as obras de referência (dicionários, enciclopédias, anuários, atlas, etc.) e as obras que estão excluídas do empréstimo domiciliário e se encontram guardadas no depósito (obras antigas raras, duplicados, etc.), pelo que deve existir uma boa ligação entre ela e o depósito (directamente ou através de monta-livros). Poderá ainda englobar um espaço destinado aos jovens, quando for decidida a sua inclusão.

É predominantemente constituída por mesas (para duas ou para quatro pessoas, embora se admita a possibilidade de incluir algumas mesas individuais), por cadeiras e por estantes para as obras de referência.

Poderá estar separada da zona de empréstimo pela própria disposição do mobiliário ou de outra forma, mas sempre de maneira a permitir uma boa permeabilidade visual.

Em bibliotecas maiores, e sempre que as características dos fundos e/ou dos utilizadores o justifiquem, poder-se-á criar uma zona de estudo e trabalho em sala própria, proporcionando uma leitura mais atenta e a consulta de documentos raros ou preciosos e de fundos especiais.

Uma sala deste tipo não substitui, porém, a zona destinada a leitura local e consulta das obras de referência, devendo ambas funcionar articuladamente.

2.3 *Secção infantil*

A secção infantil, embora autónoma da secção de adultos, compartilha com ela, evidentemente, o mesmo edifício.

Comporta duas áreas de actividades distintas:

— uma área de *difusão* que inclui as zonas de *empréstimo* e de *consulta local*,

— uma área de *animação* onde se desenvolvem actividades organizadas pela biblioteca e que inclui a zona da *hora do conto* e o *atelier de expressão*, este último apenas previsto no programa-tipo das B.M. 3.

Na secção infantil não se justifica, em princípio, uma zona de periódicos diferenciada.

a) *Área de difusão*

— *Zonas de empréstimo e de consulta local*

Estas zonas deverão estar organizadas em dois espaços diferenciados, segundo as idades, e equipados com mobiliário próprio (pufos, almofadas, mesas e cadeiras de tamanho adequado) a cada uma delas.

Os álbuns poderão ser apresentados em caixas, principalmente os álbuns predominantemente ilustrados e destinados aos mais pequenos. Os livros deverão ocupar estantes, cuja altura variará entre 1 m e 1,70 m em função da idade a que os mesmos se destinam.

Devem existir recantos para leitura informal e leitura em grupo, tanto para os mais pequenos como para os maiores.

Para os jovens (dos 9 aos 13-14 anos) deve haver uma zona de trabalho e leitura mais recatada incluindo estantes com obras de referência, mesas e cadeiras.

À semelhança da secção de adultos, estas zonas incluem também um posto de trabalho para orientação do público e espaços para apresentação de novidades.

b) *Área de animação*

— *Zona da hora do conto*

Trata-se de um espaço para actividades colectivas tais como a “hora do conto” (leitura de histórias), audições e visionamentos colectivos, projecções, etc.

Poderá apresentar-se de forma desnivelada, com estrados sobrepostos, sendo aconselhável a existência de almofadas.

Esta zona deverá ter, de preferência, isolamento sonoro em relação a restante secção infantil. Nos casos em que, pela exiguidade das áreas existentes (B.M. 1), não for possível o isolamento total, aconselha-se a utilização de painéis amovíveis.

— *Atelier de expressão*

Destina-se a actividades individuais, tais como pintura, desenho, colagens, etc.

Deverá conter uma mesa grande, ou bancas de trabalho, um lavatório e armários para guardar os materiais.

Está prevista a sua existência nas B.M. 3, mas admite-se a sua inclusão nos vários tipos de bibliotecas, sem prejuízo das outras áreas propostas nos respectivos programas-tipo.

Deverá estar isolado, mas junto das outras áreas da secção infantil.

2.4. *Secção audiovisual*

Destina-se sobretudo ao empréstimo de documentos em novos suportes. A escuta e visionamento individuais são actividades que deverão, dentro dos limites impostos pela área que lhe é atribuída, subdividir-se em duas zonas distintas, a fonoteca (discos — de preferência CD's — cassetes sonoras, partituras) e o espaço para os documentos audiovisuais (vídeo-cassetes, diaporamas, etc.).

Em qualquer destas zonas os documentos não estão directamente acessíveis ao público mas deverão ser-lhe apresentados em expositores adequados a cada tipo de documento, por exemplo através das embalagens originais.

A separar as duas zonas haverá um balcão onde o responsável pela secção procedera ao atendimento, ao empréstimo domiciliário e a colocação dos documentos pretendidos para escuta ou visionamento individual nos respectivos aparelhos de leitura, que também não estão acessíveis ao público.

A secção deverá dispor de poltronas e auscultadores individuais.

E conveniente uma boa insonorização e o tratamento acústico desta secção. Na zona audiovisual deverão poder assegurar-se as melhores condições de consulta e visionamento, pelo que se deve prever uma iluminação adequada.

Deverá também prever-se a colocação de uma estante para exposição de publicações especializadas (música e imagem).

Faz-se notar que, como a secção não se destina a produção de documentos, não se justifica a existência de laboratórios, câmaras-vídeo, etc.

2.5 Área polivalente

Trata-se de uma zona destinada a realização de um conjunto heterogéneo de actividades, mas tendo todas elas um denominador comum: a animação da biblioteca, tendo em vista, por um lado, a divulgação dos seus documentos entre os autores e o seu público e, por outro, contribuir para a inserção da biblioteca na comunidade.

São exemplos dessas actividades os debates, as conferências, os encontros de leitores (clubes de leitura), o acolhimento de grupos específicos (estudantes, professores, membros de associações culturais ou de qualquer outro tipo).

Esta área servirá também para projecções e audições colectivas, motivo pelo qual se deverá articular com a secção audiovisual.

Tendo em conta as diferentes funções a que se destina, e desejável que esta área possa ser compartimentada, de modo flexível, utilizando para o efeito divisórias amovíveis. Dada a sua polivalência, não deverá possuir mobiliário fixo.

Nas bibliotecas de maior dimensão, admite-se porém a existência de um pequeno auditório.

Esta área, para poder funcionar autonomamente em relação ao horário habitual da biblioteca, deverá dispor de entrada autónoma e acesso independente a vestiário e sanitários.

É ainda aconselhável a existência próxima de uma pequena arrecadação.

2.6. Sanitários

As instalações sanitárias deverão ser separadas para crianças e adultos e situadas junto ao átrio ou de cada uma das secções. Deve também ser prevista uma unidade para deficientes, neste caso mista.

3. Serviços internos

Trata-se das áreas destinadas aos serviços internos da biblioteca, portanto não acessíveis ao público mas exclusivamente ao pessoal.

Estas áreas deverão estar organizadas de forma a conseguir uma completa separação entre o circuito do leitor (estabelecido a partir do átrio para as diferentes áreas de utilização pública) e o circuito interno dos documentos (entrada de serviço, zonas de manutenção e tratamento técnico, depósitos).

3.1 Entrada de serviço

Entrada para o pessoal e para os documentos, devendo permitir a aproximação de um veículo e respectiva descarga.

3.2 Zona de recepção-manutenção de documentos

Zona onde os documentos são recebidos, desempacotados, conferidos, separados de acordo com o seu destino dentro da biblioteca ou nos anexos e onde são objecto de algumas operações de simples identificação ou de manutenção: carimbagem, registo, aposição de cotas, plastificação e, mais tarde, ligeiros restauros.

Também nesta zona se poderão preparar as exposições.

3.3. Gabinete de trabalho (gestão técnica e administrativa)

A área de cada um dos gabinetes de trabalho não deverá ser em princípio inferior a 15 m².

O número de gabinetes e áreas de trabalho variará com o tipo de biblioteca e, conseqüentemente, o quadro de pessoal.

Todas as bibliotecas incluirão pelo menos um gabinete individual, destinado ao bibliotecário responsável pela sua direcção, que poderá ter anexa uma sala de reuniões. No entanto no caso das bibliotecas mais pequenas, esta sala poderá ser substituída por uma área para esse efeito, incluída no referido gabinete.

3.4. Sala do pessoal

Zona destinada ao descanso dos trabalhadores, a prever sobretudo em bibliotecas de maiores dimensões, que deverá proporcionar a possibilidade de aquecer ou até preparar uma refeição ligeira. Para o efeito, deverá incluir uma pequena bancada com lava-loiças, uma chapa eléctrica, um frigorífico, um armário, uma mesa e cadeiras.

3.5. Depósitos

Estão previstos dois géneros de depósitos de conservação e de difusão.

a) Depósitos de conservação

Destinam-se a guardar os fundos antigos, os documentos raros e preciosos, outros documentos que não estão em livre acesso (documentos pouco procurados, duplicados, publicações periódicas, cuja conservação ainda se justifique, doações) e ainda fundos especiais, como por exemplo microfilmes.

Para uma conservação perfeita dos documentos devem-se prever para esses depósitos boas condições de iluminação (que deverá ser predominantemente artificial), de temperatura (16 a 18°C.) e de humidade (45 a 60° de humidade relativa). Haverá também que tomar medidas apropriadas contra roubo e incêndio.

Sempre que tal se justifique, o fundo antigo ou as obras raras e preciosas serão objecto de conservação em condições especiais, como por exemplo numa casa-forte.

Entre estes depósitos e as zonas de consulta local terá que ser estabelecida uma muito boa relação funcional.

b) Depósitos de difusão

Armazenam os documentos destinados aos anexos e situam-se junto a entrada de serviço e a zona de recepção/manutenção dos documentos.

4. Circulações

E indispensável racionalizar e facilitar as circulações dos documentos, do pessoal e do público.

Como tal, deverão ser evitados os desníveis dentro da biblioteca, ou ser utilizadas rampas para os vencer quando estes forem absolutamente necessários.

E necessária a utilização de carros para transportes de livros em ligações horizontais, o que deverá ser tido em conta na largura das portas e no espaçamento das estantes.

Nos casos em que a biblioteca ocupe mais de um piso terá que existir pelo menos um monta-livros ou então um monta-cargas com dimensão suficiente para transporte de deficientes, se os serviços públicos não se localizarem todos no primeiro piso.

IV — CRIAÇÃO DE ANEXOS

Tal como já foi referido e tendo em conta a necessidade de uma rede concelhia de bibliotecas, a apresentação de um plano de implantação de anexos torna-se necessária quando estiver em causa uma B.M. 3 ou sempre que as características demográficas do concelho o exigirem, sem prejuízo de se poder justificar em qualquer caso o desenvolvimento dessa rede concelhia, pelo menos numa 2.^a fase.

Não se estabelece um programa-tipo para os Anexos, uma vez que o seu número e as suas dimensões variarão muito consoante as particularidades locais (distribuição demográfica, rede viária, acessibilidade, etc.).

No entanto, cada Anexo deverá sempre possuir uma secção de adultos, uma secção infantil, um pequeno espaço para escuta e visionamento de documentos audiovisuais, um gabinete de trabalho e, sempre que possível, uma pequena área que cumpra as funções de átrio.

No programa-tipo das B.M. 3 considerou-se, para efeitos de cálculo da área do depósito de difusão, a existência de 3 anexos, embora os devidos ajustamentos devam ser feitos caso a caso.

Prevê-se, obviamente, a existência de um catálogo colectivo e que o tratamento técnico da documentação seja sempre realizado na respectiva Biblioteca Central.

A cada Anexo deverá ser afectado pelo menos um técnico de Biblioteca e Documentação.

PROGRAMAS TIPO

PROGRAMA TIPO
(menos de 20000 habitantes)

BIBLIOTECA MUNICIPAL 1

PONTOS FIXOS DE SERVIÇO:				— Central: 578 m ² — Anexos (em número variável)
AQUISIÇÕES ANUAIS:				— 1500 v. — 150 doc. a. v
QUADRO DE PESSOAL: (mínimo)				— 1 Téc. Sup. Biblioteca e Documentação — 3 Téc. Adj. Biblioteca e Documentação — 1 Oficial Administrativo
PROGRAMA	Documentos	Lug. Sentados	Área	
ÁTRIO	—	—	50 m ²	
SECCÃO ADULTOS Empréstimo	8 000	10 000	6	} 160 m ²
Consulta Local	2 000			
Periódicos	—		16	
SECCÃO INFANTIL Empréstimo	3 000	4 000	6	} 75 m ²
Consulta Local	1 000		12	
Conto	—		25	
AUDIO-VÍDEO (escuta visionam. locais)	1 250		10	70 m ²
ÁREA POLIVALENTE	—		40	40 m ²
TOTAL SERVIÇO PÚBLICO	15 250		115	420 m²
GABINETES DE TRABALHO	250		4	40 m ²
SALA DO PESSOAL	—		—	8 m ²
MANUTENÇÃO	250		1	20 m ²
DEPÓSITO DE DOCUMENTOS	5 500		—	40 m ²
TOTAL SERVIÇO INTERNO	6 000		5	108 m²
TOTAL SERV. PÚBLICO E INTERNO CIRCULAÇÕES, SANITÁRIOS, LIMPEZA (10%)			120	528 m ² 50 m ²
TOTAL ÁREA ÚTIL				578 m²

PROGRAMA TIPO
(20 000 a 50 000 habitantes)

BIBLIOTECAMUNICIPAL 2			
PONTOS FIXOS DE SERVIÇO: — Central: 1 149 m ² — Anexos (em número variável)			
AQUISIÇÕES ANUAIS: — 3 000 v. — 400 doc. a. v			
QUADRO DE PESSOAL: — 1 a 2 Téc. Sup. Biblioteca e Documentação (mínimo) — 6 Téc. Adj. Biblioteca e Documentação — 1 Oficial Administrativo			
PROGRAMA	Documentos	Lug. Sentados	Área
ÁTRIO	—	—	110 m ²
SECÇÃO ADULTOS Empréstimo	20 000 } 25 000	14	} 222 m ²
Consulta Local	5 000 }		
Periódicos	—	40	
SECÇÃO INFANTIL Empréstimo	7 000 } 9 000	14	} 187 m ²
Consulta Local	2 000 }	24	
Conto	—	30	
AUDIO-VÍDEO (escuta visionam. locais)	3 000	12	80 m ²
ÁREA POLIVALENTE	—	100	100 m ²
TOTAL SERVIÇO PÚBLICO	37 000	234	829 m²
GABINETES DE TRABALHO	500	8	80 m ²
SALA DO PESSOAL	—	—	10 m ²
MANUTENÇÃO	500	2	30 m ²
DEPÓSITO DE DOCUMENTOS	15 000	—	110 m ²
TOTAL SERVIÇO INTERNO	16 000	10	220 m²
TOTAL SERV. PÚBLICO E INTERNO CIRCULAÇÕES, SANITÁRIOS, LIMPEZA(10%)		244	1 049 m ² 100 m ²
TOTAL ÁREA ÚTIL			578 m²

PROGRAMA TIPO
(mais de 50 000 habitantes)

BIBLIOTECA MUNICIPAL 3			
PONTOS FIXOS DE SERVIÇO: — Central: 1 650 m ² — Anexos (em número variável)			
AQUISIÇÕES ANUAIS: — 3 500 v. + 1 000/Anexo — 400 doc. a. v + 40/Anexo			
QUADRO DE PESSOAL: — 2 a 3 Téc. Sup. Biblioteca e Documentação (mínimo) — 8 Téc. Adj. BD + Téc. Adj. BD/Anexo — 2 Oficiais Administrativos			
PROGRAMA	Documentos	Lug. Sentados	Área
ÁTRIO	—	—	—
SECÇÃO ADULTOS Empréstimo	20 000 } 25 000	16	160 m ²
Consulta Local	5 000 }		} 420 m ²
Periódicos	—	44	
SECÇÃO INFANTIL Empréstimo	9 000 } 11 000	20	
Consulta Local	2 000 }	28	
Conto	—	40	40 m ²
Atelier de expressão	—	22	45 m ²
AUDIO-VÍDEO (escuta visionam. locais)	4 000	15	100 m ²
ÁREA POLIVALENTE	—	130	130 m ²
TOTAL SERVIÇO PÚBLICO	40 000	315	1 135 m²
GABINETES DE TRABALHO	600	10	100 m ²
SALA DO PESSOAL	—	—	15 m ²
MANUTENÇÃO	600	3	50 m ²
DEPÓSITO DE DOCUMENTOS	18 000	—	100 m ²
DEPÓSITO Conservação	23 700 (3 anexos)		
Difusão	5 000 (adult./anexo)		
	2 500 (inf./anexo)		100 m ²
	400 (a.v./anexo)		
TOTAL SERVIÇO INTERNO	42 900	13	365 m²
TOTAL SERV. PÚBLICO E INTERNO CIRCULAÇÕES, SANITÁRIOS, LIMPEZA(10%)		328	1 500 m ² 150 m ²
TOTAL ÁREA ÚTIL			1 650 m²

ANEXO 9

**Manifiesto da UNESCO sobre
Mediatecas Escolares**

A UNESCO E AS MEDIATECAS ESCOLARES

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura foi fundada para promover a paz e a felicidade, agindo sobre o espírito dos homens e mulheres. O presente Manifesto proclama que os serviços das mediatecas escolares são essenciais para uma efectiva educação de todas as crianças e adolescentes, e que a educação é um agente vital na manutenção da paz e entendimento entre povos e nações.

Serviço de mediatecas escolares

Um efectivo serviço de mediatecas escolares é essencial tanto para o programa educativo da escola quanto para uma componente necessária do conjunto de serviços de bibliotecas. Um efectivo serviço de mediateca escolar deverá:

- Dar apoio constante ao programa de ensino e aprendizagem e propiciar mudanças na educação;
- Assegurar o máximo acesso a uma gama de recursos e serviços tão vasta quanto possível;
- Fornecer aos estudantes as capacidades básicas para obter e usar uma vasta gama de recursos e serviços;
- Conduzi-los para o uso constante das bibliotecas ao longo da vida, para divertimento, informação e educação contínua.

Para alcançar estes objectivos, as mediatecas escolares deverão:

- Dispor de pessoal com qualificações profissionais em educação e biblioteconomia, assistido por um número suficiente de pessoal de apoio;
- Possuir uma colecção adequada de materiais impressos e audiovisuais;
- Dispor de condições de espaço físico para receber recursos, assegurar acessos e facilitar serviços.

Extensão dos serviços

Os serviços deverão proporcionar:

- Uma grande variedade de materiais impressos e audiovisuais. Estes materiais precisam de ser avaliados, seleccionados, adquiridos e organizados para uso, de acordo com os procedimentos reconhecidos para facilitar o acesso, assegurar o uso e evitar a desnecessária duplicação de materiais. A palavra impressa tem sido tradicionalmente aceite para a comunicação de conhecimento, ideias e informação. Livros, periódicos e jornais continuam a ser os recursos mais importantes das bibliotecas escolares. Contudo, a tecnologia criou novas formas de registo que se transformaram numa parte crescente do acervo das bibliotecas escolares. Estas formas incluem a impressão em formas reduzidas para armazenamento compacto e transporte, filmes, diapositivos, discos, fitas magnéticas audio e vídeo, objectos tácteis, maletas informativas;
- Materiais que sirvam as necessidades especiais de crianças sobredotadas e lentas na aprendizagem, bem como as necessidades especiais de crianças aprendendo em condições diversas;
- Instalações, equipamento e materiais, tanto para uso individual como em grupo;
- Oportunidades para a satisfação pessoal, divertimento e estímulo da imaginação;
- Recursos para encorajar a pesquisa e o desenvolvimento de capacidades de estudo;
- Materiais para a formação profissional dos professores e para a selecção e produção de recursos para apoio do desenvolvimento curricular, programação e avaliação.

Partilhando recursos

Este Manifesto reconhece que o envolvimento de toda a comunidade no planeamento do conjunto dos serviços bibliotecários é essencial. Tal envolvimento deveria harmonizar todos os grupos envolvidos. O seu primeiro objectivo é satisfazer as necessidades dos estudantes e professores; contudo, a me-

dioteca escolar deve ser considerada como um elemento da rede de bibliotecas que pode contribuir para o serviço total de bibliotecas da comunidade nos termos dos seus recursos.

Origens do Manifesto

Em Agosto de 1976, a Comissão Australiana da UNESCO promoveu um seminário sobre o Planeamento e Desenvolvimento de Bibliotecas Escolares”. Uma das recomendações desse seminário dizia respeito a preparação de um “Manifesto das Bibliotecas Escolares” semelhante ao “Manifesto das Bibliotecas Públicas”, da UNESCO.

Este documento é baseado num esboço preliminar que foi preparado para a Comissão Nacional Australiana pela Associação Australiana de Bibliotecas Escolares, e enviado para o Secretariado da UNESCO pela Comissão Australiana da UNESCO, em Outubro de 1978. Esta questão foi discutida no Encontro da Secção de Bibliotecas Escolares da IFLA, em Manila, em 1980, e recebeu aprovação e apoio unânimes. A confirmação final do Manifesto como documento oficial da UNESCO teve lugar em Novembro de 1980.

A implementação do Manifesto pode ser apoiada pela utilização das *Guidelines for Planning and Organization of School Library Média Centers*, desenvolvidas sob os auspícios da Secção de Bibliotecas Escolares, IFLA, 1979, que estão disponíveis na

UNESCO — Division of PGI
7, Place de Fontenoy
75 700 Paris
França

PARÂMETROS DAS LINHAS DE ORIENTAÇÃO DA UNESCO

Espaço mínimo para as bibliotecas escolares (em m²)

Número de alunos	1-250	251-500	mais de 500
Área de leitura, visionamento e audição	93	186	279
Sala de trabalho	37	37	37
Serviços técnicos	14	28	42
Seminários	14	28	28
Área de produção		83	120
Sala polivalente		40	40
Armazenagem		56	56
Cabine		5	10
Total	158	460	575

Pessoal mínimo para as bibliotecas escolares

Número de alunos	1-250	251-500	mais de 500
Pessoal profissional	0,5	1	2
Pessoal de apoio			
técnico	—	1	2
administrativo	1	1	2

Taxa de crescimento recomendada para uma colecção

Número de alunos da escola	1-100	1-250	251-500	mais de 500
Colecção inicial de livros*	1 200	3 600	6 000	6 000
Crescimento anual de itens** (3 por aluno)	300	900	1 500	2 250
Total ao fim de um período de crescimento de dez anos	3 900	11 700	19 500	26 250

* Livros

** Todos os média

A Colecção “Educação para o Futuro” foi criada para divulgar junto do universo educativo o resultado de reflexões e opiniões de personalidades de reconhecido mérito e de grupos de trabalho constituídos pelo Ministério da Educação para analisar situações específicas do Sistema Educativo.

Inserir-se na perspectiva que um conhecimento acrescido da realidade em que vivemos e uma partilha aberta e plural da experiência de cada um e de todos só poderão abrir caminhos para uma melhor Educação.

A Colecção “Educação para o Futuro” é um contributo para a difícil e exaltante tarefa que é para cada um de nós Educar e Formar os de Hoje e os de Amanhã.

